

RELATÓRIO DE ESTÁGIO (2009/2010)

PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO NO ESPAÇO EXTERIOR PÚBLICO URBANO DO ALGARVE

Mestrado em Arquitectura Paisagista

Vera M. F. de Moura

Outubro de 2010

Orientador: Prof. Doutora Aurora Carapinha
Co-Orientador: Arq. Paisagista Amélia Santos

Índice Geral

1 – Agradecimentos	7
2 – Resumo/Abstract.....	8
3 – Introdução	9
4 – Objectivos do estágio.....	11
5 – Primeira Abordagem à prática da profissão	12
5.1 – Trabalho em sector Privado por oposição ao trabalho em sector público	12
5.2 – Interdisciplinaridade.....	13
5.3 – Coordenação de equipas	14
5.4 – Metodologia interna de trabalho.....	15
6 – O Algarve enquanto espaço de intervenção	18
7 – Projectos Desenvolvidos ao longo do estágio.....	23
7.1 – Espaços exteriores da Escola Secundária de Loulé.....	23
7.1.1 – Contexto – Parque Escolar	23
7.1.2 – Análise.....	24
7.1.3 – À procura da forma	27
7.1.4 – Estudo Prévio.....	28
7.1.5 – Projecto de Execução.....	35
7.1.6 – Finalização do Processo – ProNIC	41
7.2 – Concurso de concepção do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão.....	42
7.2.1 – Concursos públicos – Concursos de Concepção	42
7.2.2 – A Escala - Plano de Pormenor	43
7.2.3 – Análise.....	46
7.2.4 – Estratégia Conceptual.....	49
7.2.5 – Proposta de intervenção.....	52
7.3 – Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso.....	62
7.3.1 – Programa Polis	62
7.3.2 – A Fuzeta – Contexto em que se insere	65
7.3.3 – Dinâmica Temporal e projectual	70
7.3.4 – Os vários intervenientes no processo.....	74
7.3.5 – Fase de Anteprojecto	75
8 – Desenvolvimento de competências pessoais.....	87
9 – Conclusão.....	89
10 – Referências Bibliográficas	92

Índice de Figuras

Figura 1 - Divisão do Algarve em 3 zonas distintas - Litoral, Barrocal e Serra.....	19
Figura 2 - Delimitação dos concelhos da região Algarvia alvo de intervenção – Loulé e Olhão.....	21
Figura 3 - Fotografia Aérea de Loulé	24
Figura 4 - Fotografias da Escola Secundária de Loulé e das diversas zonas identificadas.....	25
Figura 5 - Exemplo de materiais inertes desgastados pelo uso.....	26
Figura 6 – Pavimento betuminoso e valetas de drenagem em calçada de calcário branco	26
Figura 7 - Vários esboços elaborados até chegar à forma final do plano geral da fase de Estudo Prévio.....	27
Figura 8 - Plano geral da fase de Estudo Prévio.....	28
Figura 9 - Organograma funcional da proposta.....	31
Figura 10 - Actual localização da zona de entrada	32
Figura 11 - Localização proposta para a zona de entrada/recepção.....	32
Figura 12 – Modelação 3D da “Praça dos alunos”.....	33
Figura 13 - Corte esquemático da “Praça” dos alunos, zona desportiva e anfiteatro.....	34
Figura 14 - Exemplo da localização de uma “máquina industrial” existente.....	34
Figura 15 – Modelação 3D dos espaços de circulação, distribuição e estadia e zona expositiva	35
Figura 16 - Plano geral da fase de Projecto de Execução	36
Figura 17 - Localização e enquadramento do espaço de intervenção à escala da Cidade.....	46
Figura 18 - Fotografia aérea do espaço abrangido pelo futuro Parque Urbano da cidade de Olhão e diferenciação das áreas identificadas.....	47
Figura 19 - 1: Linha de água desprovida de vegetação - Forte presença dos alinhamentos construídos; 2: Exemplo de uma situação de “traseira dos edifícios”	47
Figura 20 - 1: Vestígios de Património Hidráulico; 2: Alteração do relevo – Aterro que funciona como obstáculo à circulação	48
Figura 21 - 1: Relevo alterado por um aterro de grandes dimensões; 2: Ruínas da Quinta do Brejo	48
Figura 22 - 1: Alameda de Oliveiras com interesse; 2: Degradação ao nível do relevo	49
Figura 23 - Plano Geral	54
Figura 24 - Plano Geral – Zona Sul	55
Figura 25 - Fotomontagem da Praça do Cubo.....	56
Figura 26 - Plano Geral – Zona Central	56
Figura 27 - Modelação 3D – Zona Central – Praça da Escola, Espaço Aventura, Quintal Desportivo, Lago permanente, Quiosque/Bar, Anfiteatro informal.	58
Figura 28 - Plano Geral – Zona Norte	58
Figura 29 - Corte esquemático – Quinta do Brejo, Hortas Urbanas e Viveiros Municipais	59
Figura 30 - Plano Geral – Zona Noroeste	60

Figura 31 - Fotomontagem – Espaço Jovem – Desportos Radicais	61
Figura 32 - Fotografia aérea da Ilha da Fuzeta	65
Figura 33 - Construções clandestinas em cima da duna	66
Figura 34 - Evolução do núcleo da Fuzeta – Fuzeta Ria.....	67
Figura 35 - Frente Ribeirinha Nascente.....	68
Figura 36 - Frente Ribeirinha Poente.....	68
Figura 37 - Campo Dunar – Percursos pedonais em solipas.....	69
Figura 38 - 1: “Praia dos Tesos”; 2: Edifício do Salva-Vidas.....	69
Figura 39 - Esquema de evolução da barra da Fuzeta	71
Figura 40 - Fotografia aérea da Ilha da Fuzeta – Esquema de localização da barra aberta naturalmente e do local de abertura da nova barra.....	72
Figura 41 - Ancoradouro existente na Ilha da Fuzeta, destruído pelos fortes temporais.....	73
Figura 42 - Ilha da Fuzeta durante e após os temporais de 2010	73
Figura 43 - Ilha da Fuzeta durante a época balnear.....	74
Figura 44 - Plano Geral – Fuzeta Mar	76
Figura 45 - Vista panorâmica sobre a Ilha da Fuzeta – vegetação dunar existente.....	77
Figura 46 - Corte Esquemático - Tipo de estrutura proposta para o cais de acostagem	77
Figura 47 - “Unidades de Execução”	78
Figura 48 - Plano geral - Frente Ribeirinha Nascente.....	79
Figura 49 - Plano Geral - “Campo dunar”/Praia e Acesso ao Salva-Vidas	81
Figura 50 - “Praia dos Tesos” – Vista sobre o edifício do Salva-Vidas	82
Figura 51 - Corte esquemático – Percurso de Acesso ao edifício do Salva-Vidas	83
Figura 52 - Plano Geral - Arruamento Poente e Estacionamento Sul	83
Figura 53 - Vários esboços elaborados pelo Arq. Paisagista José Brito -Organização viária e funcional do arruamento Poente e estacionamento Sul	84
Figura 54 - Plano Geral – Arruamento Norte.....	84
Figura 55 - Plano Geral - Frente Ribeirinha Poente. Espaço de recreio e Lazer	85
Figura 56 - Percurso ribeirinho existente e proposto, com e sem guarda, respectivamente	86
Figura 57 - Plano Geral - Faixa Extremo Poente.....	86

Índice de Anexos

Estudo Prévio da Escola Secundária de Loulé	
Levantamento Topográfico	1
Estudo Prévio da Escola Secundária de Loulé	
Plano Geral	2
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Plano Geral	3
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Construções/Demolições.....	4
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Planta de Implantação Planimétrica	5
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Planta de Implantação Altimétrica	6
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Planta de Equipamentos e Mobiliário urbano	7
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Plano de Plantações.....	8
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Planta de Pavimentos e Revestimentos	9
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Plano de Rega.....	10
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Pormenorização - Pavimentos	11
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Pormenorização - Caldeiras de árvores	12
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Pormenorização - Bloco de betão.....	13
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Pormenorização – Rampa	14
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Pormenorização – Anfiteatro	15
Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé	
Plano de manutenção e gestão.....	16
Elaboração do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão	
Enquadramento / Continuidade Espacial e Atractividade.....	17
Elaboração do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão	
Síntese da Análise	18
Elaboração do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão	
Estratégia Conceptual	19
Elaboração do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão	
Formalização da Proposta	20

Elaboração do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão	
Proposta / Desagregação Temática.....	21
Elaboração do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão	
Formalização da Proposta / Sistema Edificado	22
Elaboração do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão	
Proposta / Faseamento	23
Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso – FUZETA MAR	
Planta de Localização	24
Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso – FUZETA MAR	
Levantamento topográfico.....	25
Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso – FUZETA MAR	
Plano Geral	26
Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso – FUZETA MAR	
Cortes	27
Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso – FUZETA RIA	
Planta de Localização	28
Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso – FUZETA RIA	
Levantamento topográfico	29
Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso – FUZETA RIA	
Faseamento	30
Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso – FUZETA RIA	
Planta de Construções/Demolições.....	31
Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso – FUZETA RIA	
Plano Geral	32
Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso – FUZETA RIA	
Cortes	33

1 – Agradecimentos

Reservo este espaço para os agradecimentos relacionados com a minha vida académica e com o início da minha vida profissional.

Antes de tudo quero agradecer e dedicar este trabalho a todas as pessoas que contribuíram directa ou indirectamente para a sua realização, bem como para todo o meu percurso académico, que com a realização deste trabalho dá por concluída mais uma fase fundamental.

Em especial agradeço ao Tiago por todo o apoio e força que me deu para a realização do estágio e do presente trabalho escrito.

À minha família, particularmente à minha mãe, irmã, sobrinho, cunhado e João, que desde sempre me apoiaram em todas as opções tomadas, tanto no decorrer dos 5 anos de licenciatura, como ao longo destes meses de estágio, incentivando sempre a sua realização.

Aos professores da Universidade de Évora, por todos os conhecimentos transmitidos ao longo dos cinco anos de licenciatura, que em muito contribuíram na realização deste estágio e para o sucesso da sua prestação, em particular à Prof. Doutora Aurora Carapinha, não só pela importância que teve para o decorrer do meu percurso académico, como também por ser minha orientadora de estágio.

À minha co-orientadora de estágio, a Arq. Paisagista Amélia Santos, o meu muito obrigado, porque sem a sua ajuda e apoio, todo este trabalho não teria sido possível. Agradeço pela possibilidade de realizar este estágio e de participar nos projectos que participei, o que em muito contribuiu para a minha evolução a nível pessoal e profissional. Tanto no decorrer do período de estágio, como na realização do presente trabalho escrito o seu contributo foi sem dúvida fundamental. Além da Arq. Pais. Amélia Santos, pelo acompanhamento profissional, agradeço também ao Arq. Pais. José Brito por todo o conhecimento e experiência transmitida durante a realização do estágio.

E por fim, a todos os amigos que estiveram presentes e àqueles que não estiveram presentes mas que sempre me apoiaram e torceram para o sucesso da minha prestação profissional.

A Todos,
Um grande e sincero agradecimento,

Vera M. F. de Moura

2 – Resumo/Abstract

Projectos de requalificação no espaço exterior público urbano do Algarve

O presente trabalho consiste numa síntese, descrição e justificação das actividades desenvolvidas no decorrer do período de estágio, no âmbito do Mestrado em Arquitectura Paisagista.

Este trabalho escrito inicia-se pelo enquadramento desta primeira abordagem à prática da profissão, ao longo dos oito meses de estágio. Procede-se posteriormente a uma breve caracterização dos espaços alvo de intervenção, efectuando-se para tal uma breve descrição da região Algarvia, complementada por uma análise sectorial dos concelhos alvo de intervenção, Loulé e Olhão.

A parte final do trabalho consiste na descrição e justificação dos principais projectos de espaço exterior público urbano elaborados durante o estágio.

A nível pessoal e profissional é determinante para terminar este relatório, efectuar uma síntese das competências pessoais e profissionais apreendidas, bem como um balanço final conclusivo, de forma a compreender se os objectivos *a priori* delineados para a realização deste estágio foram ou não cumpridos.

Requalification projects of outside urban public space of Algarve

The present work consists in a synthesis, analysis and justification of the activities developed during the probationary period, in the scope of masters in Landscape Architecture.

This work begins with the guidelines of this first approach to the practice of the profession, over the eight months of training. It proceeds later to a brief characterization of the spaces target of intervention, performing to such a brief description of the Algarve region, complemented by sectoral analysis of counties targets of intervention, Loulé and Olhão.

The final piece of work is a description and justification of the main projects of outside urban public space elaborated during the probationary period.

For the personal and professional level is crucial to finish this report, make a synthesis of personal and professional skills learned, as well as a conclusive end balance in order to understand whether the objectives outlined in advance to complete this stage have been attained.

3 – Introdução

Com vista à obtenção do grau de Mestre em Arquitectura Paisagista, efectuou-se um estágio curricular de índole profissionalizante, em torno do qual se desenvolve e estrutura o presente trabalho.

O referido estágio teve a duração de oito meses (de Dezembro de 2009 a Julho de 2010), período durante o qual se integrou uma equipa de trabalho interdisciplinar, tendo a possibilidade de participar em vários projectos de requalificação do espaço exterior público urbano da região Algarvia.

Ao longo destes oito meses houve um acompanhamento e transmissão de conhecimentos permanente, por parte dos Arquitectos Paisagistas coordenadores, nomeadamente a Arquitecta Paisagista Amélia Santos e o Arquitecto Paisagista José Brito, o que representou um papel fulcral para todo o conhecimento e experiência profissional apreendida e consequentemente para toda a parte mais reflexiva que lhe está associada e que será transmitida ao longo deste trabalho.

O estágio com base no qual é feito este relatório, consistiu, numa primeira fase, na integração na equipa interdisciplinar de trabalho, bem como na aquisição dos métodos de organização e funcionamento interno. Desta forma, este trabalho inicia-se por uma alusão à primeira abordagem à prática da profissão, no sentido de enquadrar a importância deste primeiro contacto e das conclusões que dele se podem retirar, essencialmente acerca do trabalho em sector privado, da interdisciplinaridade, da coordenação de equipas e da importância da metodologia interna de trabalho.

Após esta primeira abordagem, todo o estágio e trabalho diário assentam no desenvolvimento de diversos projectos de espaço exterior público urbano do Algarve, nas diversas fases que os constituem, desde o Estudo Prévio ao Projecto de Execução, consistindo a parte final deste relatório na descrição e justificação dos principais projectos elaborados:

- Espaços exteriores da Escola Secundária de Loulé;
- Concurso de concepção do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão;
- Plano de praia Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso.

Os três projectos realizados no decorrer do estágio localizam-se em espaços com características distintas dos diversos espaços alvo de intervenção ao longo da licenciatura (localizados na cidade de Évora – Alentejo), sendo por isso determinante, antes de analisar cada projecto enquanto caso individual, perceber o contexto em que estes se inserem enquanto conjunto. Para tal é necessário efectuar uma análise e síntese de informação relativa à região Algarvia, que apresenta características distintas e únicas no país e cujo entendimento é fundamental para o desenvolvimento dos projectos apresentados.

Mais do que um simples relato diário sobre estes oito meses de estágio, que acabaria por se tornar desinteressante e acima de tudo pouco conclusivo, este trabalho tem por finalidade reflectir sobre todo o estágio e tudo o que a ele está associado directa ou indirectamente. Serão descritos e justificados os principais projectos realizados ao longo do estágio e com base nisso é feita uma pesquisa e posterior

reflexão e síntese, desenvolvendo e estruturando de forma mais coerente toda a componente prática que foi sendo apreendida.

Os três projectos que se apresentam neste relatório representam casos específicos e particulares da intervenção do Arquitecto Paisagista, pelo que se considerou imprescindível a apresentação de todos estes projectos, uma vez que cada um contribuiu de forma distinta e bastante significativa para todo o conhecimento e experiência apreendida. A participação da estagiária nos projectos apresentados foi distinta consoante o projecto em questão, mas sempre marcada por um envolvimento muito próximo nos diversos trabalhos desenvolvidos.

O único projecto em que não houve participação efectiva ao nível da concepção, embora tenha havido um acompanhamento permanente a este nível, foi o Parque Urbano da Cidade de Olhão, cujo desenho de projecto foi da responsabilidade da Arq. Paisagista Amélia Santos. Neste projecto, tanto a parte relativa à análise, como a todos os procedimentos necessários para a entrega do processo, foram efectuados pela estagiária em conjunto com os restantes Arq. Paisagistas da equipa. No caso da Escola Secundária de Loulé e do Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso, houve uma participação efectiva ao nível da concepção, como também ao nível da preparação e produção de peças desenhadas e de todos os trabalhos que antecedem a entrega, o que será explicado de forma mais aprofundada na parte inicial que antecede a descrição e justificação de cada projecto apresentado.

4 – Objectivos do estágio

Após finalizar a licenciatura (formação lectiva do 2º ciclo) em Arquitectura Paisagista, considera-se fundamental, para iniciar a vida profissional de forma mais completa, a realização de um estágio, que permite obter experiência, essencial para complementar a formação teórica e prática adquirida ao longo dos cinco anos de licenciatura.

Antes de iniciar o referido estágio, foram delineados alguns objectivos e motivações a atingir com a sua realização:

- Possibilidade de aprendizagem e de adquirir experiência na área de projectos de Arquitectura Paisagista, trabalhando directamente com profissionais com prática nessa área;
- Participar em projectos coordenados por Arquitectos Paisagistas, de forma a constatar a importância da nossa profissão enquanto *“arte de ordenar o espaço exterior em relação ao Homem”*¹;
- Colaborar em projectos de espaço público nas diversas fases que os constituem (Estudo Prévio, Anteprojecto, Projecto de Execução e acompanhamento de obra). No decorrer da experiência académica é natural que nem todas as fases, que decorrem da realização de um projecto, sejam atingidas e aprofundadas. A oportunidade de complementar esse conhecimento considera-se de extrema relevância, não só para a realização deste trabalho, como também para a experiência profissional adquirida, que nos dias de hoje, face à pouca oferta e elevada competitividade, é cada vez mais determinante;
- Observar a organização interna de trabalho no sector privado, de modo a compreender qual a forma de abordagem perante projectos de carácter e complexidade distinta;
- Integrar uma equipa de trabalho interdisciplinar, compreendendo as relações profissionais estabelecidas entre as diversas disciplinas que actuam na concepção e concretização de uma obra de espaço público, apreendendo principalmente qual a relação concreta da Arquitectura Paisagista com as outras profissões ligadas ao projecto;
- Oportunidade de obter experiência fora da Universidade de Évora e da própria região Alentejana, não restringindo e por outro lado alargando geograficamente o conhecimento pessoal que tinha vindo a ser consolidado ao longo dos 5 anos de licenciatura.

¹ Francisco CALDEIRA CABRAL; *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*; Instituto da Conservação da Natureza; 1993; pág.25.

5 – Primeira Abordagem à prática da profissão

Considera-se fundamental, antes de iniciar a descrição, justificação e síntese dos três projectos realizados no decorrer dos oito meses de estágio, referir algumas das conclusões retiradas deste primeiro contacto de índole prática com a profissão, de forma a compreender qual a importância desta primeira abordagem e quais as suas consequências para o período de estágio que lhe sucede.

5.1 – Trabalho em sector Privado por oposição ao trabalho em sector público

Actualmente o campo de acção do Arquitecto Paisagista é muito vasto, dividindo-se entre o domínio público e o domínio privado. A estes dois domínios estão associadas características, de procedimentos, e modos de abordagem perante o trabalho que se diferenciam entre si, pela natureza da entidade empregadora, pela proximidade e afastamento dos meios de decisão e pelos tipos de financiamento a que cada um está sujeito.

Ao longo deste estágio integrou-se uma equipa que trabalha essencialmente no sector privado, nas várias vertentes que o caracterizam, tendo a possibilidade de contactar directamente com este meio. Esta aproximação ao trabalho em sector privado, representando efectivamente o primeiro contacto directo com a profissão, considera-se determinante, na medida em que o seu entendimento é essencial para uma melhor e mais eficaz integração na equipa de trabalho e consequentemente para a compreensão da metodologia interna de trabalho e da forma de abordagem perante os diversos projectos desenvolvidos. É assim importante, antes de explicar cada projecto enquanto caso concreto e individual, delinear algumas questões relacionadas com o trabalho específico no sector privado, que naturalmente foram sendo abordadas durante o período de estágio.

Ao longo deste tempo, pôde-se constatar que o trabalho do Arquitecto Paisagista no sector privado tem de ser bastante abrangente e versátil, com vista a garantir a sobrevivência da própria empresa. As questões relativas à sobrevivência da empresa, além de estarem relacionadas com as diferentes formas de obtenção de trabalho, são também muito condicionadas pelo pagamento, quase sempre tardio, e pelo seu fraccionamento.

O trabalho no sector privado pode ser desenvolvido tendo em conta:

- O tipo de trabalho: Projectos, estudos de Planeamento, Ordenamento;
- O tipo de cliente: Entidade pública ou privada.

A forma que as empresas privadas têm de poder obter trabalho, tanto em Projectos como em estudos de Ordenamento e Planeamento, é, para o sector público, através da participação em concursos públicos ou através de adjudicações directas/convite (ao abrigo de legislação específica – Código dos Contratos Públicos), e para o sector privado, através de contratações directas. Os três projectos apresentados abordam todas estas questões associadas ao trabalho em sector privado, sendo três exemplos representativos da forma de obtenção de trabalho neste sector, particularmente no que respeita à obra

pública, visto estarmos perante um concurso por convite (Escola Secundária de Loulé) e dois concursos públicos de concepção (Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão e Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso).

Após elaboração de cada projecto, à excepção do Plano de Pormenor UOP8, que não passou da fase de concurso, cada um deles foi sujeito à apreciação das respectivas entidades competentes, o que, principalmente no Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso, teve uma importância bastante significativa para a tomada de algumas decisões importantes associadas ao desenvolvimento do projecto. Todas estas questões serão explicadas e desenvolvidas ao longo da descrição e justificação de cada projecto enquanto caso individual.

5.2 – Interdisciplinaridade

No primeiro dia de estágio houve um primeiro contacto com o local de trabalho, bem como com a equipa interdisciplinar nele integrada, constituída por dois Arquitectos Paisagistas, uma Arquitecta, uma Designer e dois Engenheiros Cívicos.

A Arquitectura Paisagista é uma profissão cuja importância da sua acção ainda é, por vezes, subalternizada, sendo por isso imprescindível um esclarecimento prévio, procurando definir a Arquitectura Paisagista: primeiro, enquanto actividade humana; segundo, no seu âmbito de acção e nas suas relações com as outras actividades.

Enquanto profissão, a Arquitectura Paisagista não é nem pode ser isolada, devendo, pelo contrário, deter um papel essencialmente coordenador e de síntese, sendo determinante a complementaridade constante entre o Arquitecto Paisagista e os demais artistas e técnicos de outras especialidades que igualmente actuam na concepção e criação de espaço.

A Arquitectura Paisagista é uma arte espacial e temporalmente tão abrangente, que por si só necessita de ter um conhecimento, embora não especializado, de todas as áreas e temas que de alguma forma com ela se relacionam (ou seja, é uma prática inclusiva). Por outro lado, compete a todas as outras especialidades que colaboram directamente connosco, o estudo e conhecimento aprofundado e minucioso dos pormenores relativos à sua área concreta de formação, de forma a que o Arquitecto Paisagista, tendo em conta o seu papel coordenador e de síntese, com uma visão abrangente e conhecedora, possa integrar as várias partes relativas a cada área de formação na realização do todo que é o espaço de intervenção.

Considera-se que a colaboração e bom entendimento entre as diversas áreas que juntas actuam na concepção e criação de espaço é indispensável para uma correcta compreensão e transformação dos espaços que nos rodeiam e dos quais fazemos parte, o que na prática nem sempre é assim tão linear. Tal facto se deve, essencialmente, ao não entendimento de que a Arquitectura Paisagista não pretende ser mais um factor de oposição entre as diversas profissões existentes. O Arquitecto Paisagista

pretende, pelo contrário, a existência de uma íntima colaboração entre todos os artistas e técnicos que juntos participam num mesmo processo.

“Conseguir este espírito de colaboração é uma das maiores dificuldades do Arquitecto Paisagista, que necessita de se habituar sempre a compreender a posição e os pontos de vista dos outros, como elementos do seu projecto”²

5.3 – Coordenação de equipas

A questão relativa à coordenação de equipas está ainda muito pouco esclarecida, concretamente no que refere à importância do Arquitecto Paisagista enquanto coordenador.

Ao longo deste estágio pode-se constatar que quanto maior a escala e complexidade do projecto e do espaço a intervencionar maior a importância do Arquitecto Paisagista enquanto elemento coordenador. Em dois dos projectos elaborados, de maior complexidade, constatou-se a importância de ter um Arquitecto Paisagista como coordenador da equipa, pela visão holística que tem do sistema onde intervém, contrariamente aos restantes colaboradores, que na sua maioria, não conseguem ter este tipo de visão abrangente, tendo uma abordagem mais sectorial e mais direccionada para a sua área de conhecimentos base. O único projecto elaborado cuja coordenação não foi da responsabilidade de um Arquitecto Paisagista foi o projecto da Escola Secundária de Loulé, que efectivamente, devido à complexidade e dimensão do volume edificado comparativamente aos espaços exteriores, se compreende que a coordenação deva ser feita por um Arquitecto, embora sempre em diálogo constante com o Arquitecto Paisagista ao longo de todo o processo, para que os espaços exteriores não sejam apenas “espaço sobrança” mas sim espaços complementares ao espaço edificado, com igual importância para a vivência diária dos utentes desta escola. Neste caso concreto esta complementaridade nem sempre foi conseguida, pelo que algumas decisões, como é o caso do abate de exemplares arbóreos de grande porte, não puderam ser evitadas, porque o diálogo com o Arquitecto Paisagista devia ter sido feito no início do processo e não quando este já está numa fase avançada, como se irá explicar mais aprofundadamente no decorrer deste relatório.

Contudo, parece que nos dias de hoje ainda não é reconhecida a extrema importância que o Arquitecto Paisagista tem enquanto coordenador e elemento preponderante em lugares de tomada de decisão. Prova disso é a publicação da Portaria nº1379/2009 de 30 de Outubro de 2009, que regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas, exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, direcção de obras e fiscalização de obras, dificultando o acesso dos Arquitectos Paisagistas a lugares de decisão nas obras, o que é bastante grave, quando se trata de obras de espaços exteriores.

² Francisco CALDEIRA CABRAL; *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*; Instituto da Conservação da Natureza; 1993; pág.44.

5.4 – Metodologia interna de trabalho

A existência de uma metodologia interna de trabalho contribui para uma boa organização entre os colaboradores e meios que integram o processo e consequentemente para a obtenção de bons resultados.

Devido à existência de uma equipa de trabalho constituída por pessoas de áreas distintas, que podem acompanhar o processo em momentos diferentes, é essencial que exista uma estruturação inicial da forma de abordagem perante os diversos projectos desenvolvidos. Da mesma forma, entre os técnicos de Arquitectura Paisagista que desenvolvem trabalho conjunto deve também existir um bom diálogo e complementaridade ao longo de todo o processo projectual. A estruturação prévia de uma metodologia de trabalho é fundamental e pode sintetizar-se da seguinte forma:

Idas ao local (Registo fotográfico e síntese das principais características espaciais identificadas);

Recepção e tratamento das bases de trabalho, de acordo com a organização interna da equipa, para que estas bases possam ser entendidas e trabalhadas por todos no decorrer do processo.

É necessário mencionar a importância de um bom levantamento topográfico, que é essencial para a compreensão do espaço de intervenção, complementar às diversas visitas efectuadas durante todas as fases que pressupõem a elaboração do projecto, bem como para uma correcta adequação da proposta ao existente. O levantamento é sempre feito por um topógrafo, estando sempre georreferenciado e organizado em termos de layers e cores consoante o método de trabalho do próprio topógrafo. Tal método poderá não ser adequado para a equipa, levando à sua adaptação e organização à sua forma de trabalho, de modo a ser perceptível pelas diversas pessoas que trabalham sobre o mesmo desenho e a obter alguma uniformidade e rigor de apresentação, o que nem sempre faz parte das preocupações do topógrafo;

Análise - A análise da situação existente é determinante para a fase de concepção e consequentemente para as restantes fases que a seguem, pois sem um conhecimento aprofundado do espaço onde se vai intervir e das relações por ele e com ele estabelecidas, não é possível efectuar uma proposta coerente e adequada.

A compreensão do *genius loci*, das características e do espírito intrínseco ao local, bem como dos seus aspectos físicos e sensoriais (imateriais) e das relações estabelecidas entre os diversos elementos que o compõem, é fundamental para o desenvolvimento do processo projectual, designadamente, para a definição da estratégia conceptual e do caminho criativo;

Concepção / Anteprojecto / Projecto de Execução - Depois das bases já trabalhadas e dos vários componentes da análise estruturados e sintetizados, parte-se para a fase de concepção, que em concursos públicos e concursos de ideias é definidora do resultado do concurso.

Destaca-se nesta fase o contributo dos Arquitectos Paisagistas coordenadores (no caso da Escola Secundária de Loulé o Arq. Paisagista José Brito e nos restantes projectos a Arq. Paisagista Amélia Santos), que, em colaboração e diálogo constante com os restantes Arquitectos Paisagistas da equipa, definem as linhas gerais de concepção e os pontos fulcrais do projecto.

Caso seja feita a adjudicação serão posteriormente desenvolvidas, consoante as datas previamente estabelecidas pelas entidades competentes, a fase de Anteprojecto e/ou a fase de Projecto de Execução.

Em todas estas fases os Arquitectos Paisagistas coordenadores são o meio de ligação entre as diversas especialidades que juntas operam na concepção e execução do projecto, de forma a poderem ser tomadas decisões importantes para o decorrer do processo;

Preparação de peças escritas e desenhadas - Tanto a fase de concepção como a fase de Anteprojecto e Projecto de Execução são sempre acompanhadas de peças escritas e desenhadas, desenvolvidas em conjunto pelos vários membros que integram a equipa de trabalho. Até ao processo estar terminado estas peças estão constantemente a ser alteradas, o que decorre de discussões permanentes entre os colaboradores e de um natural amadurecer de todo o processo;

Trabalhos para entrega - Consiste no conjunto de trabalhos que é necessário efectuar tendo em vista a entrega do trabalho final (Montagem das folhas, impressão, corte, dobragem, colagem e encadernação);

Acompanhamento de obra - Visto o estágio ser de oito meses e só na Escola Secundária de Loulé se ter entregue o Projecto de Execução, ainda não houve a oportunidade de acompanhar as obras relativas aos projectos elaborados.

Contudo, enuncia-se esta fase por representar inevitavelmente o culminar do processo projectual e pela sua importância para a correcta implementação do projecto e posterior materialização em obra.

A obra do Arquitecto Paisagista destina-se a ser utilizada pelo Homem, pelo que tem de ser concebida e previamente planeada a pensar no seu posterior entendimento e consequente utilização e transformação. Além de um acompanhamento de obra de grande proximidade, é fundamental que na fase de projecto as questões relacionadas com a gestão e sustentabilidade sejam sempre tidas em conta, de forma a orientar a tomada de decisão, para que se verifique o êxito e aceitação das soluções materializadas em obra.

“A nossa obra é sempre de colaboração e exige bom entendimento e leal colaboração. Se assim não for, está de antemão votada ao insucesso, porque, tratando-se de coisas vivas, nós apenas as concebemos e geramos, mas depois a obra há-de viver por si e entregue aos cuidados de outros homens (...) para que isso aconteça, é necessário que tenhamos sabido adivinhar os anseios e desejos daqueles para quem trabalhamos, que lhe tenhamos sabido dar forma (...)”³

³ Francisco CALDEIRA CABRAL; *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*; Instituto da Conservação da Natureza; 1993; pág.47.

6 – O Algarve enquanto espaço de intervenção

Como já foi acima referido, todos os projectos efectuados no decorrer dos oito meses de estágio foram realizados na região Algarvia, sendo desta forma determinante a sua breve caracterização, primeiro enquanto região e depois de forma mais aprofundada os concelhos alvo de intervenção, nomeadamente o concelho de Loulé e o concelho de Olhão.

No decorrer da licenciatura todos os projectos foram realizados em Évora, na região Alentejana, o que está associado a uma interiorização e aprofundamento de alguns conceitos distintos, comparativamente àqueles que estão associados à realização de projectos na região Algarvia. Tal facto se deve às inúmeras características que distinguem estas duas zonas, marcadas essencialmente pela ausência da faixa litoral no concelho de Évora e presença marcante e extremamente significativa na região Algarvia, para além das características (sócio-económicas, culturais, biofísicas, etc.), intrínsecas a cada uma delas.

Durante o estágio houve a oportunidade de trabalhar com pessoas profundamente conhecedoras da região Algarvia, o que claramente se reflecte na forma de projectar e nos resultados obtidos.

“...projectar, planejar, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem...”⁴

A região Algarvia, com uma área de 4996 km², ocupa cerca de 6% da superfície total de Portugal, distinguindo-se claramente do resto do País, não só devido à sua localização periférica no extremo Sul de Portugal, mas principalmente devido às suas características biofísicas, edafo-climáticas e sócio-económicas e às “transformações estruturais operadas ao longo das últimas décadas, em função do grande desenvolvimento das actividades turísticas e do relativo declínio das actividades económicas tradicionais”⁵.

“A Região apresenta um povoamento e um padrão de desenvolvimento económico relativamente assimétricos, concentrando no Litoral Sul – entendido como faixa litoral, entre Lagos e Vila Real de Santo António, acrescida de parte do tradicional Barrocal, a grande maioria da população residente, do emprego, da geração de riqueza e das oportunidades de investimento.”⁶

É também de referir a importância que o mar e a Ria Formosa têm para esta região, não só a nível biológico, ecológico e paisagístico, como também para o turismo, pesca, moliscicultura, aquicultura e

⁴ Fernando TÁVORA; *Da organização do espaço*; FAUP Publicações; 2006; pág. 74.

⁵ *Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve*, Volume I, pág. 18.

⁶ *Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve*, Volume I, pág. 10.

náutica de recreio, contribuindo de forma bastante significativa para o desenvolvimento económico da região.

De modo geral, no que refere à organização territorial desta região, a caracterização dos padrões actuais de ocupação do solo, permite-nos dividir o Algarve em três zonas distintas (Figura 1), que percorrem este espaço de Sul para Norte.

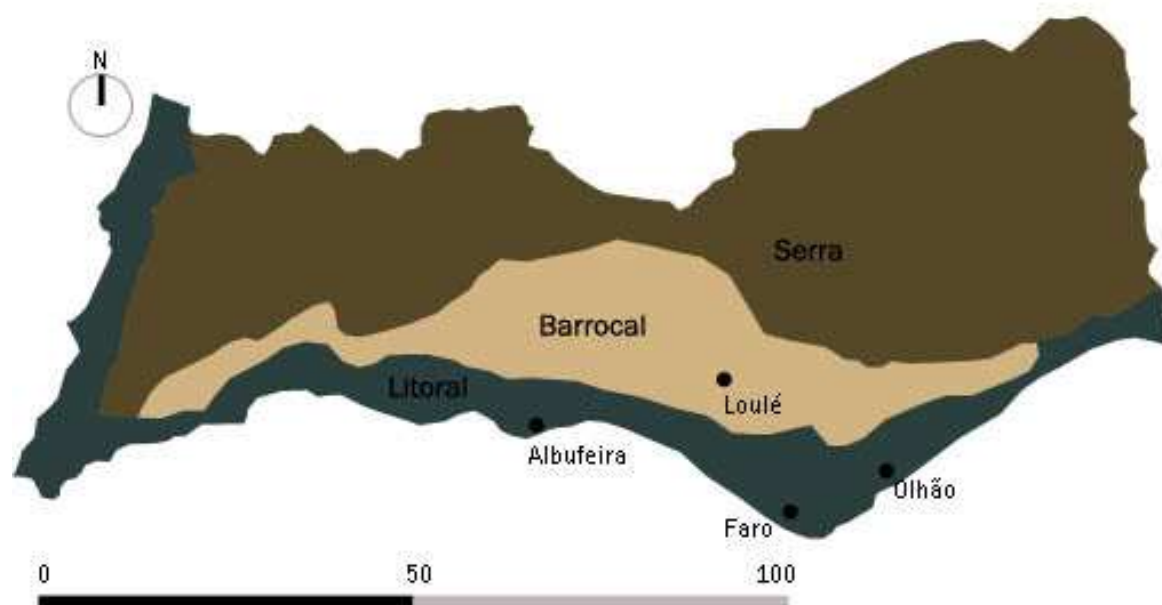


Figura 1 – Divisão do Algarve em 3 zonas distintas - Litoral, Barrocal e Serra (Adaptação de imagem com base em: DRAOT Algarve).

Litoral

- A planície Litoral caracteriza-se por grandes e extensas aplanções que terminam no último alinhamento de relevos calcários, observando-se a presença de depósitos superficiais arenosos que a revestem em grande parte;
- O relevo é essencialmente plano, variando as cotas entre os 50 e os 150m;
- A faixa Litoral, entre o Barrocal e o mar, com aproximadamente 50 000ha, apresenta características paisagísticas muito diversificadas e vegetação muito particular que importa preservar;
- Embora seja um espaço bastante heterogéneo, a sua identidade determina um forte pendor e expressão do turismo, concentrando-se por isso na faixa litoral a maior parte das infra-estruturas e equipamentos e consequente actividade económica regional. Além dos turistas e visitantes é também nesta área que se concentra a maioria da população residente, apresentando um padrão de ocupação intensamente urbanizado, onde os limites da sustentabilidade se encontram ameaçados pela imensa pressão demográfica, imobiliária e turística.

Barrocal

- O Barrocal localiza-se na parte central da orla Algarvia, situado entre a Serra e o Litoral, caracterizando-se por ser um território de relevo ondulado;
- A sua principal característica é a Geomorfologia, distinguindo-se pela existência de várias elevações calcárias presentes de forma irregular, que raramente ultrapassam os 400m de altitude. Os declives variam de moderado a acentuado, nas zonas de cerros;
- Esta zona calcária assinalada pela grande diversidade e contrastes cromáticos, caracteriza-se pela existência de bons solos agrícolas, principalmente nas zonas de vale, ocupadas por pomar e vinha. É também marcada pela presença de campos cultivados de alfarrobeira, amendoeira, figueira e oliveira (pomares de sequeiro) e pomares de regadio, principalmente citrinos.

Serra

- As formações geológicas remontam ao período carbónico, havendo um predomínio de uma morfologia característica do xisto;
- Os declives variam de moderado a acentuado;
- O coberto vegetal é constituído por matos e povoamentos arbóreos de sobreiro ou azinheira, com sub-bosque de medronheiro e esteva e povoamentos de eucaliptal;
- A Serra, que corresponde fisicamente à separação entre o Baixo Alentejo e o Algarve, caracteriza-se pela falta de acessibilidades internas, pela presença de pequenos núcleos de carácter disperso e por um conseqüente baixo dinamismo, caminhando desta forma para o despovoamento e desertificação, já muito particular de todas as zonas interiores do País.

Com vista a enquadrar os 3 projectos que posteriormente se vão apresentar, segue-se uma breve caracterização dos concelhos desta região que foram alvo de intervenção no decorrer do estágio: **concelho de Loulé** (Escola Secundária de Loulé) e **concelho de Olhão** (Parque Urbano da Cidade de Olhão e Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso).



Figura 2 – Delimitação dos concelhos da região Algarvia alvo de intervenção – Loulé e Olhão (Adaptação de imagem com base em: PROT Algarve).

Concelho de Loulé

O concelho de Loulé é o maior concelho do Algarve e dos maiores do país, com uma área total de 764,2 km², estando dividido em 11 freguesias.

Este município é limitado a Norte pelo município de Almodôvar, a Este por Alcoutim, Tavira e São Brás de Alportel, a Sueste por Faro, a Sudoeste por Albufeira, a Oeste por Silves e a Sul, tal como toda a extensão do Algarve, é banhado pelo Oceano Atlântico. É um dos concelhos do Algarve mais marcado pelo turismo, onde abundam os “resorts”, complexos turísticos e campos de golfe, e pelo crescimento económico que lhe está directamente associado.

Apesar da elevada pressão turística e forte descaracterização de que tem sido alvo, essencialmente ao longo da sua faixa litoral, este concelho é bastante diversificado a nível paisagístico, sendo um exemplo bastante representativo da paisagem Algarvia, visto abranger as 3 sub-regiões naturais que a constituem, Litoral, Barrocal e Serra.

Localizado na cidade de Loulé, o projecto realizado neste concelho durante o período do estágio, a Escola Secundária de Loulé, revela-se um exemplo pouco representativo dos aspectos biofísicos e paisagísticos deste concelho, pela sua reduzida dimensão e por ser um espaço fisicamente bem limitado e contido, estabelecendo relações directas com o espaço urbano envolvente, mas apresentando poucas características particulares do concelho de que faz parte.

Concelho de Olhão

O concelho de Olhão situa-se no Sotavento e Algarve Central, ocupando uma área aproximada de 130km². Confronta-se a Nascente e a Norte com o concelho de Tavira, a Poente com o concelho de Faro e a Sul com o Oceano Atlântico, sendo constituído por 5 freguesias que se estendem até ao litoral: Olhão, Fuzeta, Moncarapacho, Pechão e Quelfes.

Toda a zona litoral do concelho de Olhão, tal como parte do concelho de Loulé, está integrada no Parque Natural da Ria Formosa, uma das zonas húmidas naturais de sapais e salinas mais importantes a nível europeu, servindo de refúgio para a nidificação de diversas espécies de aves. Exemplo disso é a povoação da Fuzeta, turística e ambientalmente bastante importante para a cidade de Olhão, que será descrita com mais pormenor no capítulo relativo ao Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso. Por outro lado, existem situações distintas na zona do barrocal algarvio, como por exemplo Moncarapacho, uma típica povoação do barrocal, que se caracteriza pelas suas hortas, pomares de citrinos e campos cultivados de figueiras e amendoeiras.

A pesca e a indústria conserveira continuam ainda hoje a ser elementos fulcrais para o desenvolvimento económico do município, sendo que a construção civil, o comércio e as actividades imobiliárias representam também actividades que estão em plena expansão. O seu Porto de Pesca é considerado o mais importante da região, sendo também em Olhão que se situa a maior unidade industrial de transformação de sal do País. A renovação da frota, o crescimento e a diversificação do sector industrial e da actividade comercial vêm assim a contribuir para o desenvolvimento do concelho, que vive em acentuado progresso e dinamismo. Além de tudo isto, as acessibilidades existentes e a actual aposta na actividade turística, contribuem também para a abertura de novos horizontes para a cidade de Olhão, no que respeita ao crescimento demográfico e desenvolvimento económico. O recente Porto de Recreio, a requalificação de zonas ribeirinhas e a construção de unidades hoteleiras de luxo, são considerados pelo município, passos já concretizados da longa caminhada desse progresso e dinamismo que se vive no concelho de Olhão. Os concursos dos quais decorrem dois dos projectos apresentados, tanto o Parque Urbano da Cidade de Olhão como o Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso são o exemplo de alguns desses passos já dados pelo município.

7 – Projectos Desenvolvidos ao longo do estágio

Tal como acima já se referiu, o estágio com base no qual se desenvolve e estrutura o presente relatório, consistiu essencialmente na realização de três projectos de requalificação do espaço exterior público urbano do Algarve, que posteriormente se descrevem e justificam, representando formas distintas de obtenção de trabalho no sector privado: Os Espaços Exteriores da Escola Secundária de Loulé (concurso por convite); o Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão e o Plano de praia Fuzeta Ria e Fuzeta Mar (concursos públicos de concepção).

7.1 – Espaços exteriores da Escola Secundária de Loulé

O projecto dos espaços exteriores da Escola Secundária de Loulé representou efectivamente o primeiro contacto directo com a profissão e com a prática de projectos de Arquitectura Paisagista.

Houve, da parte da estagiária, um acompanhamento e participação ao longo de todo o processo, desde a primeira visita ao local até à entrega do Projecto de Execução e posteriores alterações efectuadas.

Foi um processo com prazos relativamente apertados, pelo que houve uma grande entrega e dedicação na realização deste projecto. Entre a adjudicação e a entrega do Projecto de Execução decorreram 48 dias (de 7 de Dezembro de 2009 a 24 de Fevereiro de 2010).

7.1.1 – Contexto – Parque Escolar

O Programa de Modernização do Parque Escolar, aprovado pelo Governo, tem por objectivo acabar com o estado de degradação sentido em vários estabelecimentos escolares do ensino secundário, procedendo a uma reabilitação das instalações escolares, de forma a resolver problemas de construção existentes e melhorar as condições de adaptabilidade, segurança e acessibilidade. Os objectivos deste programa apontam para a realização de intervenções em 332 escolas do País, com data prevista para finalização da sua concretização até 2014-2015.

O modelo de contratação desta empresa pública criada para gerir a reabilitação destas 332 escolas secundárias foi desenvolvido com vista a responder a 3 actividades específicas:

- Projecto;
- Análise de projecto, apoio a concursos, fiscalização de obras e coordenação de segurança;
- Empreitadas e serviços de conservação e manutenção.

Após a realização de um concurso por convite para algumas escolas do Algarve, por parte do Parque Escolar, foi o projecto relativo aos Espaços Exteriores da Escola Secundária de Loulé que foi adjudicado aos “Cenários Urbanos Lda.”, tendo o Arq. Paisagista José Brito enquanto elemento coordenador da equipa de Arquitectos Paisagistas.

7.1.2 – Análise

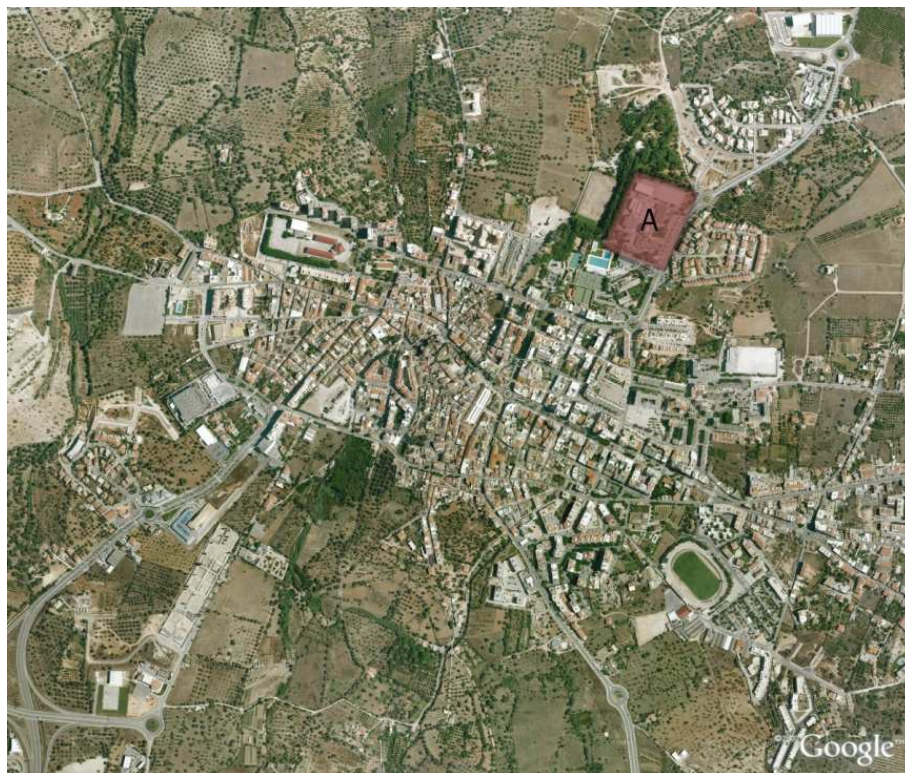
Logo no primeiro dia de estágio (1 de Dezembro de 2010), após conhecimento do local de trabalho, bem como da equipa nele integrada, foram apresentados os projectos que estavam a ser desenvolvidos naquele momento, entre eles o Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso, cujo Estudo Prévio já tinha sido entregue na fase de concurso, e a Escola Secundária de Loulé, a aguardar a definição de uma área do edifício por parte da equipa de Arquitectos, coordenada pelo Arquitecto Jorge Guerreiro, para se poder iniciar o projecto dos espaços exteriores.

Já com as linhas gerais do volume edificado traçadas, houve uma primeira reunião de trabalho por parte da equipa de Arquitectos Paisagistas, onde se delineou a metodologia de trabalho, que se iniciou por uma visita ao espaço de intervenção, a Escola Secundária de Loulé.

Esta primeira visita ao local, associada a uma análise do levantamento topográfico existente (Anexo 1), foi determinante para a percepção do volume edificado e das relações estabelecidas com o espaço exterior, bem como das alterações que esta escola irá sofrer em termos arquitectónicos, visto o projecto de Arquitectura já estar numa fase mais avançada, já com a implantação e características volumétricas praticamente definidas.

Neste primeiro contacto com esta escola efectuou-se um registo a nível fotográfico e apreenderam-se as suas características principais e mais imediatas. Esta primeira aproximação foi essencial para a compreensão deste espaço, da sua forma de utilização, dos seus limites, assim como das suas principais potencialidades e condicionantes, que terão influência no projecto.

A Escola Secundária de Loulé (Figura 3), fundada em 1957, localiza-se na cidade de Loulé, numa zona



residencial urbana, estando envolvida por uma mata e por espaços desportivos, lúdicos e culturais. É actualmente utilizada por cerca de 1300 alunos, 139 docentes e 42 funcionários. A sua oferta educativa abrange o 10º, 11º e 12º anos do Ensino Secundário, o Ensino Secundário Recorrente, o Ensino Profissional, cursos de Educação e Formação, cursos de Educação e Formação de Adultos (básico e secundário),

Figura 3 – Fotografia Aérea de Loulé. **A** - Escola Secundária de Loulé (Adaptação de imagem com base em: Google Earth).

cursos Extra-Escolares e Centro de Novas Oportunidades, funcionando as actividades lectivas tanto em regime diurno como em regime nocturno. As actividades e eventos desportivos e artísticos que se realizam em regime nocturno e que ultrapassam a comunidade escolar contribuem para o papel importante desta escola no meio urbano de que faz parte.

Os espaços exteriores da escola são definidos por diversos volumes arquitectónicos (dois pavilhões generalistas, com três pisos cada, um pavilhão gimnodesportivo, um polidesportivo exterior, um bloco de oficinas, um bloco de dois pisos com serviços de apoio e um pavilhão pré-fabricado) que formam um sistema de espaços abertos bastante amplos e expressivos, surgindo enquadrados no seu limite por vegetação bem desenvolvida.

A nível funcional verifica-se alguma complementaridade entre as principais áreas que definem esta escola, apesar da relação entre elas ser pouco atractiva e descontínua, o que tem influência directa na forma de utilização destes espaços, por parte de alunos, professores e funcionários.

Correspondem a estas áreas, a zona de entrada e recepção, a zona de encontro e recreio passivo, a zona de recreio activo, a zona desportiva, essencialmente definida pelo campo de jogos, e todos os restantes espaços que ligam estas zonas, os espaços de circulação e distribuição. Existem ainda diversos espaços de enquadramento, localizados em situação periférica relativamente à escola, que se caracterizam pela sua baixa atractividade e utilização (Figura 4). O espaço exterior é assim um espaço pouco coeso e atractivo, definido por uma série de áreas sem função e que não se relacionam entre si.



Figura 4 – Fotografias da Escola Secundária de Loulé e das diversas zonas identificadas (Zona de entrada e recepção, zona desportiva, zona de encontro e recreio passivo e espaços periféricos).

No que refere à vegetação foi determinante a análise do coberto vegetal existente e potencial, fazendo-se desde logo um levantamento dos exemplares que devem permanecer e integrar o desenho de projecto. A mancha de vegetação existente no interior da escola é reforçada por extensas áreas, a Nascente e a Norte, que se assinalam pela presença de árvores de grande porte. Embora, maioritariamente no perímetro da escola, a vegetação seja abundante e relativamente diversificada, é na sua maioria constituída por espécies arbóreas bem desenvolvidas, que surgem de forma desorganizada, quase aleatória.

Os materiais inertes, contrariamente aos vivos, estão presentes em pouca quantidade e já bastante desgastados pelo uso (Figura 5), não contribuindo em nada para o conforto dos seus utilizadores, o que é determinante principalmente nas áreas de permanência. É a boa manutenção que actualmente caracteriza esta escola, que leva a que o estado de degradação de alguns elementos não seja tão acentuado.



Figura 5 – Exemplo de materiais inertes desgastados pelo uso.

No que refere aos pavimentos este espaço é predominantemente constituído por pavimento betuminoso cinzento, tanto nas áreas de circulação como nas áreas de estadia (Figura 6). Esta uniformidade de cor e textura contribui para a não definição de espaços e funções, que se sente nas principais áreas que constituem esta escola. A circundar este pavimento impermeável surge a calçada de calcário branco, que define as valetas de drenagem interrompidas por sumidouros.



Figura 6 – Pavimento betuminoso e valetas de drenagem em calçada de calcário branco.

7.1.3 – À procura da forma

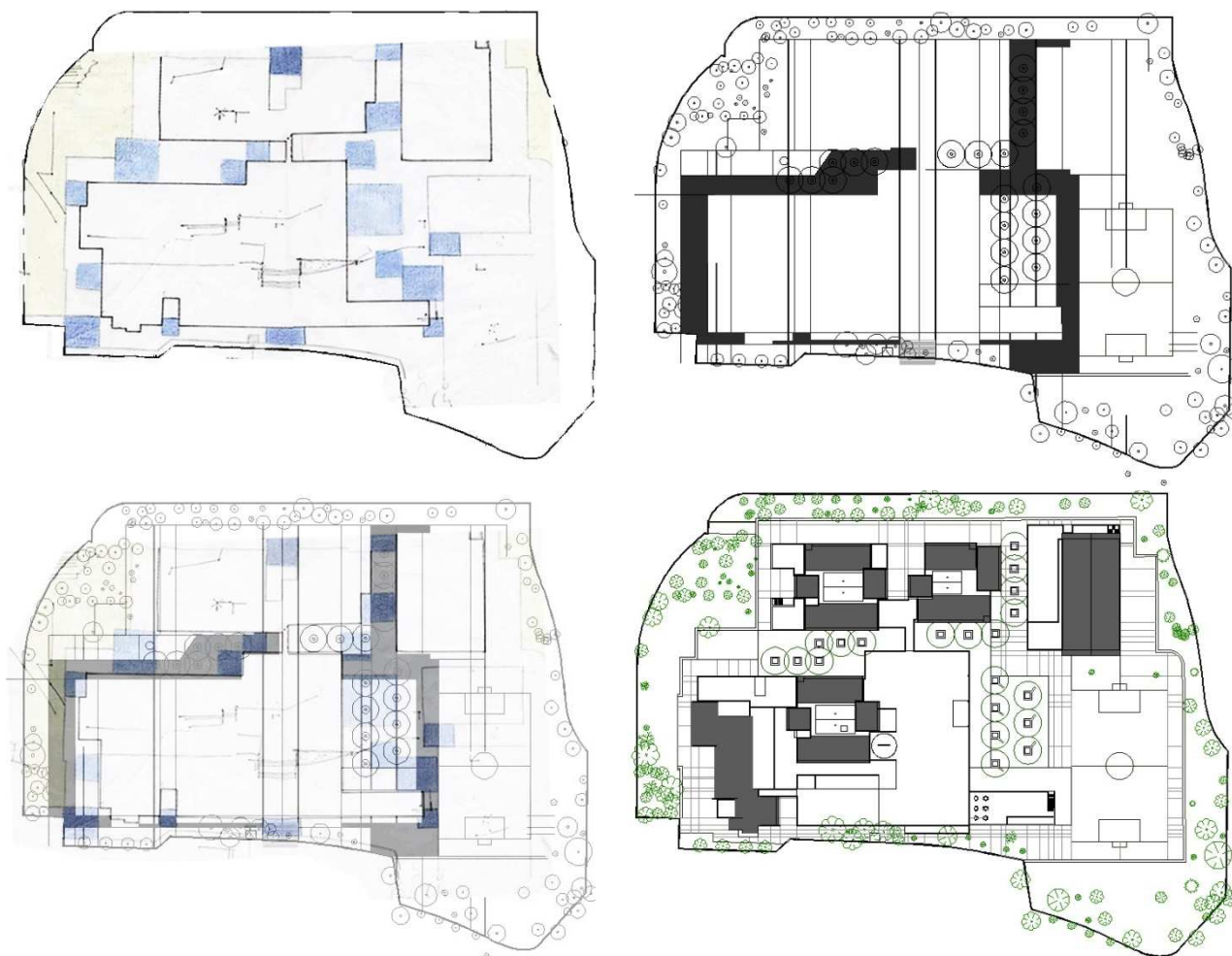


Figura 7 – Vários esboços elaborados até chegar à forma final do plano geral da fase de Estudo Prévio.

Durante o processo inicial de concepção foram sentidas e identificadas algumas dificuldades, relativamente a questões essenciais ligadas à forma e ao acto criativo. A questão da “folha em branco” de que tanto se fala no decorrer do percurso académico foi efectivamente sentida. Após muitas reuniões de trabalho elaboraram-se diversos esboços (Figura 7), como forma de ultrapassar esta dificuldade inicial, sentida ao nível da concepção.

Tendo como base para a concepção dos espaços exteriores desta escola a planta da Arquitectura e como certeza a criação de uma unidade entre o interior – exterior, o desenho de projecto foi conseguido por diversas tentativas de adaptar o existente e o edifício proposto aos novos usos e funções que se consideram importantes garantir neste espaço.

As “folhas em branco” e as tentativas falhadas são fases que naturalmente se passam e que, no caso concreto da Escola Secundária de Loulé, fizeram parte do processo que levou à obtenção de um desenho de proposta coerente e devidamente adaptado ao espaço em que se insere. A procura da forma para este projecto foi assim ultrapassada e a simplicidade foi sem dúvida o conceito chave para

que essa forma fosse alcançada (Figura 8), como se explicará mais aprofundadamente na fase relativa ao Estudo Prévio.

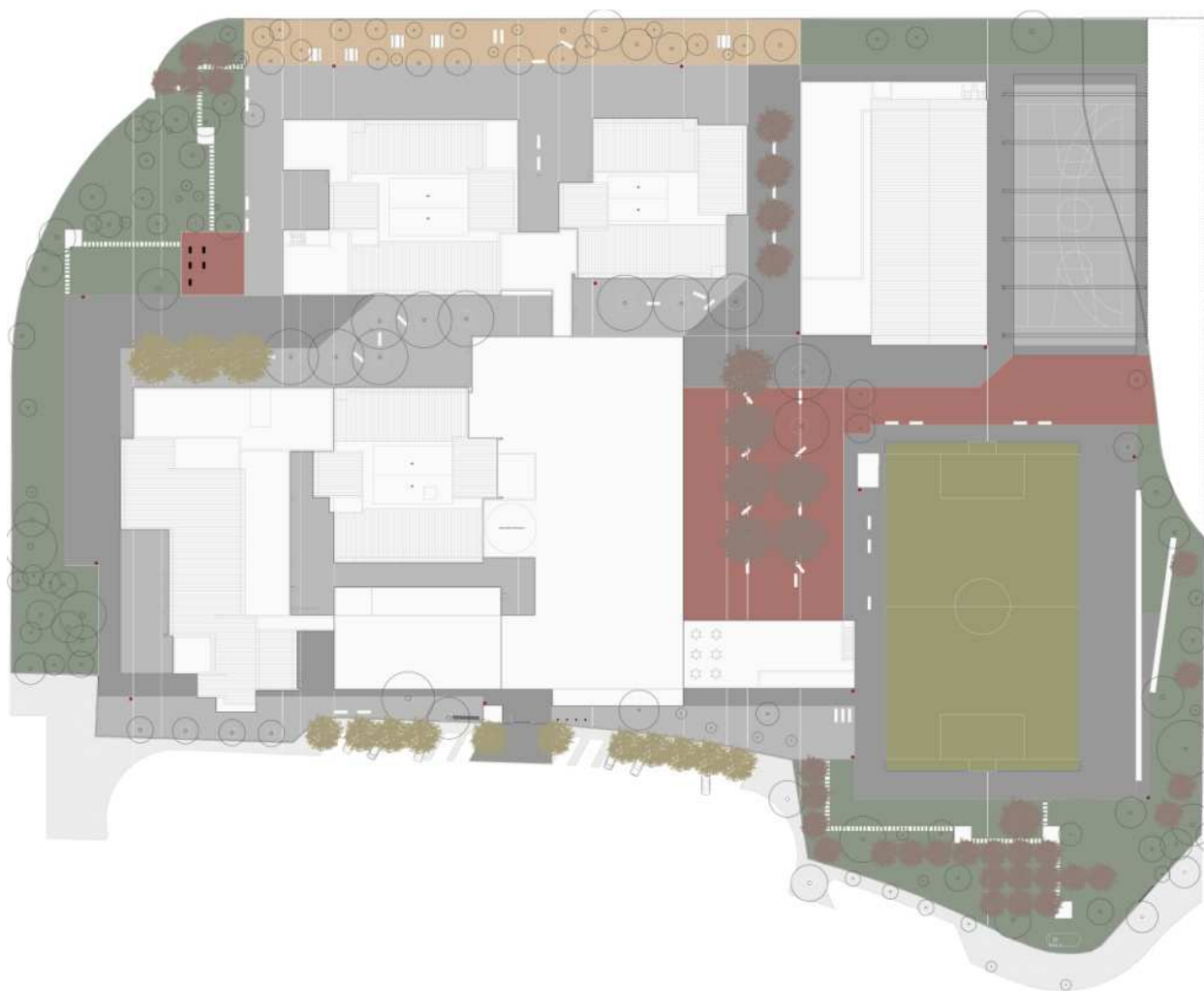


Figura 8 - Plano geral da fase de Estudo Prévio (Anexo 2).

7.1.4- Estudo Prévio

Os espaços escolares são casos muito específicos de intervenção do Arquitecto Paisagista, apresentando características particulares que os distinguem dos demais espaços exteriores e que se devem ter em conta aquando da realização do projecto. É assim fundamental para iniciar esta fase de concepção, após a análise efectuada e interiorizada, ter como base os seguintes princípios orientadores de composição:

- A escola é cada vez mais um espaço de aprendizagem, não só aquela que se aprende através dos livros e dos professores, como também a aprendizagem do dia-a-dia, que resulta da convivência diária e das diversas relações estabelecidas entre os alunos, num espaço onde passam grande parte do seu tempo e que é determinante para a sua formação futura, enquanto pessoas e cidadãos.

Os espaços exteriores da escola são fundamentais para esta vivência diária da comunidade escolar, devendo ser sempre complementares ao espaço edificado e à sua vivência distinta. Estes, nunca podem ser considerados enquanto “espaços sobranes” do edifício, visto ser nestes espaços, por excelência livres e de **descontracção**, que os alunos, os seus principais utilizadores, desenvolvem competências e criam relações sociais, essenciais e complementares às vivências tidas no espaço interior, essencialmente lectivo, onde o silêncio e a concentração são elementos chave. Considera-se que o enquadramento e “decoração” dos edifícios nunca podem ser princípios de estruturação deste tipo de espaços, nem a adopção de “soluções padrão” ou de “design”, que podem eventualmente resultar noutro tipo de espaços exteriores. Desta forma, é fundamental que o espaço exterior e interior funcionem enquanto **unidade**, havendo **complementaridade** e **continuidade** entre ambos. Esta relação deve ser reforçada “*pela integração da circulação entre as partes que compõem*”⁷ a escola e é essencial para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos que, por um lado, aprendem e interiorizam informação no espaço lectivo interior e, por outro lado, complementam essa informação e experiência tida com as **relações sociais** e **aprendizagem** espontânea que se pode deter da fruição do espaço exterior;

- O espaço exterior deve ser projectado tendo em conta a criação de **diversidade**, de forma a estimular e ir de encontro às motivações dos seus utilizadores, que se encontram numa idade de aprendizagem e interiorização. É assim determinante a incorporação de usos e **actividades lúdicas, didácticas e pedagógicas** no espaço exterior, como o **convívio** e **recreio**, o **desporto** e **lazer** e todo o tipo de actividades que de alguma forma estimulem a **criatividade** e a **aprendizagem**. Para que os alunos realizem todas estas actividades é determinante que se sintam **seguros** e **protegidos**, o que é dado essencialmente pela contenção e conforto que deve ser inerente a este tipo de espaços;

- A **sustentabilidade**, o baixo consumo de água e mão-de-obra, conseguidos principalmente pelo uso de materiais resistentes e adaptados e espécies vegetais autóctones, são também objectivos a atingir, não só em espaços escolares, como em todo o tipo de espaços;

- A **flexibilidade** de usos e a **polivalência** de espaços tem igualmente de se ter em conta no desenho dos espaços exteriores, de forma a que estes espaços se adaptem às necessidades actuais dos seus utilizadores, moldando-se simultaneamente a possíveis alterações e às necessidades futuras das próximas gerações;

- O espaço escolar deve ser **integrador** em todos os sentidos, não só no sentido dos alunos se sentirem parte do todo que é a escola, mas também no sentido de integrar qualquer tipo de utilizador, garantindo

⁷ A. Viana BARRETO; Margarida VALLE; F. Salvação BARRETO; *Manual de Projecto: Arquitectura Paisagista*; Parque Escolar; 2009; pág. 14.

a **acessibilidade** aos espaços, por parte de todos os utilizadores da escola, com ou sem incapacidades, tendo para isso sempre em conta o DL 163/2006 de 8 de Agosto⁸. A acessibilidade deve ser garantida a todos os alunos, para que estes possam circular livremente e ter acesso a todos os espaços, como também aos veículos de emergência, sendo fundamental a existência de um percurso pedonal periférico, que garanta a circulação desses veículos;

Tendo tudo isto em conta a intervenção para a Escola Secundária de Loulé baseia-se fundamentalmente na multifuncionalidade, hierarquia e complementaridade de espaços.

A alteração dos volumes edificados provocou uma redução bastante significativa nos espaços exteriores desta escola, o que naturalmente condiciona a vivência dos mesmos, influenciando o desenho de projecto que teve de se ajustar funcional e espacialmente a esta alteração com o objectivo de a solucionar. É fundamental que espaço livre seja devidamente aproveitado, tornando-se ao mesmo tempo mais atraente, dinâmico e funcional e simultaneamente harmonioso e confortável, para que os alunos possam realizar as suas actividades livremente, sem imposição de qualquer tipo de obstáculo.

Esta redução dos espaços exteriores provocada pela implantação dos edifícios foi minimizada pela reintegração no perímetro escolar da escola, dos espaços actualmente periféricos e que não têm qualquer tipo de função nem utilização por parte dos alunos, contribuindo simultaneamente para a criação de um espaço mais amplo e de uma continuidade visual e funcional entre todos os espaços diferenciados que estruturam os espaços exteriores desta escola.

É de referir que esta ampliação do volume edificado actual por parte da equipa de Arquitectos teve consequências negativas, no que refere ao abate de um exemplar arbóreo de grande porte. Tal facto decorreu da falta de complementaridade e ajuste inicial entre as duas equipas. Somente aquando da sobreposição do levantamento topográfico com a planta da Arquitectura, se constatou o que esta reformulação do volume edificado originaria. Após reunião com o Arquitecto coordenador chegou-se à conclusão que nesta fase em que a Arquitectura já estava praticamente definida e o limite de entrega praticamente atingido, já não se poderia evitar o abate deste exemplar. O coberto arbóreo desta escola é bastante significativo, pelo que um dos principais objectivos desta proposta consistiu em preservar todas as espécies que se encontrem em bom estado de conservação, removendo somente aquelas, tal como acima se referiu, que se consideram imprescindíveis para a implantação do volume edificado e do campo de jogos coberto.

Tendo por base os limites existentes, bem como todas as estruturas já implantadas, definiram-se as principais linhas de concepção, com vista a resolver os problemas espaciais e funcionais detectados na fase anterior, não alterando de forma significativa o uso dos espaços e potenciando, por outro lado, as escolhas lúdicas e pedagógicas disponíveis no espaço exterior.

A falta de complementaridade entre as diversas zonas que constituem este espaço é evidente, pelo que se considera essencial a criação de uma linguagem única, que aglutine todos os espaços exteriores

⁸ Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.

desta escola, independentemente do seu uso/função distinto, harmonizando ao mesmo tempo a relação entre o espaço exterior e o espaço interior. Este objectivo alcança-se essencialmente por uma reformulação ao nível dos pavimentos, que definem os principais espaços da escola, e pela sua hierarquia interligam todo o espaço exterior, contribuindo para o desenvolvimento de áreas distintas, com usos e funções diferentes mas que se complementam entre si através dos espaços de circulação e distribuição.

Desenvolve-se assim a partir da zona de **entrada/recepção** da escola um conjunto de espaços diferenciados, entre os quais se destaca a zona central de estadia e encontro ("**praça**" dos alunos), as **áreas desportivas** destinadas à prática de desporto activo, as diversas **áreas verdes de integração e regulação ambiental, encontro e estadia**, a **zona expositiva** e os diversos **espaços de circulação, distribuição e estadia** que funcionam enquanto elemento gerador de continuidade entre todos os outros (Figura 9).

Foi também tido em conta na delimitação destas zonas a existência de uma área livre de obstáculos, de forma a assegurar o acesso de emergência a todo o perímetro e a todas as áreas funcionais importantes da escola.

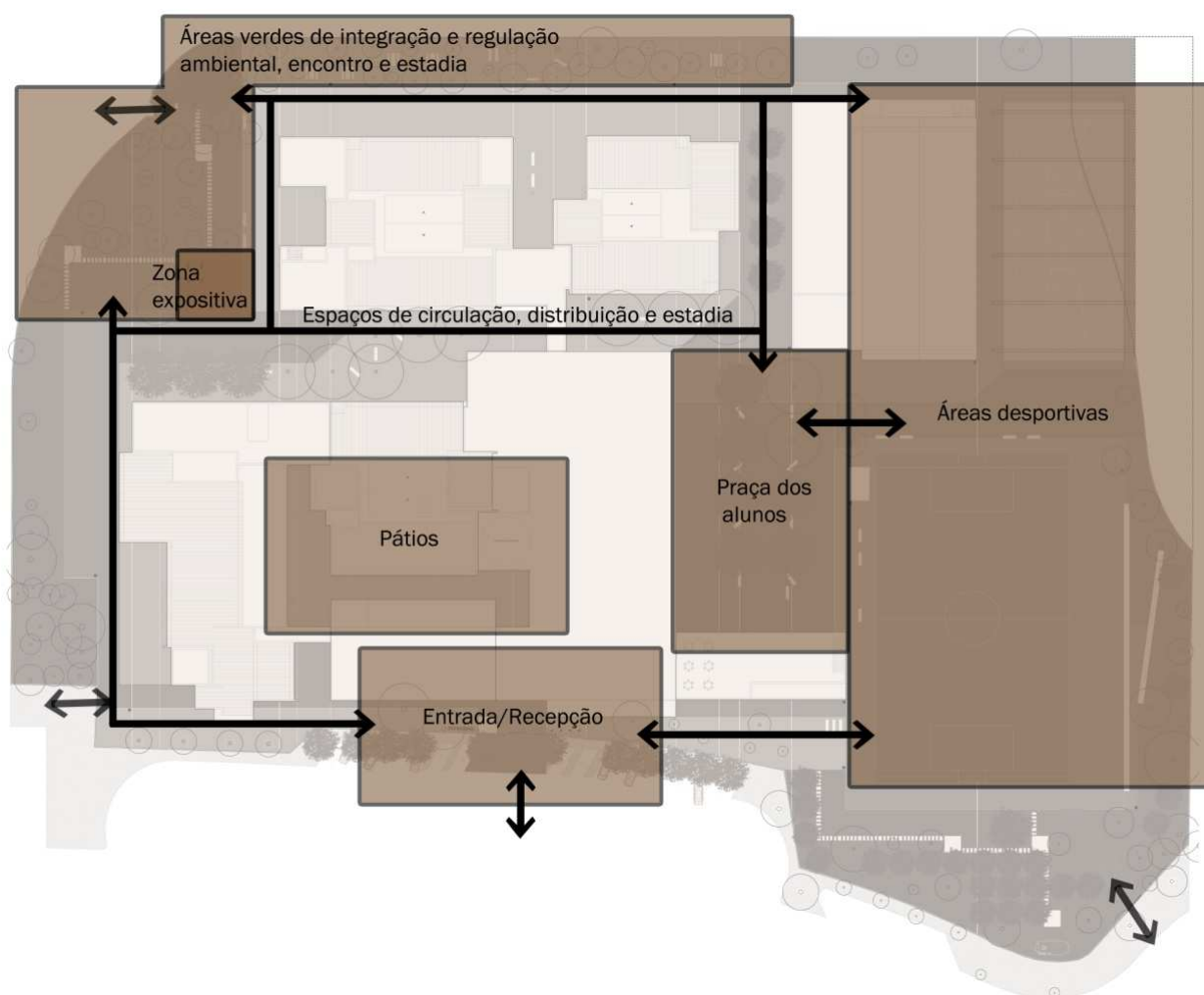


Figura 9 - Organograma funcional da proposta.

Entrada/Recepção

Actualmente a entrada/recepção desta escola localiza-se a Sul da mesma (Figura 10). Com as alterações que este espaço irá sofrer a zona de entrada/recepção irá ser alterada e deixará de estar numa situação periférica passando a localizar-se numa zona central, directamente ligada à portaria, ao estacionamento e à entrada principal do edifício (Figura 11).

Esta é uma zona com algum protagonismo, pelo papel que desempenha na recepção e distribuição dos seus utilizadores, sendo sempre tida em conta enquanto mais um espaço de encontro, visto ser neste espaço que os alunos entram na escola e se reúnem para mais um dia de aulas e onde se aglomeram novamente na altura de saída e regresso a casa.

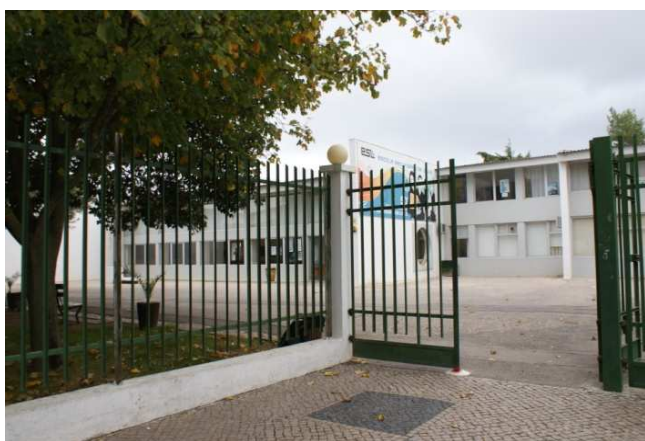


Figura 10 – Actual localização da zona de entrada.



Figura 11 – Localização proposta para a zona de entrada/recepção.

“Praça dos alunos”

Este é o espaço de estadia e encontro por excelência. A sua centralidade e proximidade com áreas sociais determinantes do espaço interior (cafetaria, refeitório e sala de estudo) e da zona desportiva, bem como a sua polivalência e fácil adaptação a eventos e iniciativas, fazem com que este espaço assuma uma grande importância ao nível dos espaços exteriores que compõem esta escola. Pretende-se que este espaço seja complementar ao espaço interior e às suas vivências, sendo projectado de forma a ir de encontro às necessidades de convívio e descontração dos seus utilizadores.

A sombra dos alinhamentos de árvores associa-se ao mobiliário urbano, que surge de forma aparentemente aleatória, no seguimento do desenho de pavimento preconizado (Figura 12), de forma a estar relacionado com as funções de descontração, convívio e recreio passivo que devem estar inerentes a este tipo de espaços. Esta verticalidade dada pelos elementos arbóreos atenua assim a horizontalidade do pavimento contínuo preconizado.

A zona da praça, marcada pela sua função de estadia e permanência, individualiza-se por um pavimento de cor distinta, cor ocre terra de siena. Esta diferenciação cromática resulta do uso distinto que caracteriza este espaço, que se evidencia dos demais espaços de circulação e distribuição, marcados pela cor cinza, escuro e claro, consoante a intensidade dos fluxos.

Nesta praça, como em toda a extensão da escola, são propostas umas guias em aço inox, que funcionam também como solução de drenagem. Estas guias “formam um “desenho” geométrico, que tem por génese a arquitectura e orientam as principais áreas/funções. As cores surgem para reafirmar a força do desenho “personalizando” as áreas de convívio/estadia. Nestas áreas, as funções poderão ser evidenciadas através de inscrições “embutidas” no pavimento, em aço inox, de pequenos textos de autores que se destacaram na área da poesia, matemática, física, etc.”.⁹



Figura 12 – Modelação 3D da “Praça dos alunos”.

Áreas desportivas

Numa escola secundária a existência de áreas desportivas que possibilitem a prática activa de desportos distintos é fundamental para o desenvolvimento físico e psicológico dos alunos, principalmente nesta época, marcada pelo sedentarismo e pela baixa prática desportiva.

As áreas desportivas da escola formalizam-se pelo pavilhão polidesportivo e pelo campo de jogos existente, a reformular. Pretende-se, contudo, que as áreas desportivas não estejam apenas limitadas ao polidesportivo e ao campo de jogos, libertando-se espaço livre nas zonas contíguas às áreas desportivas demarcadas, para que se possa praticar desporto de forma informal.

É também preconizado nesta fase, a pedido do Parque Escolar, um campo de jogos coberto, de forma a complementar as actividades praticadas no campo de jogos descoberto e no pavilhão polidesportivo.

Associado a esta zona desportiva e com o intuito de solucionar e ao mesmo tempo potenciar o desnível existente, é proposto um anfiteatro que funciona simultaneamente como muro de suporte. Este anfiteatro permite uma visualização bastante abrangente sobre os principais espaços de recreio da escola e principalmente sobre o campo de jogos. Quando estiverem a decorrer jogos o anfiteatro funciona como uma bancada complementar a toda esta área desportiva.

⁹ CENÁRIOS URBANOS LDA. - *Memória Descritiva e Justificativa - Escola Secundária de Loulé.*

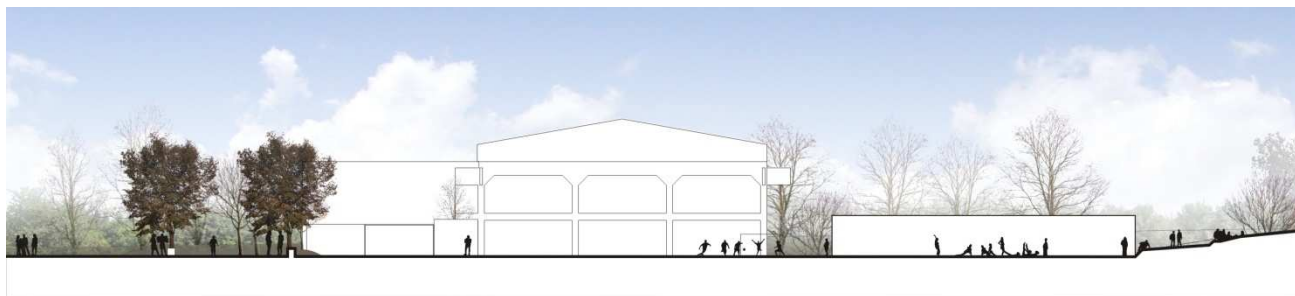


Figura 13 – Corte esquemático da “Praça” dos alunos, zona desportiva e anfiteatro.

Áreas verdes de integração e regulação ambiental, encontro e estadia

“Foi objectivo da proposta evidenciar a importância do serviço ecológico prestado pela estrutura verde existente, conservando e aumentando a sua expressão, salvaguardando a permeabilidade do solo e garantindo a sua continuidade com a “mata” envolvente.”¹⁰

As áreas propostas como áreas verdes de integração e regulação ambiental, encontro e estadia, são actualmente periféricas desempenhando apenas funções de enquadramento. Considera-se essencial que estas áreas, além da sua importância ecológica, de integração e regulação ambiental, façam parte integrante dos espaços exteriores de carácter social da escola. Associam-se assim a estas zonas funções de encontro e estadia informal de carácter intimista (áreas de estar associadas a mobiliário urbano, como bancos e mesas de merenda, de forma a potenciar o conforto dos seus utilizadores).

Zona expositiva



Figura 14 – Exemplo da localização de uma “máquina industrial” existente.

Devido ao carácter técnico/profissional associado a esta escola, existem alguns elementos simbólicos, essencialmente “máquinas industriais” (Figura 14) e um relógio solar, que se localizam pelo espaço exterior de forma aleatória. Foi assim objectivo da proposta a criação de uma área expositiva destinada à localização destes elementos já existentes, bem como de outros que venham a ser feitos por alunos/professores.

¹⁰ CENÁRIOS URBANOS LDA. - *Memória Descritiva e Justificativa - Escola Secundária de Loulé.*

Espaços de circulação, distribuição e estadia

São os espaços de circulação/distribuição que interligam todas as outras áreas e organizam e orientam a circulação e distribuição dos fluxos, criando a tal unidade e complementaridade que faltava nesta escola.

Estes espaços caracterizam-se pelo pavimento em betão poroso cor cinza, claro e escuro, consoante a intensidade dos fluxos, que vai sendo quebrado pelos alinhamentos de árvores existentes e propostas. Associam-se também a estes espaços zonas de estadia, marcadas pela localização de mobiliário urbano diverso, como bancos, papeleiras e bebedouros.



Figura 15 – Modelação 3D dos espaços de circulação, distribuição e estadia e zona expositiva.

7.1.5 – Projecto de Execução

O projecto dos espaços exteriores da Escola Secundária de Loulé, enquanto primeiro Projecto de Execução realizado, representou efectivamente uma experiência muito gratificante e enriquecedora, não pela sua grande complexidade, pois comparativamente aos restantes projectos efectuados este projecto é relativamente simples, tanto na linguagem conceptual, como na diversidade de soluções e pormenores que o constitui, mas por ter sido neste projecto que foi dada maior liberdade à estagiária, tanto na fase de concepção (onde houve a possibilidade, em conjunto com o Arq. Paisagista Miguel Pereira, de esboçar ideias e definir soluções), como na fase de Projecto de Execução. Por existirem mais projectos em curso no momento a ser realizados pelos outros Arquitectos Paisagistas da equipa, a parte desenhada foi efectuada pela estagiária com apoio e reuniões diárias com o Arq. Paisagista coordenador, o Arq. Paisagista José Brito e a Arq. Paisagista Amélia Santos, que desenvolveu a parte escrita.

À medida que se foi desenvolvendo o Projecto de Execução foram naturalmente sentidas algumas dificuldades. Tal facto se deveu à pouca experiência, uma vez que esta foi uma fase temporalmente menos abordada durante o percurso académico, relativamente à fase anterior, de Estudo Prévio, e também porque esta fase, enquanto fase que antecede a construção, tem de deixar todas as opções e soluções projectuais bem definidas e os pormenores associados ao projecto delineados e estruturados. As dúvidas que iam surgindo iam sendo esclarecidas diariamente com as reuniões diárias efectuadas, e as opções projectuais ajustadas às novas exigências que iam sendo feitas por parte do Parque Escolar.

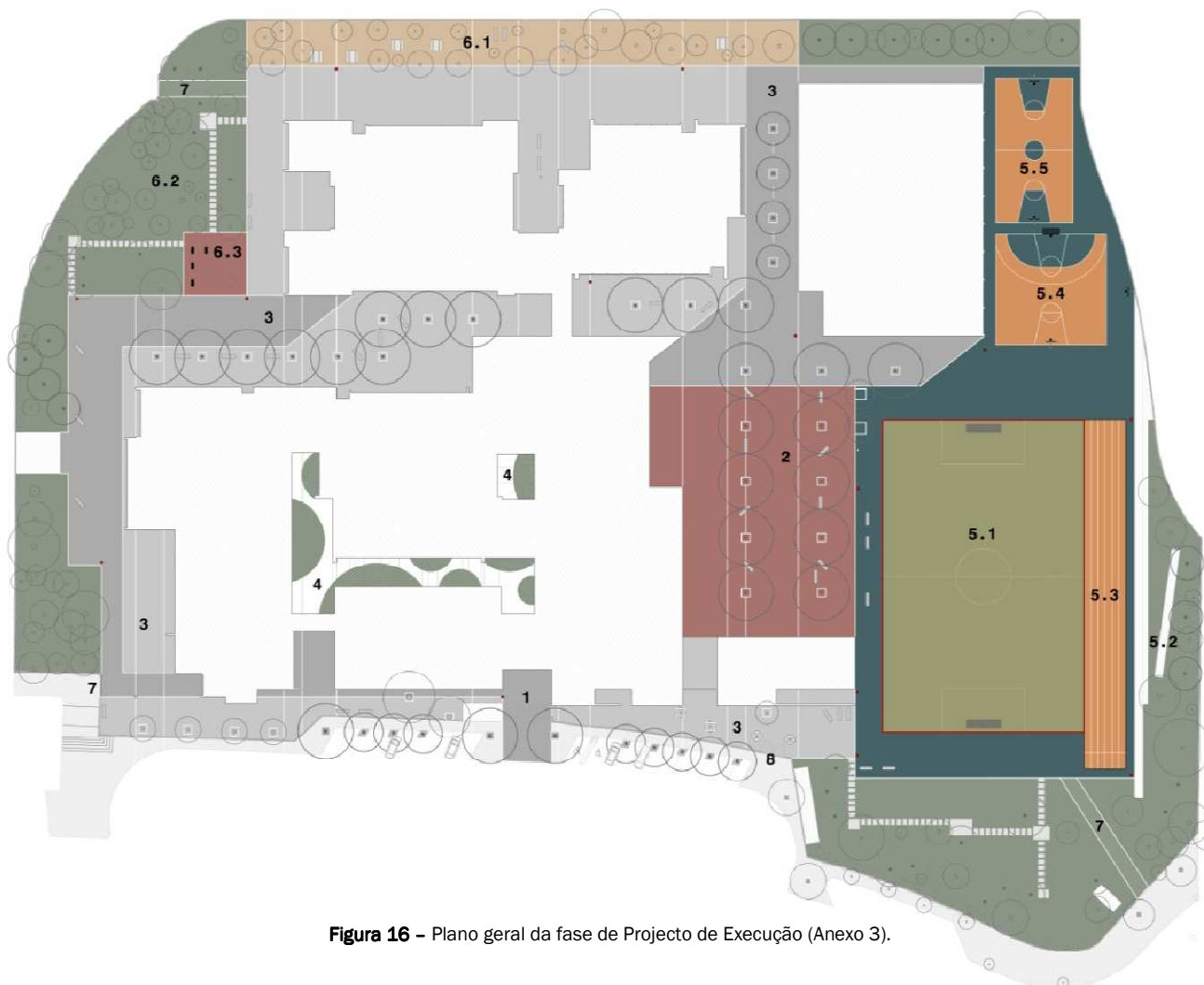


Figura 16 – Plano geral da fase de Projecto de Execução (Anexo 3).

Após a entrega da fase de Estudo Prévio iniciou-se a fase de Projecto de Execução, em que, além dos ajustes naturais que decorrem do amadurecimento de todo o processo, tiveram de se efectuar algumas alterações ao desenho e à proposta entregue na fase anterior, de acordo com as orientações dadas pelo Parque Escolar. O campo de jogos coberto, contemplado no plano geral da fase de Estudo Prévio, a pedido do Parque Escolar, foi substituído no plano geral da fase de Projecto de Execução (Figura 16) por campos de basquetebol e andebol descobertos. Foi também pedida a demarcação, na zona desportiva, de uma pista de atletismo, com aproximadamente 70m de comprimento.

Após reunião com o Arquitecto chegou-se à conclusão da existência de pátios interiores, que era necessário ter em conta no desenho de projecto e que não tinham sido contemplados na fase anterior. Existiam ainda algumas indefinições relativas ao limite da escola e ao possível aumento da sua área, que ficaram esclarecidas no decorrer desta fase, não havendo assim qualquer alteração ao limite existente da escola.

É ainda de referir que durante toda a fase de Projecto de Execução houve uma transmissão de informação permanente entre a equipa de Arquitectos Paisagistas e o Arquitecto coordenador, o Arq. Jorge Guerreiro. Toda a informação e alterações que eram necessárias fazer eram reciprocamente comunicadas ao Arquitecto coordenador, que funcionava como meio de ligação entre todos os técnicos das diversas especialidades que participaram neste processo.

A fase de Projecto de Execução foi acompanhada por diversas peças escritas e desenhadas, que posteriormente se descrevem, bem como de um plano de manutenção e gestão (Anexo 16), onde se definem temporalmente, para os diferentes materiais vivos e inertes, as principais operações a desenvolver *a posteriori* da fase de construção, para que este espaço e todos os elementos que o constituem se mantenham preservados ao longo dos anos.

Construções/Demolições (Anexo 4)

Esta é uma peça que se efectua sempre no decorrer desta fase. Antes de se efectuar esta peça desenhada, por nunca ter sido realizada no decorrer do percurso académico, teve de haver um esclarecimento prévio sobre a sua elaboração e finalidade.

A planta de construções/demolições, vulgarmente designada por planta de amarelos e vermelhos é essencialmente uma planta de trabalho, essencial para a fase de construção, que deve ir sendo feita à medida que se vai avançando com a proposta de intervenção. Resulta da sobreposição do levantamento topográfico com o plano geral da proposta, de modo a perceber de forma clara quais os elementos a demolir (desenhados a amarelo), a manter (desenhados a preto) e a construir (desenhados a vermelho). Esta peça deverá conter o máximo de pormenor, uma vez que é essencial na elaboração do mapa de trabalhos, relativo às medições e orçamentos.

Implantação Planimétrica (Anexo 5)

A planta de implantação planimétrica, à semelhança da planta de amarelos e vermelhos é igualmente uma planta de trabalho. É nesta planta que são dimensionados os diversos elementos propostos, bem como a relação entre eles, de modo a que estes possam ser implantados de forma coerente com aquilo que é estabelecido no desenho de projecto.

A implantação planimétrica dos espaços exteriores da Escola Secundária de Loulé foi relativamente simples de efectuar, pela simplicidade da proposta e também pela sua geometria, sendo que o desenho de pavimento se implanta a partir dos volumes edificados propostos, fazendo sempre ângulos de 90° com os mesmos.

Implantação Altimétrica (Anexo 6)

A modelação de terreno proposta deverá ter em conta as diferenças de nível existentes na escola, garantindo a existência de pendentes que assegurem um eficiente escoamento superficial das águas pluviais, nas áreas impermeáveis. De forma a eliminar o excesso de água das zonas pavimentadas é garantida uma inclinação mínima de 1.5% nestas áreas. O esquema relativo à drenagem superficial foi efectuado pelos Arquitectos Paisagistas da equipa e a pormenorização do sistema de drenagem interna, pelo engenheiro da respectiva especialidade.

A solução de drenagem existente, constituída por valetas em calçada de calcário branco será substituída, propondo-se uma nova solução que unifique todo o espaço. Para substituir esta solução de drenagem e manter simultaneamente a eficácia de recolha dos caudais de pluviais são propostas caleiras de 0.10m a envolver o campo de jogos e as zonas verdes da escola, sendo que nas restantes zonas constituídas por pavimento em betão poroso, são propostas caleiras contínuas com 0.02m de largura aparente. É fundamental que durante a obra todas as pendentes projectadas sejam verificadas, de forma a confirmar que não existem incompatibilidades ou erros.

Com vista a resolver problemas associados ao desnível existente é reformulado o muro de suporte em betão (Anexo 15), a Norte da escola, cujo pormenor é efectuado pela respectiva especialidade. É também criado com o propósito de resolver o desnível existente e de complementar a zona desportiva com uma área onde os alunos se possam sentar e descontraír e simultaneamente assistir aos jogos, um anfiteatro em betão (Anexo 15), que funciona igualmente como um muro de suporte de terras.

Equipamentos e Mobiliário Urbano (Anexo 7)

O mobiliário urbano proposto para esta escola (bancos e mesas de merendas, bebedouros e papeleiras, mastro de bandeira e suporte de bicicletas) caracteriza-se por ser resistente ao uso intensivo e de fácil manutenção e conservação, assegurando simultaneamente um *design* simples e elegante associado à funcionalidade. A localização destes elementos não é de todo decorativa, estando relacionada com as suas características e funções integradas no todo, de forma a complementar as ideias e funções preconizadas para cada espaço. A sua correcta distribuição é determinante para o êxito e vivência das áreas exteriores.

Propõe-se que o relógio solar existente, devido ao seu carácter didáctico e artístico, que reforça a identidade da escola, seja relocado para a zona expositiva, admitindo-se ainda, nesta ou noutras zonas de encontro da escola, a utilização de outros elementos decorativos feitos por alunos e/ou professores.

Existem ainda alguns equipamentos adequados aos vários desportos preconizados para esta escola, como é o caso do Conjunto Desportivo (Baliza de Andebol/Tabela de Basquetebol), que complementam os equipamentos já existentes que se pretende manter e recuperar, como as tabelas de basquetebol.

Plano de Plantações (Anexo 8)

Tal como já se referiu anteriormente, na fase de Estudo Prévio, um dos principais objectivos desta proposta, devido ao coberto vegetal desta escola ser bastante expressivo, consiste em salvaguardar o máximo de exemplares possíveis, removendo apenas aqueles que não se encontrem em bom estado de conservação, as espécies infestantes, bem como os exemplares imprescindíveis para a implantação dos edifícios e dos campos de jogos.

Prevê-se a afirmação de uma alameda na “Praça” dos Alunos, de forma a conferir ensombramento e simultaneamente coerência e continuidade a este novo espaço. São igualmente propostos, em alguns espaços de circulação e estadia, novos alinhamentos arbóreos. Para além disso, propõe-se o reforço da vegetação arbórea na zona Nascente da escola.

Todas as espécies utilizadas são bem adaptadas às condições edafo-climáticas do local (Freixos, olaias, choupos negros, tílias, etc.), o que leva à racionalização e minimização dos trabalhos de manutenção e conservação.

É também de referir a atenção que se deverá ter aquando da abertura de caixas para os pavimentos ou da abertura de valas para as infra-estruturas, de forma a não pôr em causa a estabilidade das árvores. Ao nível dos revestimentos, optou-se pela sementeira de prado, com espécies adaptadas às condições de secura da região.

Planta de Pavimentos e Revestimentos (Anexo 9)

Com vista a conferir unidade e continuidade entre todas as zonas que constituem esta escola é proposta uma uniformidade ao nível de pavimento, havendo um domínio do pavimento em betão poroso colorido, em cor ocre na “praça” dos alunos e na zona expositiva, e em cor cinza, escuro e claro, nos restantes espaços de circulação, distribuição e estadia, definindo assim de forma clara os diferentes espaços da escola e as diferentes funções e usos que lhes estão associados.

Nas zonas desportivas, pela importância que a segurança e conforto têm nestas áreas, optou-se pela utilização de um tapete de resina acrílica com pigmento, em cores distintas, de forma a demarcar os diferentes campos propostos, de basquetebol e andebol e também as pistas de atletismo, relacionando-se o seu desenho com o restante desenho geométrico de pavimento em betão poroso, que tem por génese a Arquitectura.

No perímetro interior do espaço escolar, marcado essencialmente pela sua permeabilidade, são propostas zonas de laje de betão que permitam uma circulação mais informal, e nas outras áreas, onde se localiza a zona de estadia mais intimista associada a bancos e mesas de merendas, inertes com ligante do tipo “Terraway”.

Foi ainda efectuada, nesta fase de Projecto de Execução, uma proposta de intervenção para o pátio interior do edifício principal. Por este não ser um espaço para ser directamente utilizado, mas sim para ser contemplado, um dos principais objectivos que se associa à proposta é o baixo custo de obra e a baixa manutenção. Pretende-se garantir uma continuidade entre este espaço e os espaços exteriores da

escola, baseando-se o seu desenho na linguagem geométrica da Arquitectura e tendo sempre em conta a relação visual entre o interior do edifício escolar e o pátio. Propõem-se para este espaço a utilização de gravilhas coloridas, assentes sobre geotêxtil, de forma a garantir o controlo do aparecimento de infestantes, a permeabilidade do solo e ao mesmo tempo a redução da evaporação.

Plano de Rega (Anexo 10)

Em todos os projectos desenvolvidos no decorrer do estágio, tal como o levantamento topográfico foi feito por um topógrafo e as medições e orçamento pelo medidor orçamentista, o plano de rega foi sempre realizado por um Arq. Paisagista com experiência nesta área. Contudo, os planos e trabalhos referidos não dispensaram o acompanhamento permanente do Arquitecto projectista.

A rega é uma temática que envolve alguns conceitos específicos, considerando-se essencial que seja feita por uma pessoa com formação e experiência prática nessa área. Foram transmitidas as informações necessárias, relativas às áreas que se pretende regar e às diferentes necessidades hídricas das espécies propostas, a partir das quais se realizou esta peça técnica.

Prevaleceram no projecto soluções de plantações/sementeiras com poucas exigências hídricas, desenvolvendo-se ainda uma solução de recolha e armazenamento da água da chuva, para posterior utilização no sistema de rega (princípio básico de sustentabilidade).

Pormenorização

Foi na fase de pormenorização que mais dificuldades se sentiram, onde foi necessário um esclarecimento diário por parte de Arq. Paisagistas com uma grande experiência em obra. Esta experiência é fundamental pois permite evitar erros e decisões, que no papel parecem as mais correctas mas que na prática já se sabe que não resultam.

Foi determinante, para que em obra o projecto e a sua essência sejam respeitados, bem como para a especificação dos materiais e das dimensões dos diversos elementos que integram este espaço, a realização de diversos pormenores, entre os quais se destacam:

- Pormenor dos pavimentos (Anexo 11);
- Pormenor das caldeiras de árvores (Anexo 12);
- Pormenor do bloco de betão para assentamento das máquinas existentes – zona expositiva (Anexo 13);
- Pormenor da rampa para deficientes (Anexo 14);
- Pormenor do anfiteatro e muro de suporte em betão (Anexo 15).

7.1.6 – Finalização do Processo – ProNIC

O Parque Escolar, no âmbito da 3ª Fase do seu Programa de Modernização, dirigido ao Ensino Secundário, celebrou um contrato de prestação de serviços com o consórcio ProNIC para a implementação de um sistema de gestão da informação técnica dos seus projectos.

A entrega do Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé realizou-se de maneira distinta da habitual. A finalização deste processo foi informatizada, sendo feita através do projecto ProNIC - Protocolo para a Normalização da Informação Técnica na Construção, que está orientado para o sector da construção e consiste na inserção de todas as peças escritas e desenhadas efectuadas numa plataforma electrónica, que gera articulados standard para cadernos de encargos de trabalhos de construção civil, bem como toda a documentação necessária ao lançamento de uma obra, incluindo a estimativa orçamental, medições detalhadas e mapa de trabalhos e quantidades.

O objectivo desta informatização consiste em melhorar a qualidade na construção, através da criação de uma referência sobre as melhores práticas e especificações técnicas mais exactas dos trabalhos ao nível da construção.

Reduz-se desta forma os custos associados à fase de elaboração e análise de cadernos de encargos e simultaneamente os erros de interpretação dos documentos de concurso e projecto. Contudo, por ser a primeira vez que se entregou um projecto desta forma e pela complexidade associada a este sistema, foi um processo bastante complexo e demorado. A geração de cadernos de encargos de forma automática nem sempre resulta da melhor forma, porque há sempre situações que não estão contempladas e situações de construção distintas daquelas que se pretende, principalmente em obras de espaços exteriores, o que se deve essencialmente aos cadernos de encargos criados estarem orientados para trabalhos de construção civil.

7.2 - Concurso de concepção do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão

O Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão representou o primeiro contacto com a participação em concursos públicos e com todas as questões, essencialmente burocráticas e conceptuais, que lhe estão associadas.

Perante a complexidade de abordagem associada a este concurso, é de referir a importância da Arq. Paisagista Amélia Santos enquanto elemento coordenador de uma equipa constituída por técnicos de especialidades distintas, nomeadamente três Arquitectos Paisagistas, dois Arquitectos, uma Urbanista, um Engenheiro do Ambiente, um Engenheiro Electrotécnico e uma Engenheira Civil.

7.2.1 – Concursos públicos – Concursos de Concepção

Uma das formas de obtenção de trabalho no sector privado é a participação em concursos públicos. O presente concurso público teve por objecto a elaboração do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão, sendo a entidade pública contratante o Município de Olhão.

Foi necessário para a participação neste concurso uma candidatura prévia, constituída por diversos documentos destinados à qualificação dos candidatos. Após análise desta documentação por parte do júri, procederam à avaliação da capacidade técnica e financeira dos candidatos, tendo posteriormente elaborado o Relatório Final da fase de qualificação, onde indicaram quais os candidatos excluídos e admitidos. Foram admitidos para proceder à apresentação dos trabalhos de concepção, dentro dos prazos previamente estabelecidos, seis candidatos.

Os trabalhos de concepção têm de ser apresentados em suporte de papel, para serem sujeitos à avaliação do júri, devendo contemplar peças desenhadas apoiadas em notas descritivas, que permitam, na avaliação das propostas, a apreciação das características fundamentais das soluções preconizadas. O resultado final está dependente da avaliação do júri, que tem para tal em conta critérios associados principalmente à qualidade da proposta (Qualidade técnica da proposta no domínio da Arquitectura, desenho urbano e Arquitectura Paisagista; inovação inserida na proposta; modelo metodológico, plano dos trabalhos e forma de participação pública) e também à exequibilidade do projecto e sua viabilidade económica.

É de ter em conta aquando da participação em concursos públicos a importância da imagem, não só a imagem geral de todo o processo, de forma a transmitir no espaço estabelecido as principais ideias de forma clara, como também dos cortes e perspectivas de apoio às plantas, de modo a que todas as pessoas, independentemente da sua formação, possam entender aquilo que se pretende na proposta. Além de todos os factores tidos em conta pelo júri, bem como das principais linhas programáticas por ele definidas, a imagem foi também um aspecto determinante a ter em conta na realização deste processo, cujo prazo de realização foi bastante curto.

Desde o conhecimento do Relatório Final da fase de qualificação, onde se verificou a participação da equipa neste processo, até à data de entrega do mesmo, 16 de Março de 2010, decorreram

aproximadamente duas semanas, marcadas por diversas reuniões, idas ao local e por todo o procedimento essencial para a entrega do processo, durante o qual houve uma grande entrega e dedicação por parte de toda a equipa.

Devido aos prazos apertados para a entrega desta fase, a metodologia interna de trabalho adoptada foi determinante, sendo previamente estabelecido, entre a equipa de Arquitectos Paisagistas, quais as tarefas a cada um incumbidas. Desde o início que todo o trabalho foi feito em equipa, de forma a obter os melhores resultados possíveis, tanto a nível de conteúdo como ao nível de apresentação.

A síntese da análise relativa à área de implementação do Parque Urbano de Olhão foi efectuada pela estagiária, em constante diálogo com a equipa, devido à complexidade do espaço de intervenção. Os restantes Arq. Paisagistas da equipa conhecem e têm uma relação muito próxima com esta zona, o que foi fundamental para a realização da análise e compreensão do espaço de intervenção e sua potencialidade. Toda a concepção foi realizada pela Arq. Pais. Amélia Santos em constante diálogo com os restantes Arq. Pais. da equipa, nomeadamente o Arq. Pais. Miguel Pereira e a estagiária. Após as linhas gerais da proposta definidas em AutoCAD pela Arq. Pais. Amélia Santos foi a estagiária que efectuou o tratamento do Plano Geral, de forma a conferir uma imagem uniforme e perceptível entre todas as peças desenhadas, tendo em conta a escala em que o Plano Geral se apresenta. É ainda de destacar as fotomontagens e modelação 3D, que neste como em todos os projectos apresentados, foram realizadas pela estagiária.

7.2.2 – A Escala - Plano de Pormenor

“O plano de pormenor desenvolve e concretiza propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infra-estruturas e o desenho dos espaços de utilização colectiva, a forma de edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e inserção urbanística dos equipamentos de utilização colectiva e a organização espacial das demais actividades de interesse geral.”¹¹

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o Plano de Pormenor deve adoptar o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita e aos objectivos previstos nos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a sua elaboração, estabelecendo nomeadamente:

- A definição e caracterização da área de intervenção identificando, quando se justifique, os valores culturais e naturais a proteger;
- As operações de transformação fundiária necessárias e a definição das regras relativas às obras de urbanização;

¹¹ Artigo N.º 90 do Decreto – Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto – Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

- O desenho urbano, exprimindo a definição das zonas verdes e espaços públicos, de circulação viária e pedonal, de estacionamento bem como do respectivo tratamento, alinhamentos, implantações, modelação do terreno, distribuição volumétrica, bem como a localização dos equipamentos;
- A distribuição de funções e a definição de parâmetros urbanísticos, designadamente índices, densidade de fogos, número de pisos e cérceas;
- Indicadores relativos às cores e materiais a utilizar;
- As operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes;
- As regras para a gestão e manutenção dos espaços públicos;
- A implantação das redes de infra-estruturas, com delimitação objectiva das áreas a elas afectas;
- Os critérios de inserção urbanística e o dimensionamento dos equipamentos de utilização colectiva e a respectiva localização;
- A identificação dos sistemas de execução do plano e a programação dos investimentos públicos associados, bem como a sua articulação com os investimentos privados;
- A estruturação das acções de perequação compensatória.

A presente proposta consiste na elaboração do Plano de Pormenor UOP8 - Parque Urbano da Cidade de Olhão, que consiste num instrumento de gestão territorial de âmbito municipal, mais concretamente, num plano municipal de ordenamento do território, cuja elaboração se rege pelo disposto no RJIGT.

No domínio jurídico do sistema de gestão territorial, na área de intervenção do Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão, destaca-se o Plano Director Municipal (PDM) de Olhão, que constitui o principal instrumento de enquadramento urbanístico do plano, bem como, o disposto nos diplomas referentes aos conceitos técnicos (Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio), à cartografia (Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de Maio) e à qualificação do solo (Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio), sendo que, qualquer alteração ao PDM de Olhão por força da aplicação da proposta deste Plano de Pormenor será devidamente enunciada em termos regulamentares.

No que respeita ao modelo de organização espacial do território traduzido no PDM de Olhão para a área de intervenção do *Plano de Pormenor UOP8 - Parque Urbano da Cidade de Olhão*, verifica-se que grande parte da área deste plano coincide com a UOPG¹² 8, definida como parque urbano de Olhão e para a qual se encontra prevista a elaboração de um Plano de Pormenor assente num programa específico.

A área deste Plano de Pormenor integra o perímetro urbano da cidade de Olhão, correspondendo a sua zona de intervenção às categorias de Espaços Urbano Estruturante I, Espaço Urbanizável de Expansão I e Espaço Natural Cultural.

¹² UOPG - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão - demarcam espaços de intervenção com uma planeada ou pressuposta coerência e que devem ser tratados a um nível de planeamento de maior detalhe.

O espaço abrangido pelo futuro Parque Urbano da Cidade de Olhão desempenha um papel de centralidade relativamente a um conjunto significativo de equipamentos de carácter social existentes nas proximidades: creches, escolas, lares, centro de saúde, centro comercial, etc. É assim de referir a importância deste Plano de Pormenor no contexto urbano em que se insere, visto a sua implementação poder dar resposta às necessidades de lazer e recreio da actual e futura população da cidade, minimizando as carências de espaço aberto qualificado e contribuindo simultaneamente para a sua valorização e dignificação.

A escala/expressão que a aplicação deste plano terá relativamente à extensão da cidade, pode conferir-lhe um carácter que transpõe a escala local, garantindo assim a este espaço um grau de atractividade regional, que para além de se constituir como remate Norte irá constituir um espaço de recreio e lazer de uso público com interesse na cidade. A importância deste espaço e da sua escala é salientada pelo facto de nenhum dos concelhos próximos possuir qualquer equipamento desta tipologia - Parque Urbano, quer ao nível da dimensão quer dos valores e potencialidades que este encerra.

7.2.3 – Análise

Após uma ida ao local, com a equipa de Arquitectos e Arquitectos Paisagistas que integram a equipa, foram efectuadas algumas reuniões, onde se identificaram as principais condicionantes e potencialidades deste espaço, cujo entendimento é fundamental para a fase de concepção e que foram sintetizadas na fase de análise (Anexo 18), que posteriormente se enuncia.

A área determinada para a implementação do Parque Urbano de Olhão localiza-se dentro do perímetro urbano da cidade, possuindo uma área aproximada de 44 ha.

Esta é uma área de limites bem definidos, estando limitada a Sul pela Estrada Nacional 125, a Nascente pela estrada de Quelfes, a Poente pela Rua Augusto Salas e a Norte por terrenos agrícolas.

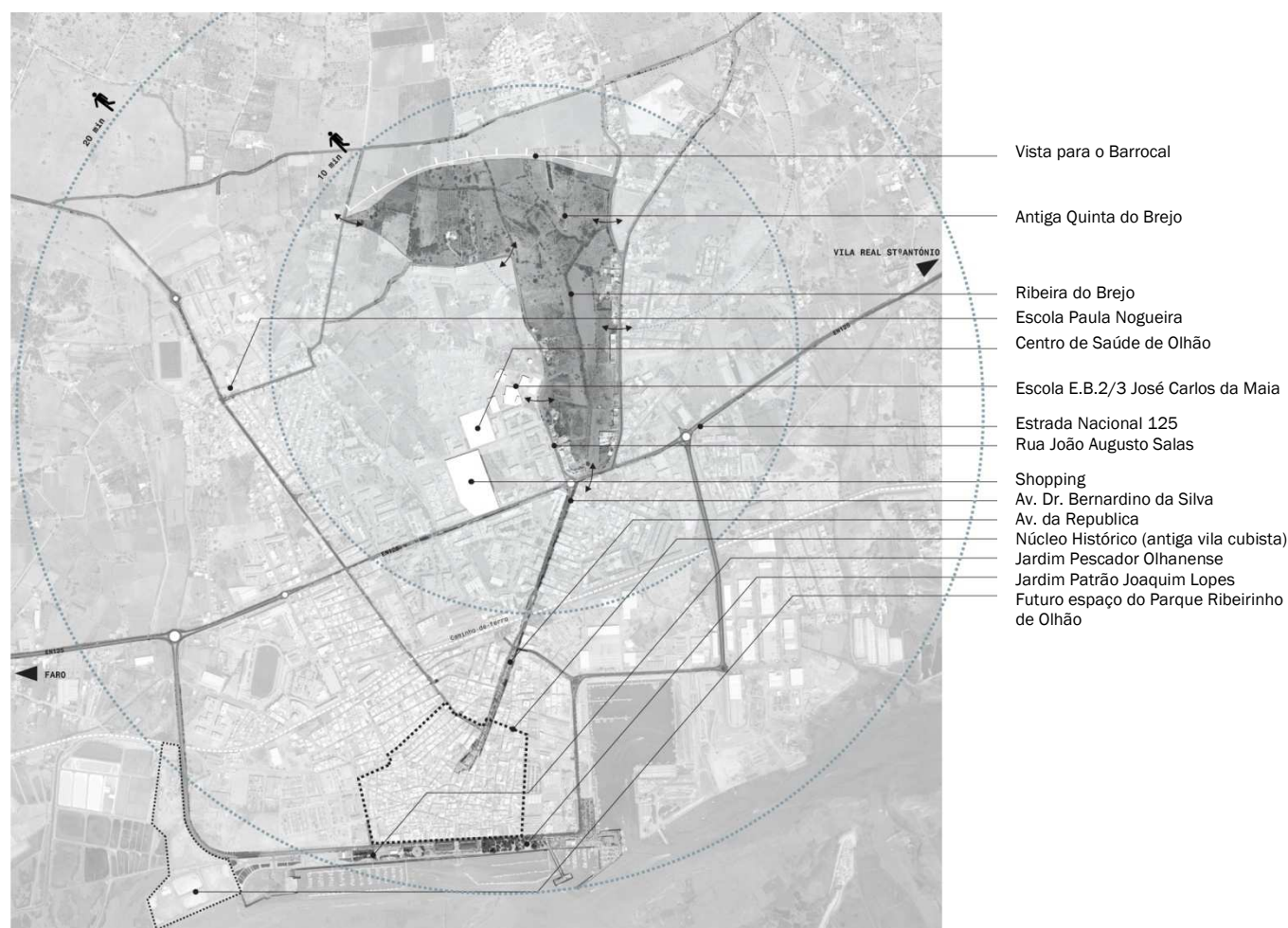


Figura 17 – Localização e enquadramento do espaço de intervenção à escala da Cidade (Adaptação de imagem com base em: Google Earth).

As circulações, pedonal e viária existentes, caracterizam-se por fluxos hierarquizados relativamente à sua intensidade e expressão, destacando-se a EN125, de ligação entre a nova e a antiga cidade, e a Rua Augusto Salas, que liga as novas áreas residenciais, a Escola e o Centro de Saúde (Anexo 17). O Parque terá assim um carácter central relativamente à cidade, constituindo-se como elemento de aglutinação urbana.

Apesar dos seus limites bem definidos, apresenta uma imagem em transformação, o que se evidencia essencialmente no seu perímetro, marcado por situações de indefinição urbana, como os vários remates em ruas sem saída e os edifícios implantados de forma completamente desordenada. Todas estas

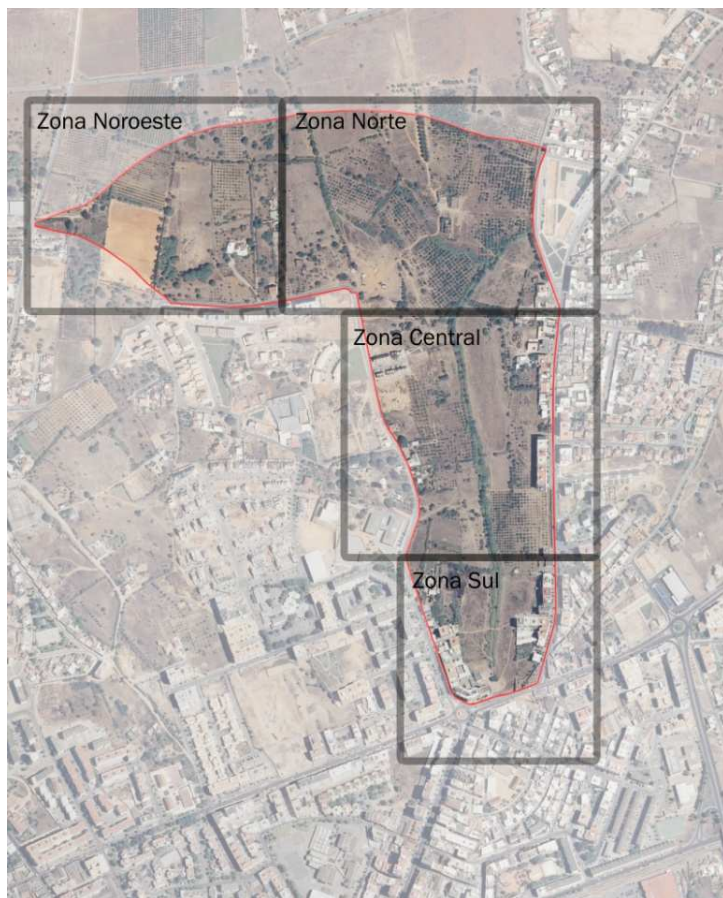


Figura 18 – Fotografia aérea do espaço abrangido pelo futuro Parque Urbano da Cidade de Olhão e diferenciação das áreas identificadas (Adaptação de imagem com base em: Google Earth).

pressões urbanísticas que se verificam na área de intervenção do plano contribuirão para a sua desqualificação enquanto espaço urbano e para o seu consequente abandono e esquecimento.

Este espaço é bastante diferenciado, no que refere ao seu uso e relações estabelecidas com os espaços contíguos, existindo de Sul para Norte (Figura 18) uma quantidade de situações distintas que importa destacar.

Na área a **Sul**, de ligação com a EN125, prevalecem situações de “traseiras” dos edifícios (Figura 19–2), sendo esta área constantemente alvo de inúmeras apropriações indevidas por parte dos seus utilizadores, o que contribui para a desvalorização da imagem e das potencialidades paisagísticas e biofísicas deste espaço.

Caracteriza-se por ser espacialmente confinada e desprovida de vegetação, onde predominam a linha de água (ribeira do Brejo que atravessa o espaço no sentido Norte/Sul) e o amplo espaço adjacente, de cotas mais baixas, atravessado por caminhos de pé posto que transpõem as duas margens.



Figura 19 – 1: Linha de água desprovida de vegetação - Forte presença dos alinhamentos construídos; 2: Exemplo de uma situação de “traseira dos edifícios”.

A zona **central**, de maior dimensão relativamente aos restantes espaços, distingue-se pela presença de vestígios de património hidráulico (Figura 20–1), a recuperar, e edificações de lavoura que se têm vindo a transformar pelas alterações de relevo e sucessivos aterros realizados, que funcionam simultaneamente como obstáculos à circulação de pessoas e da água (Figura 20–2).

A forte presença dos alinhamentos construídos é cada vez menos manifestada. À medida que se avança para Norte estes vão surgindo de forma descontínua, aumentando, à medida que a sua presença se torna menos marcante, a transparência entre esta zona e o espaço que a envolve.

A vegetação é marcada pela presença pontual de alfarrobeiras, oliveiras, amendoeiras e pomares de citrinos abandonados.



Figura 20 – 1: Vestígios de Património Hidráulico ; 2:Alteração do relevo – Aterro que funciona como obstáculo à circulação.

Na área **Norte** há um maior afastamento da malha urbana. O sistema de vistas é uma potencialidade inerente a esta zona. As cotas são mais altas, o que permite uma fruição sobre toda a paisagem envolvente, nomeadamente, o interior do próprio parque e o Cerro de S. Miguel, a Norte.

Esta área é pontuada no centro pelas ruínas da Quinta do Brejo (Figura 21–2), localizada numa pequena colina, com sectores significativos de relevo alterado por aterros de grandes dimensões (Figura 21–1), que apresentam ravinamentos profundos, tendo coberto toda a vegetação e os solos férteis pré-existentes.



Figura 21 – 1: Relevo alterado por um aterro de grandes dimensões; 2:Ruínas da Quinta do Brejo.

A **Noroeste** prolonga-se o último sector do terreno, onde se destaca a existência de assentamentos urbanos incipientes e loteamentos novos que confrontam com a rua principal. Este espaço manifesta também sinais de degradações, perceptíveis quer ao nível do relevo (Figura 22-2) quer do edificado, apresentando, por outro lado, conjuntos arbóreos de realce: alamedas de oliveiras (Figura 22-1), manchas de pinheiro manso e azinheiras pontuais.



Figura 22 – 1: Alameda de Oliveiras com interesse; 2: Degradação ao nível do relevo.

7.2.4– Estratégia Conceptual (Anexo 19)

O desenvolvimento da proposta está assente numa estratégia que se define essencialmente pela intervenção a níveis distintos: ao nível do tecido urbano e ao nível dos sistemas e processos naturais e culturais.

No que refere ao tecido urbano é fundamental ter em conta, aquando da realização da proposta, a importância que este espaço representa para a malha urbana em que se insere, nomeadamente para a criação de uma nova imagem ao nível do sistema edificado desta área da cidade, rematando, unindo, melhorando e criando novas relações de volumes e espaços. Esta melhoria e coesão do sistema edificado aliada à criação de espaços abertos de qualidade, fazem com que este Parque venha a ser reconhecido como um elemento valorizador da cidade e dos seus habitantes, que com ele se identifiquem. Para tal é fundamental que ao nível dos espaços abertos que este Parque irá comportar, seja mantida e melhorada toda a rede de percursos, tanto os de utilização permanente como os de utilização de carácter mais pontual, e que a estes percursos estejam associados diversos pontos de atracção e permanência, de carácter social, de forma a reforçar o bem-estar e a qualidade de vida de toda a população.

A proposta ao nível do tecido urbano terá sempre como princípio uma valorização das características do lugar, procurando integrar as dinâmicas previstas num modelo evolutivo de território, enriquecendo o padrão simplificado existente de ocupação territorial. *“Nesta fase de proposta é necessário questionar a pertinência da criação de uma nova organização espacial na paisagem urbana da cidade de Olhão.*

Torna-se fundamental uma nova reflexão sobre as novas ocupações do território enquadradas na realidade urbana da cidade.

A atitude analítica e conceptual, resultante de uma leitura fenomenológica do local, exige uma projecção futura que se consubstanciará na apropriação do mesmo, no tempo e no espaço, e passa por uma proposta que estabelece a definição de espaços urbanos homogéneos correspondendo a uma ou várias unidades de vizinhança. As tipologias arquitectónicas e urbanas terão que assumir uma interpretação contemporânea baseada nos modelos de referência, resultado da análise morfológica e arquitectónica das estruturas existentes na cidade de Olhão.”¹³

De modo a viabilizar a proposta de forma controlada, deverão ser criadas parcerias entre os diversos agentes económicos (investidores) e os agentes locais, com o objectivo de preservar com um maior esforço o património cultural e natural característico da cidade de Olhão.

Relativamente aos sistemas e processos naturais e culturais é determinante que a estratégia conceptual tenha em conta uma melhoria do seu funcionamento, ao nível hidrológico, pedológico, da flora e vegetação e da presença de vida, de forma a aumentar a diversidade biológica e ecológica desta área e a criar condições para que todo o ambiente urbano e cultural seja melhorado e potenciado, para que a população Olhanense tenha a possibilidade de contactar directamente com a Natureza e com todas as especificidades naturais e culturais que lhe estão associadas.

Ao nível dos sistemas e processos naturais e culturais, pretende-se que a proposta reflecta os seguintes princípios de intervenção:

Reactivação/Reutilização

A compreensão do lugar e de todos os elementos que o integram e identificam, como os sistemas naturais, culturais, patrimoniais e as diferentes formas de apropriação do espaço, é preponderante para concepção deste Parque Urbano. A génese de concepção do Parque baseia-se assim na reactivação e reutilização desses mesmos sistemas que *“levarão a que o Parque cumpra o papel de verdadeiro serviço ecológico, social e cultural. A reutilização (e valorização) dos elementos e sistemas presentes, através de nova linguagem formal e de materiais, leva à fácil implementação, gestão e conservação do Parque e ao reforço da sua identidade no contexto da cidade.”¹⁴*

Articulação e Ligação

O entendimento do lugar como forma de articulação e ligação urbana assegura a manutenção do seu uso quotidiano, uma vez que os percursos e atravessamentos actuais serão mantidos, de modo a que o Parque não se torne isolado e periférico, mas por outro lado, aberto e integrador da rede de percursos e espaços abertos que estruturam a vivência da cidade.

¹³ AMÉLIA SANTOS UNIP. - *Memória Descritiva e Justificativa - Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão.*

¹⁴ AMÉLIA SANTOS UNIP. - *Memória Descritiva e Justificativa - Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão.*

Adaptação e Evolução

Este princípio de intervenção tem como base o conhecimento dos ecossistemas existentes e o desenvolvimento de acções que visem a activação biológica dos sistemas ligados à água, ao solo e à vegetação.

A manutenção e ampliação dos espaços de interface, através da redefinição das margens e leito da ribeira do Brejo e linhas de água, da proposta de um lago permanente e de duas lagoas secas, bem como da proposta de vegetação autóctone, aumentam a diversidade biológica e ecológica, criando condições para a instalação de comunidades florísticas e do aumento da presença da avifauna.

A adopção de estratégias de recuperação e activação desses sistemas, independentemente da transformação de usos que se verifique, terá sempre como objectivo o equilíbrio biofísico e a divulgação dos sistemas de circulação de água tradicionais e dos elencos florísticos e faunísticos presentes.

A noção de projectar com o tempo e de organização do espaço em função dos aspectos de evolução e adaptação são a pedra basilar da estratégia conceptual, que conduzem ao último princípio: a reversibilidade/sustentabilidade.

Reversibilidade/Sustentabilidade

Para além dos processos e sistemas ecológicos também os aspectos sociais e económicos deverão ser sustentados nestes princípios, evidenciando-se a capacidade de reverter usos e funções, adaptando-se, sem elevados custos, a novas apropriações.

Estes dois princípios deverão conduzir a proposta de intervenção a um caminho de sustentabilidade energética, de utilização de recursos e de preservação de valores naturais e culturais

Realça-se ainda *“a necessidade de implementação de acções e estratégias de promoção da conservação da natureza e da biodiversidade, numa perspectiva de recuperação efectiva e da sua divulgação pela população. Tais acções desenvolver-se-ão, através:*

- *Da recuperação e reabilitação;*
- *Da criação de espaços verdes de protecção e enquadramento que contribuam para o aumento da área da verde/habitante para a cidade, reforçando a estrutura ecológica municipal;*
- *Da requalificação das áreas degradadas presentes, com a proposta de usos compatíveis com a valorização das actividades económicas ligadas aos recursos naturais e paisagísticos e com a dinâmica social da cidade.”*¹⁵

¹⁵ AMÉLIA SANTOS UNIP. - *Memória Descritiva e Justificativa - Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão*

7.2.5 – Proposta de intervenção

De acordo com o previsto nos Termos de Referência do presente concurso, *“O Parque Urbano da cidade, previsto no Plano Director Municipal é uma intervenção urbanística de carácter estratégico e estruturante para o desenvolvimento e valorização da cidade”*.

Aspira-se com a realização desta proposta, que o Parque Urbano de Olhão, a implantar numa área de 44 ha, funcione como um pólo de atracção para toda a população, enriquecendo e valorizando a cidade de Olhão com uma estrutura de espaços abertos de grande dimensão, que a cidade actualmente não possui, proporcionando ao mesmo tempo aos seus utilizadores, residentes e visitantes, a possibilidade de usufruir de espaços de recreio e lazer de qualidade.

Para esta fase de concurso, correspondente à elaboração do Estudo Prévio, foram tidas em conta as linhas programáticas previamente definidas pelo município de Olhão, entre as quais se enunciam:

“- Requalificar toda a Área Urbana e Urbanizável envolvente ao Parque atendendo aos índices estabelecidos no PDM;

- Criar uma estrutura viária que articule os tecidos urbanos confinantes;

- Criar estacionamento de apoio aos utentes do parque;

- Valorizar o espaço público dando-lhe um carácter fortemente urbano;

- Prever a construção de edifícios de habitação na orla do parque, prevendo as redes de infra-estruturas e de saneamento;

- Requalificar as construções existentes;

- Articular a E.N. 125 com o Parque Urbano;

- Criar o Parque Urbano com funções de recreio, lazer e cultural.

O Estudo Prévio do Parque Urbano deve integrar os princípios de sustentabilidade aplicados ao projecto, nomeadamente no que concerne aos recursos necessários à sua construção, ao material vegetal e inerte seleccionado, e às necessidades futuras de manutenção. O Parque deve ser entendido como pertencente a um sistema urbano mais amplo no que concerne às infra-estruturas, à recuperação de sistemas degradados e à melhoria das condições de vida da população, quer sob o ponto de vista de saúde pública quer sob o ponto de vista social. Por fim, o desenho do Parque deverá ser esteticamente inovador.”

Tendo ainda por base os Termos de Referência, as directrizes que devem orientar o desenvolvimento do projecto do Parque Urbano e através delas dar resposta ao programa previamente estabelecido, são as seguintes:

“- Aplicar os princípios de sustentabilidade ao projecto;

- Prever a construção faseada do Parque.

- Respeitar a topografia existente evitando grandes movimentos de terras;

- Escolha criteriosa do material vegetal, optando por vegetação autóctone ou vegetação bem adaptada às condições edafoclimáticas do local, respeitando a legislação em vigor;

- Erradicação das espécies infestantes;
- Selecção cuidada dos materiais inertes dando preferência a pavimentos permeáveis e/ou semipermeáveis e materiais locais;
- Requalificar e valorizar a ribeira do Brejo;
- A drenagem das águas pluviais do Parque deverá privilegiar bacias de retenção a “seco”, isto é, concebidas para estarem sem água na ausência de precipitação, minimizando a rede de águas pluviais e promovendo a infiltração;
- Limitar as áreas regadas às disponibilidades hídricas locais;
- A circulação no seio do Parque deverá ser condicionada e articulada com o exterior;
- Manter/recuperar/restaurar elementos patrimoniais, principalmente as infra-estruturas hidráulicas e agrícolas tradicionais;
- Definir linhas orientadoras para um programa de gestão e manutenção do parque;
- Prever a instalação dos seguintes equipamentos:
 - Circuito de manutenção;
 - Anfiteatro ao ar livre;
 - Viveiros municipais;
 - Escola de jardinagem;
 - Quinta pedagógica;
 - Espaço aventuras;
 - Espaço para desportos radicais;
 - Instalações de apoio e alojamento para jovens;
 - Outros equipamentos que sejam compatíveis com os princípios orientadores e que reforcem a atractividade da cidade de Olhão.”

O espaço de intervenção é por si só extremamente complexo, não só pela sua extensa área, mas pela diversidade de situações que apresenta, a que terá de estar associado de forma coerente um vasto programa e uma série de orientações prévias, acima referidas, estabelecidas pela entidade adjudicante, o município de Olhão.

A proposta (Figura 23) caracteriza-se por duas grandes componentes distintas, mas não dissociadas, que formalizam o desenho de projecto: a **componente Urbanística** e o **Parque Urbano** propriamente dito. “Tendo em conta as análises efectuadas, a estratégia conceptual adoptada e o programa enunciado, chegou-se assim ao desenho de projecto do **Parque Urbano**, cuja génese da concepção se baseia na reactivação e reutilização dos elementos pré-existentes que identificam o lugar, entre eles o sistema de circulação pedonal que estruturou e formou o “esqueleto da proposta”¹⁶.

¹⁶ AMÉLIA SANTOS UNIP. - Memória Descritiva e Justificativa - Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão.

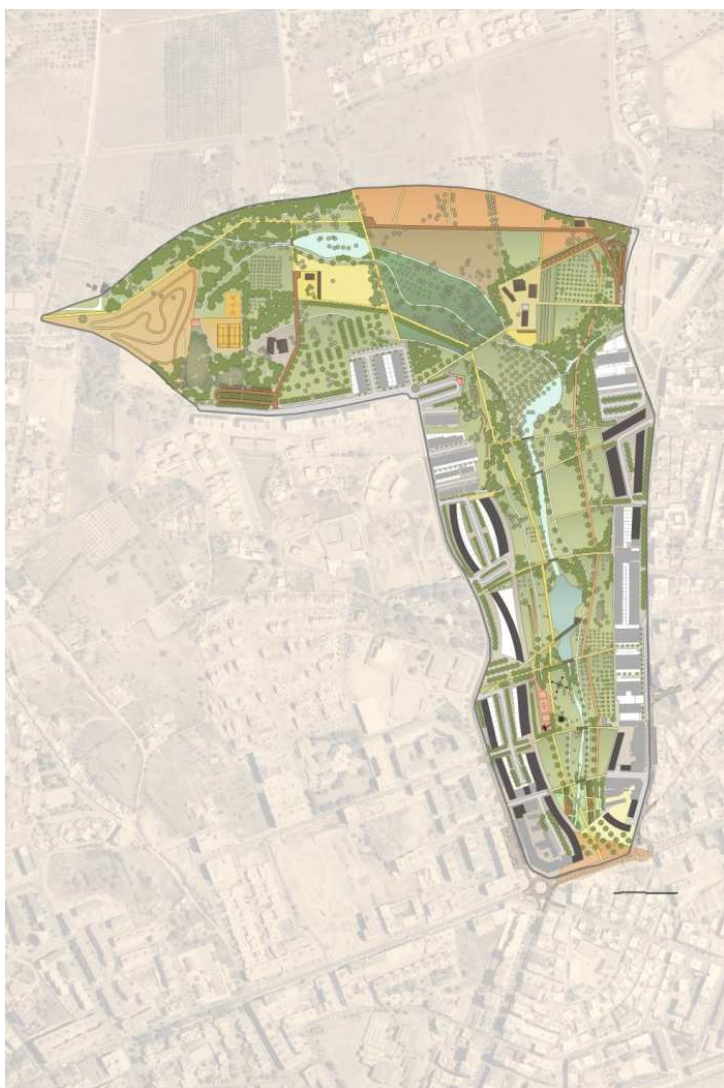


Figura 23 - Plano Geral (Anexo 20).

O sistema de caminhos é assim estruturante de toda a proposta, com base no qual tudo se desenvolve e organiza. Serão para tal aproveitados todos os percursos, de carácter permanente ou pontual, de ligação entre os diversos equipamentos e serviços que se localizam no exterior do Parque, bem como de articulação entre os diversos espaços de atracção e permanência, posteriormente enunciados. É assim feita uma hierarquização destes mesmos percursos, consoante a importância dos fluxos e atravessamentos quotidianos, tendo sempre em conta o carácter funcional, social e lúdico associado a esta rede de conectividade social e descoberta da natureza. Não serão diferenciados percursos de utilização distinta, como percursos para bicicletas ou patins. Todos os percursos principais terão um carácter lúdico, de velocidade controlada e utilização adequada, destinado à deambulação e fruição de todo o Parque, que possa ser percorrido por todos,

garantindo simultaneamente o acesso a veículos de emergência.

É ainda proposto um circuito de manutenção e respectivas estações, com aproximadamente 2,5Km, permitindo que se percorra todo o Parque.

“A definição espacial e respectiva diferenciação de utilização permitiu criar “Espaços Âncora”, ou seja, unidades espaço-função que possam representar a viabilidade de implementação e gestão (urbanística, ambiental, económica, social e cultural) do Parque. Estas unidades apresentam características de complementaridade entre si, potenciando-se mutuamente embora possam ser implementadas autonomamente (Anexo 23). Em fase de desenvolvimento do Plano deverão adaptar-se à estrutura fundiária de modo a tornar-se mais expedita a sua implementação.”¹⁷ São elas: Praça do Cubo; Praça da Escola, Espaço Aventura, Quintal Desportivo, Lago permanente, Quiosque/Bar, Anfiteatro informal; Quinta do Brejo, Hortas Urbanas, Viveiros Municipais; Centro Equestre, Centro de Juventude e Espaço Jovem.

¹⁷ AMÉLIA SANTOS UNIP. - *Memória Descritiva e Justificativa - Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão.*

Zona Sul – PRAÇA DO CUBO



Figura 24 – Plano Geral – Zona Sul

O espaço que se designa por “**Praça do Cubo**” surge articulado com a conhecida Rotunda do Cubo e caracteriza-se pela proximidade à EN125, que se encontra actualmente, ao longo deste troço que atravessa a cidade, em processo de transformação de Estrada Nacional para Avenida. Pretende-se evidenciar esta importante transformação na proposta, pela unificação ao nível do pavimento, para que este eixo estruturante da cidade, que é a EN125, não funcione como um elemento de separação

urbana, mas por outro lado, de coesão entre toda esta malha urbana, em relação à qual o espaço de intervenção assume um carácter central.

Apesar da existência de rotundas na proximidade, é definida como uma intenção de proposta a existência de outra rotunda de modo a solucionar os problemas de tráfego identificados, nomeadamente o actual cruzamento com o eixo de Quelfes.

Esta Praça, para além da sua fundamental função de recepção a todo o Parque, funciona como ligação consolidada com a zona a Sul do Parque Urbano, podendo, devido ao seu carácter amplo e polivalente, estar associada a usos e funções distintos, como eventos culturais e artísticos (mostra de esculturas - realizadas na “escola de artes”- Quinta do Brejo), estadia formal e feiras e festivais (como complemento aos que já se realizam na cidade).

É ainda preconizado no desenho de projecto um Jardim de carácter formal e características marcadamente urbanas, que surge de forma contígua e complementar à Praça do Cubo e aos diversos eventos que nela decorrem, funcionando este Jardim formal como o prolongamento desses mesmos acontecimentos.

É a partir do Jardim formal que se desenvolve e estrutura toda a rede de caminhos (Anexo 21) e percursos longitudinais, bem como o circuito de manutenção (2,5Km), de forma a que se possa percorrer todo o Parque num circuito fechado.

É de referir, à medida que avançamos para Norte, que a organização do espaço se justifica a partir da relação com os edifícios que o limitam (Anexo 22), bem como com a ribeira que atravessa o Parque, transposta por diversos percursos transversais, que compartimentam as superfícies horizontais (é fundamental a eliminação das espécies invasoras existentes nas margens da ribeira dos Brejo e sua renaturalização). Estes espaços representam assim a transição, conexão e articulação entre a Praça e os diversos espaços amplos de deambulação, descompressão e contacto com a Natureza, que estão associados a actividades de recreio passivo, sem constrangimentos de espaço e obstáculos,

considerado-se fundamentais, pela carência que representam na cidade. Os materiais a utilizar em pavimentos reforçam esta mesma transição, respondendo aos requisitos formais e funcionais dos restantes elementos do projecto: de maior artificialismo a Sul, para maior “naturalização” a Norte. São desta forma propostas para a área correspondente à Praça do Cubo, a utilização de materiais rígidos em pavimentos, contínuos ou por elementos, que possibilitem uma utilização mais intensiva, adequada às actividades preconizadas. Para além desses locais, prevê-se a utilização de pavimentos permeáveis contínuos, com ou sem aglomerante (saibro, terra batida, etc.).



Figura 25 – Fotomontagem da Praça do Cubo.

Zona Central – PRAÇA DA ESCOLA, ESPAÇO AVENTURA, QUINTAL DESPORTIVO, LAGO PERMANENTE, QUIOSQUE/BAR, ANFITEATRO INFORMAL



Figura 26 – Plano Geral – Zona Central

A **Praça da Escola** surge na continuidade da Escola EB 2,3 José Carlos da Maia, constituindo-se como o remate urbano da mesma. Esta Praça está associada a um edifício de carácter comercial ao nível do seu piso térreo, beneficiando de vastas áreas de esplanada, a partir das quais se pode desfrutar de amplas vistas sobre o lago, a Nascente.

Associado à escola e com vista a dar continuidade ao recreio escolar, é proposto o **Espaço Aventura** e o **Quintal Desportivo**,

funcionando como área de recreio activo, não só para os alunos da escola, como para todos os residentes e visitantes que usufruem do Parque. Estas áreas de piso permeável, são compostas por diversos equipamentos informais, tendo sempre em conta para a sua realização as regras de segurança

e acessibilidade. A esta zona pode também estar associado um Parque Sénior, com vista alargar a diversidade de situações existentes a todas as faixas etárias.

Além da função lúdica, cénica e termoreguladora inerente a esta forma de utilização de água no espaço público, o **Lago permanente** proposto representa um elemento fundamental no aumento da biodiversidade do parque, visto a criação deste plano de água tornar possível a instalação de diversas espécies de sistema aquático, tanto de fauna como de flora. Além de todas as vantagens associadas à criação deste plano de água, acima referidas, bem como às demais bacias de retenção preconizadas (lagoas secas de amortecimento – Ribeira do Brejo e linhas de drenagem), é ainda de referir que todas estas lagoas funcionam enquanto receptores de águas pluviais, desempenhando um papel fundamental no controlo de cheias a jusante e ainda como reservatórios de água para rega. Estas são construídas através da criação de depressões no terreno, concavidades, permitindo a infiltração e o espraçamento das águas da chuva, diminuindo a velocidade de escoamento e retendo os caudais de cheia. As águas pluviais poderão ainda ser recolhidas em cisternas, permitindo a sua utilização para a rega e/ou nas edificações.

Todas estas concavidades suaves, permitem a utilização informal na estação seca, podendo o lago permanente, caso se considere essencial, ser alimentado a partir do lençol freático.

Com vista a tirar partido de todas as potencialidades associadas à criação deste lago permanente é ainda proposto um **Quiosque/Bar**, de estrutura ligeira, com uma relação privilegiada com este elemento de água, pela vista sobre ele proporcionada. Este quiosque/bar funciona assim como um elemento de atracção e estadia, podendo também funcionar como um observatório/miradouro sobre toda a paisagem e toda a diversidade faunística e florística que lhe está associada. Tendo em vista a sustentabilidade e auto-suficiência é também prevista, nesta como em todas as edificações propostas no Parque, a existência de painéis solares térmicos.

Surge a Poente do lago, de forma a solucionar e tirar partido dos problemas de desníveis existentes, um **Anfiteatro informal** ao ar livre, mais uma vez potenciando as vistas sobre o lago proposto.

Propõe-se ainda nesta zona a recuperação da Casa do Pomar/Casa do Guarda/Arrecadação, que se caracteriza por ser uma estrutura edificada existente, tipologicamente sóbria e sem qualquer característica de relevância arquitectónica, com cerca de 100m². A recuperação deste edifício consiste numa intervenção de desenho contemporâneo, que possibilite o desenvolvimento das mesmas funções associadas à sua tipologia actual, como estrutura de apoio à actividade agrícola, para apoio do Parque.



Figura 27 – Modelação 3D - Zona Central – Praça da Escola, Espaço Aventura, Quintal Desportivo, Lago permanente, Quiosque/Bar, Anfiteatro informal.

Zona Norte – QUINTA DO BREJO, HORTAS URBANAS, VIVEIROS MUNICIPAIS



Figura 28 – Plano Geral – Zona Norte.

A **Quinta do Brejo**, datada do séc. XIX, é um elemento cultural de destaque no Parque, pelo que se considera fulcral para o desenvolvimento da proposta, a reabilitação do edifício existente e seu aproveitamento com vista à implementação de novos usos e actividades compatíveis: espaço pedagógico de interpretação ambiental e das artes, escola de jardinagem e restaurante.

Esta quinta encontra-se actualmente num estado acentuado de abandono e degradação, constando-se contudo a sua estrutura de quinta através da presença da casa do senhorio, casa dos

trabalhadores, armazéns de apoio, casa dos animais e tanque.

O respeito pela Arquitectura existente que caracteriza esta Quinta, associado à adopção de uma linguagem contemporânea, assumida ao longo de todo o Parque, considera-se fundamental para a sua recuperação. O acesso principal da Quinta será igualmente recuperado, mantendo o atravessamento original entre este equipamento e o exterior do Parque, permitindo ainda o acesso e ligação aos Viveiros. Além da recuperação e aproveitamento associado aos diversos volumes edificadas existentes neste espaço, é também uma intenção de proposta ao nível dos espaços abertos, a recriação da quinta tradicional portuguesa, constituída pelo jardim, horta e mata (pequeno bosque de espécies

características dos diversos ecossistemas que constituem a fitossociologia mediterrânica). Associado a todos estes espaços distintos, mas complementares entre si, é proposto um percurso de carácter interpretativo e explicativo de todos os sistemas e circunstâncias ecológicas e culturais presentes.

A presença de animais e plantas, bem como a produção, recolha, transformação e produção dos produtos produzidos para venda e aplicação numa cafetaria/restaurante da própria Quinta, confere a este espaço um carácter didáctico e pedagógico, fundamental para a compreensão de todos os processos associados à existência de um espaço desta tipologia. Este carácter didáctico e pedagógico, assim como o abastecimento de produtos da cafetaria/restaurante da Quinta, podem também ser garantidos pelas **Hortas Urbanas**, associadas à prática de agricultura biológica, sendo proibido o uso de agroquímicos nos diversos produtos produzidos neste espaço. A exploração destas hortas urbanas será efectuada com base em regulamentos próprios (concessões a cidadãos olhanenses por um período de tempo definido).

Ainda com ligação directa aos edifícios da Quinta e também aos Viveiros Municipais, é proposta uma Escola de Jardinagem, acentuando e potenciando assim o carácter didáctico e pedagógico inerente a esta Quinta. Poderão ser incentivadas parcerias com instituições, nomeadamente o centro de emprego, através de acções de formação.

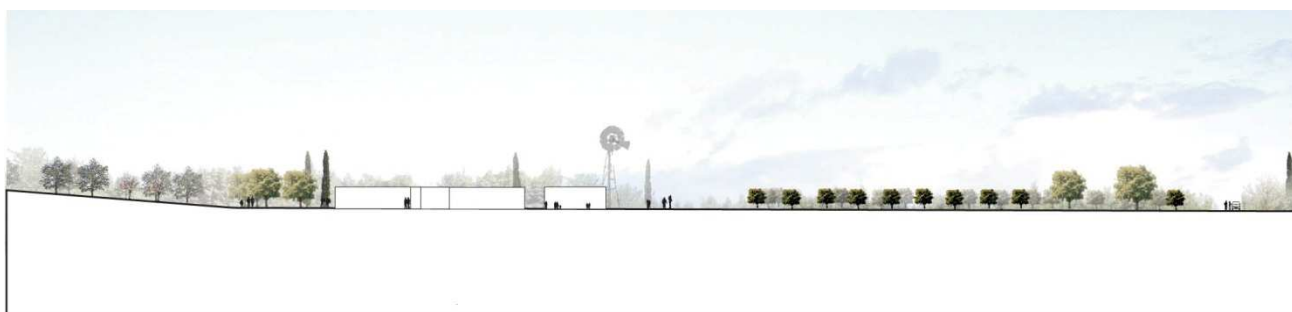


Figura 29 – Corte esquemático – Quinta do Brejo, Hortas Urbanas e Viveiros Municipais.

A existência de **Viveiros Municipais** adjacentes ao Parque Urbano é bastante positiva, não só pelo apoio que este espaço dará a toda a cidade, mas também pelo seu carácter abastecedor ao nível de espécies vegetais para todo o parque, contribuindo assim para a propagação e crescimento de espécies. É também neste espaço que se sugere a localização da central de compostagem, bem como a localização de um pequeno edifício de construção ligeira e facilmente moldável, de apoio aos viveiristas municipais. Paralelamente à reabilitação do edificado propõe-se uma reabilitação ao nível de todos os sistemas hidráulicos: levadas e tanques de rega, favorecendo assim a rega por gravidade. A proposta de um “gerador” eólico tradicional servirá para a elevação da água, caso seja necessário.

O “Campo fotovoltaico” preconizado surge com o intuito de gerar energia para venda à RESP (Rede Eléctrica de Serviço Público), podendo desta forma acautelar a auto-subsistência energética dos consumos do Parque. O seu dimensionamento deverá ser equilibrado, compatibilizando a eficiência energética desejada com o impacte visual resultante.

É ainda de referir a importância da recuperação e tratamento das espécies arbóreas danificadas pelos aterros, nesta zona, como em todas as zonas onde este facto se verifique.

Zona Noroeste – CENTRO EQUESTRE, CENTRO DE JUVENTUDE, ESPAÇO JOVEM



Figura 30 – Plano Geral – Zona Noroeste.

É neste espaço, localizado no extremo Poente do Parque Urbano, que a relação com a paisagem rural é mais evidente. De modo a aumentar a diversidade de oferta do Parque através de um uso compatível, propõe-se nesta zona, marcada pela sua proximidade ao espaço rural, a localização do **Centro Equestre**. Para que este novo uso não contribua para aumentar a despesa de gestão e manutenção geral do Parque Urbano, sugere-se uma gestão e exploração privada do Centro Equestre.

Na zona destinada ao Centro Equestre, que deverá apresentar uma construção ligeira de desenho contemporâneo, facilmente desmontável e transformável, propõe-se a localização de um edifício novo, composto por duas zonas distintas, uma dirigida ao apoio administrativo do próprio equipamento e outra destinada às cavalariças, que deverá ser construída em madeira, de acordo com as necessidades do equipamento.

Tendo por base as pré-existências que caracterizam esta zona e de forma a delas tirar partido, aqui se propõe a localização do **Centro de Juventude/Acolhimento**, que poderá funcionar como pousada da juventude ou centro de férias, podendo acolher jovens de todo o país. O centro de juventude deverá ser de estrutura pesada, em alvenaria, com cerca de 650m² de área de implantação, localizando-se numa zona onde actualmente existe um pequeno aglomerado de pequenas construções, de forma a não aumentar a área de solo impermeabilizado necessária para a sua construção. Terá dois pisos e um desenho jovem e dinâmico, que desta forma manifeste a função para este espaço preconizada. De apoio ao Centro de Juventude e a toda esta zona destinada a uma faixa etária mais jovem, surge a zona desportiva, onde se podem praticar desportos distintos, como o ténis ou o basquetebol, por exemplo.

Esta zona noroeste do Parque Urbano caracteriza-se pela existência de uma mancha de pinhal bastante densa, associada a uma ravina de aproximadamente 6m de desnível, resultado da extracção de inertes. Associado a este Centro de Juventude e de forma a tirar partido tanto da mancha densa de pinhal como do ravinamento existente, surge o **Espaço Jovem** (Figura 31), que se divide em dois sectores, um de aventura e outro de desportos radicais.



Figura 31 – Fotomontagem – Espaço Jovem – Desportos Radicais.

7.3 – Elaboração dos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso

(Primeiro lugar no concurso público)

Logo no primeiro dia de estágio foram apresentados os projectos que estavam a ser desenvolvidos pela equipa, entre eles o Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso, cujo Estudo Prévio já tinha sido entregue na fase de concurso de concepção. A empresa Amélia Santos unipessoal foi a melhor classificada na fase de concurso, sendo o prémio para o primeiro lugar a celebração de um contrato de prestação de serviços, por ajuste directo, com a entidade adjudicante, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa.

Desde Dezembro de 2010, altura em que se iniciou o período de estágio, que o Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso foi sendo sempre abordado, conjuntamente com os dois projectos anteriormente descritos. Contudo, foi após a entrega desses projectos que houve uma maior dedicação para a entrega do Anteprojecto relativo ao Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso. Esta fase só terminou no dia 29 de Junho de 2010, com uma reunião com as diversas entidades envolvidas, em que foi apresentado o presente projecto por parte da equipa, havendo um esclarecimento das principais dúvidas.

7.3.1 – Programa Polis

O Plano de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso insere-se num concurso público de concepção, no âmbito da intervenção Polis Litoral Ria Formosa, pelo que se considerou fundamental enquadrar o referido programa, partindo de uma visão mais global da sua intervenção, para posteriormente analisar o caso concreto de intervenção, o litoral, mais concretamente a Ria Formosa.

O **Programa Polis** - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, consiste na requalificação de meios urbanos com interesse estratégico para o desenvolvimento do país, tendo como preocupação fulcral o "ambiente das cidades", uma vez que a vida urbana acarreta graves problemas a nível ambiental. A existência de pólos urbanos desenvolvidos, constituídos por espaços públicos de elevada qualidade urbanística e arquitectónica, representa um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional, contribuindo para uma valorização das cidades, não só a nível ambiental, como ao nível da vivência quotidiana dos seus cidadãos, que cada vez mais precisam de espaços com elevados níveis de conforto, atracção e lazer para a realização das suas actividades diárias.

A principal finalidade do Programa Polis consiste assim na promoção de uma acção global de desenvolvimento sócio-económico e de melhoria da qualidade de vida, da atractividade e competitividade dentro das cidades portuguesas, diferenciando-as e valorizando-as através de

intervenções de vertente urbanística e ambiental. São também objectivos específicos deste programa, de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, de 15 de Maio¹⁸:

- O desenvolvimento de intervenções integradas de requalificação e revitalização das cidades, associadas a uma forte componente de valorização ambiental, promovendo a sua multifuncionalidade;
- O apoio de outras acções que visem uma melhoria da qualidade do ambiente urbano, valorizando e potenciando a existência de elementos ambientais estruturantes, como as frentes de rio ou as **zonas costeiras**;
- O apoio de iniciativas que visem um aumento das áreas permeáveis das cidades, promovendo as zonas pedonais e limitando o trânsito automóvel dentro das cidades.

É de referir que as obras decorrentes da implementação dos Projectos Polis, a nível nacional, globalmente positivas, originam, por vezes, soluções menos adequadas às especificidades locais através da utilização de “soluções padrão”, não respeitando a identidade e as características intrínsecas dos lugares. Também os aspectos da sustentabilidade e gestão são, por vezes, secundarizados.

No âmbito da protecção ambiental e valorização paisagística é publicado um diploma que visa o desenvolvimento de uma política integrada e coordenada para as **zonas costeiras**, pretendendo desta forma enquadrar e estimular a sustentabilidade e a qualificação das actividades económicas que aí se desenvolvem. Reconhecendo a importância estratégica destas zonas, propõe-se um conjunto de medidas de requalificação e valorização das zonas de risco e das áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, a que se designa de **Programa Polis Litoral** - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, estando definidos nesse mesmo programa, os principais objectivos destas intervenções:

- Potenciar os recursos ambientais como factor de competitividade, através da valorização das actividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais;
- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural.

¹⁸ Aprova o Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

No âmbito do Programa Polis Litoral estão identificadas três áreas de intervenção prioritária: **Ria Formosa**, litoral Norte e Ria de Aveiro, podendo posteriormente outras áreas serem abrangidas. Encerram no seu conjunto 151 km de frente costeira, 220 km de frentes lagunares e estuarinas, a financiar pelo Estado, municípios, entidades privadas e com recurso a fundos comunitários.

As características físicas, ecológicas, paisagísticas, urbanas e sociais presentes na **Ria Formosa**, marcam e distinguem este território no contexto do litoral do sotavento algarvio em que se insere. A estratégia adoptada para a Ria Formosa assenta na sua afirmação enquanto zona costeira de carácter singular e referência de sustentabilidade, reconhecendo a sua excelência ambiental e territorial, que resulta de uma gestão sustentável dos recursos e valores naturais e paisagísticos e dos usos e das actividades que aí se desenvolvem.

A **Polis Litoral Ria Formosa** surge com o intuito de gerir, coordenar e executar o investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no Plano Estratégico¹⁹. Esta é a primeira operação integrada de requalificação e valorização da orla costeira a entrar em fase de concretização. Neste âmbito foi constituída a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, que é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Loulé, Faro, Olhão e Tavira. Tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, com vista à realização das operações previstas no Plano Estratégico e à prossecução dos seus fins.

De acordo com o referido Plano Estratégico, as actividades desta entidade prosseguem os seguintes eixos estratégicos:

- Preservar o património natural e paisagístico, através da protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco e da promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável;
- Qualificar a interface ribeirinha, através da requalificação e revitalização das frentes de ria, da valorização de núcleos piscatórios e do ordenamento e qualificação da mobilidade;
- Valorizar os recursos como factor de competitividade, através da valorização das actividades económicas ligadas aos recursos da ria suportada no seu património ambiental e cultural.

Para a área da Ria Formosa perspectiva-se uma intervenção em 48 km de frente costeira e em 57 km de frente lagunar, nos Municípios de Loulé, Faro, **Olhão**, Tavira e Vila Real de Santo António, incluindo a área protegida do Parque Natural da Ria Formosa. Terá lugar a renaturalização de espaços edificados em zona lagunar, prevendo-se a demolição, nos ilhotes e nas ilhas-barreira, com base nas orientações do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), das construções localizadas no domínio público em situação irregular, respeitando, consolidando e qualificando, contudo, os núcleos históricos de primeira habitação de pescadores, mariscadores e viveiristas.

¹⁹ Elaborado pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A., em conformidade com o Decreto-Lei nº92/2008, de 3 de Junho.

7.3.2 – A Fuzeta – Contexto em que se insere

Os Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso, enquadram-se no âmbito do Programa Polis Litoral Ria Formosa, sendo o espaço alvo de intervenção a freguesia da Fuzeta, que se localiza no litoral do sotavento Algarvio, no concelho de Olhão, sendo limitada a Norte e a Poente pela vila de Moncarapacho, a Sul pela Ria Formosa e a Nascente pelo concelho de Tavira.

Segundo conta a história, a Fuzeta era conhecida por “Fozeta” (diminutivo de foz), por ser um local onde desaguava um ribeiro.

O aglomerado da Fuzeta, a poucos quilómetros de Olhão, apresenta actualmente uma população superior a 2000 habitantes que, desde sempre, se foi desenvolvendo em estreita ligação com as actividades piscatórias. O seu povoamento iniciou-se pela existência de pequenas construções efémeras de madeira e colmo que serviam de abrigo e apoio a pescadores, para guardar utensílios das armações de pesca. Mais tarde o número de construções foi aumentando, dando-se a fixação de pescadores que desejavam ter uma maior comodidade junto da barra. A partir daí a Fuzeta foi-se desenvolvendo e aumentando a sua população, ficando sempre conhecida como terra de pescadores.

Integra um porto de pesca, tendo esta actividade, ainda nos dias de hoje, um impacte significativo no respectivo tecido social e económico do concelho.

As suas casas brancas, de Arquitectura cubista, muito características deste concelho, contrastam com as edificações de cariz balnear que se têm vindo a desenvolver na frente de Ria.

A Fuzeta é constituída por duas zonas, Fuzeta Ria e Fuzeta Mar, que pelas suas características distintas, importa diferenciar.

Fuzeta Mar



Figura 32 - Fotografia aérea da Ilha da Fuzeta (Adaptação de imagem com base em: Google Earth).

A Ria Formosa é delimitada exteriormente pelo cordão litoral das ilhas - barreira, entre a Quinta do Lago e Cacela. Nesse cordão abrem-se seis barras que alimentam a laguna, entre elas a barra da Fuzeta, que limita a Ilha da Fuzeta (Anexo 24), prolongamento Nascente da extensa Ilha da Armona.

A par com a formação da própria povoação da Fuzeta, deu-se a ocupação da Ilha da Fuzeta, que se iniciou por construções de madeira e colmo, de carácter provisório, que serviam de abrigo e apoio aos pescadores. No início do séc. XX estas cabanas converteram-se em

casas de alvenaria de apoio às armações de pesca do atum – almadrávas. Desde então tem-se verificado uma substituição destas características associadas à actividade piscatória, por uma utilização turística ou de segunda residência, que se verifica essencialmente durante o período do Verão, aumentando significativamente nesta época a pressão sobre a ilha e sobre a Ria Formosa, caracterizada pela sua elevada sensibilidade ambiental. Surgem desta forma, nos anos setenta, devido ao afastamento da barra para Nascente, pequenas construções de veraneio, que se localizam de forma completamente aleatória na primeira e segunda duna.

As construções nas ilhas - barreira, a maioria de génese ilegal, formam aglomerados descaracterizados, desestruturados e desqualificados, associados a um forte risco relacionado com a sua presença nas dunas, visto constituírem um factor de grande erosão e um obstáculo à movimentação constante das areias, interrompendo o seu ciclo natural de deposição e transporte, originando uma alteração do relevo original e destruindo a vegetação dunar de suporte, o que contribui negativamente para a evolução de todo o sistema dunar.

Nos anos noventa, com a entrada em vigor do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, foram registadas cerca de 70 construções clandestinas (Figura 33), sendo já nesta altura bastante visível a forte regressão da linha de costa, que se acentuou nos últimos 10 anos, visto a duna primária ter recuado mais de 15 metros, levando conseqüentemente à destruição das primeiras casas. Tal facto voltou muito recentemente a ocorrer, devido aos fortes temporais registados entre Fevereiro e Março de 2010, tendo sido destruídas pelo mar cerca de 50 das 77 casas actualmente existentes e aberta uma nova barra, facto que será aprofundado no capítulo seguinte.



Figura 33 – Construções clandestinas em cima da duna.

Como equipamentos de apoio aos utentes da ilha, assinala-se a presença de uma unidade de restauração, dois apoios de praia, um Posto de Socorro, duches e balneários.

Tendo como base os dados obtidos pelo concessionário das carreiras das embarcações, que fazem o transporte de passageiros da vila para a Ilha, verifica-se que no mês de Agosto, há uma média de permanência simultânea na ilha, de aproximadamente 1600 banhistas.

Fuzeta Ria

O aglomerado urbano da Fuzeta (Anexo 28) desenvolve-se em estreita relação com a Ria Formosa que o limita a Sul, tratando-se actualmente de uma ampla área preenchida com as areias resultantes da implantação do cais, o que transformou de forma significativa essa mesma relação. Como consequência alteraram-se definitivamente as correntes, interferiu-se em ecossistemas, mudou-se o urbanismo, desenharam-se avenidas e implantou-se o parque de campismo.



Figura 34 – Evolução do núcleo da Fuzeta – Fuzeta Ria (fotografias cedidas pela Junta de Freguesia da Fuzeta).

O núcleo da Fuzeta apresentava uma estrutura sem qualquer coerência urbanística, decorrente das diversas intervenções casuísticas e do crescimento disperso, não se reconhecendo uma estrutura coordenada, estruturada e articulada entre si e com o meio biofísico envolvente, no conjunto das suas intervenções. De forma a resolver algumas destas disfunções, em 1995, o Arq. Paisagista José Brito ao serviço do Gabinete de Apoio Técnico (GAT) de Faro elaborou um projecto que abrangia toda a frente de Ria desta vila. Em 1999 este trabalho, devido às soluções apresentadas e aos baixos custos associados à realização da obra, acabou por ser premiado com o Prémio Nacional do Ambiente, pelo que se considerou fundamental para o decorrer de todo o processo, a consulta do projecto original, de forma a compreender quais as principais ideias e conceitos geradores associados ao desenho de projecto. Verifica-se, ainda, que o projecto realizado serviu de base ao POOC, à excepção do local previsto para a localização dos balneários, onde se prevê um apoio de praia completo.

Após compreensão da área de intervenção e das relações entre ela e com ela estabelecidas, foi possível identificar a presença de espaços, com usos e funções distintos, que resultam não só da aplicação do projecto original, como também da natural dinâmica vivencial que lhes está associada, consequência de uma posterior apropriação por parte dos seus utilizadores. A análise de todos estes fragmentos que actualmente se identificam neste espaço é fundamental para o entendimento da dinâmica associada ao todo que é esta frente de Ria.

Existem duas frentes ribeirinhas, associadas a funções e usos distintos que importa destacar. Por um lado, a **frente ribeirinha Nascente**, cujas características estão ainda muito associadas ao desenvolvimento da actividade piscatória, visto ser o local de trabalho para muitos pescadores de pesca

artesanal. Destaca-se também a existência de vários pontos de estadia, encontro e distribuição, como o terreiro de jogos tradicionais (Figura 35-2), que confere dinâmica vivencial a este espaço durante todo o ano contrariamente aos restantes espaços de carácter marcadamente sazonal, associados a fluxos de permanência que se acentuam na altura do Verão, a zona afecta aos bares e áreas de esplanada, o local onde se apanha o barco que transporta os utentes para a ilha, as pérgolas (Figura 35-1), as rampas dos barcos, o percurso pedonal ao longo do cais e o acesso à praia da ria, a chamada “Praia dos Tesos”.



Figura 35 – Frente Ribeirinha Nascente – 1: Zona do Cais – Pérgola existente; 2: Percurso alternativo em cubos de calcário – Terreiro de jogos tradicionais.

Por outro lado destaca-se a **frente ribeirinha Poente**, com identidade própria e características que a distinguem pelo seu carácter marcadamente urbano e pela relação privilegiada que detém com a zona de sapal. É uma área urbana associada ao lazer e à fruição, em que se assinala a existência de um percurso pedonal ao longo de toda a frente de ria (Figura 36-2), de onde se podem desfrutar vistas abrangentes sobre a paisagem envolvente.

Evidencia-se ainda neste espaço o polidesportivo, pelo seu grande impacto espacial e visual, o parque infantil (Figura 36-1), uma zona livre e polivalente, onde se podem realizar espectáculos e feiras que decorrem nesta zona principalmente na altura do Verão, e uma área delimitada, destinada à prática de desportos radicais, à qual se associa um pequeno anfiteatro, que limita visualmente a relação que se tem com todo este espaço.



Figura 36 – Frente Ribeirinha Poente – 1: Vista do palco existente, Parque Infantil; 2: Percurso pedonal ao longo de toda a frente de Ria.

O **Campo dunar**, localizado a Sul do Parque de Campismo e da ampla zona de estacionamento que o limita, é uma área contígua à “Praia dos Tesos”, que anteriormente se caracterizava por ser mais uma zona de estacionamento de apoio à praia, tendo sido alvo de renaturalização, transformando-se assim num “Jardim de Areia”, onde se desenvolvem algumas espécies características do sistema dunar. É atravessado por dois percursos pedonais em solipas (Figura 37), que estabelecem uma continuidade espacial entre os espaços circundantes, marcados por um estado de degradação significativo.



Figura 37 – Campo Dunar – Percursos pedonais em solipas.

Outros elementos fundamentais para a composição deste espaço são a “**Praia dos Tesos**” e o **Salva Vidas**. A “Praia dos Tesos” (Figura 38–1) é resultado das dragagens efectuadas no canal principal e no acesso para a ilha. Ainda hoje se notam os depósitos de areia efectuados, que se prolongam quase até ao edifício Salva-Vidas (Figura 38–2), cuja construção está ainda na memória de muitos habitantes da Fuzeta, na década de quarenta do século passado, mesmo em frente da barra.

A “Praia dos Tesos” é a principal praia de Ria do Parque Nacional da Ria Formosa, sendo bastante utilizada pela sua facilidade de acesso, apresentando uma capacidade de utilização de aproximadamente 550 utilizadores. Uma das características que diferencia esta praia dos restantes locais balneares, são as vistas proporcionadas sobre a paisagem lagunar envolvente

Possui actualmente dois apoios de praia, de carácter amovível, a que se associam áreas de esplanada que resultam de uma apropriação completamente aleatória do espaço, contribuindo assim para o seu estado de degradação.



Figura 38 - 1: “Praia dos Tesos”; 2: Edifício Salva-Vidas.

7.3.3 – Dinâmica Temporal e projectual

O caso particular do Plano de Praia da Fuzeta Mar foi marcado por uma constante adaptação do projecto ao espaço alvo de intervenção, a Ilha da Fuzeta, uma vez que se encontra em estado permanente de mudança, estando sujeito a uma evolução contínua, com alternâncias cíclicas no espaço e no tempo. O projecto elaborado para este local tem assim de se adaptar a esta dinâmica espacial e temporal, com a plena consciência da complexidade que lhe está associada. A fase de projecto só termina imediatamente antes do início da obra e mesmo quando o projecto já estiver implantado, terá sempre de, naturalmente, se adaptar às mudanças naturais do meio em que se insere.

“Todo o material com que trabalha o Arquitecto Paisagista é vivo ou depende de actividades vivas. Por isso, o método de trabalho e de estudo desta arte aproxima-a da arte política. É que a nossa função é sobretudo de previsão e condução de seres que têm vida autónoma e independentemente da nossa vontade. Nós podemos apenas criar condições tais que esses elementos reajam num determinado sentido e venham a produzir determinados efeitos.”²⁰

A Ria Formosa é um sistema natural de grande diversidade e complexidade estrutural, estando protegida a Sul pela presença de uma série de ilhas barreira, como a Ilha da Fuzeta, separadas entre si por barras móveis, algumas fixas artificialmente, que além de estabelecerem a comunicação entre a Ria e o Mar são o sistema natural de reforço do cordão dunar.

Na fase de Estudo Prévio elaborada pela equipa, efectuou-se, com base em dados recolhidos de cartografia antiga e da memória dos habitantes da Fuzeta, um diagrama de localização temporal das barras (Figura 39), através do qual se pode concluir que a migração da barra, de Poente para Nascente, teve ciclos associados a variações de velocidade ao longo do último século, tendo todo o processo sucedido sem intervenção directa do Homem no sistema.

Pode-se desta forma constatar, de acordo com os dados recolhidos, que a barra da Fuzeta nunca esteve tanto para Nascente como se aferiu no ano de 2009 (pelo menos nos últimos 300 anos), sendo no local de implantação das casas que mais se regista a sua presença.

O processo natural das barras consiste na abertura de uma barra numa posição Poente e consequente migração até uma posição limite, a Nascente, posição em que se encontra actualmente a barra da Fuzeta. Quando a barra se encontra nessa situação limite, começa a ficar com dificuldades de escoamento, até ao momento em que o mar abre uma nova barra, a Poente, e recomeça novamente o ciclo de migração.

²⁰ Francisco CALDEIRA CABRAL; *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*; Instituto da Conservação da Natureza; 1993; pág.39.

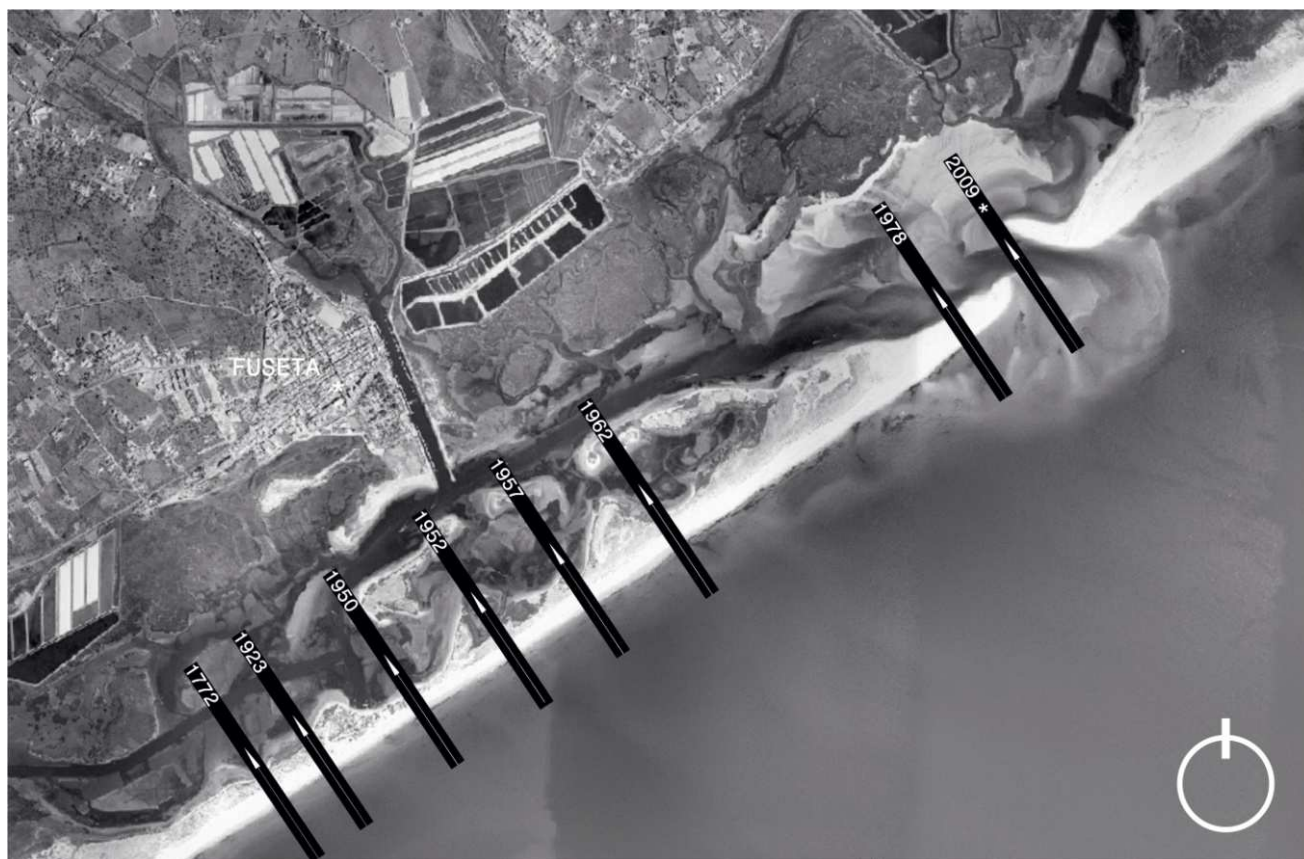


Figura 39 – Esquema de evolução da barra da Fuzeta (Adaptação de imagem com base em: Google Earth).

A barra da Fuzeta caracteriza-se por ter dois ciclos históricos, com intervalo de 50 anos. Por volta das décadas de 40/50 do século passado a barra localizava-se próximo da faixa onde, devido aos temporais sentidos na Ilha da Fuzeta neste ano, ocorreu a rotura evidente do ponto mais frágil do cordão (em termos morfológicos e de estabilização das areias), abrindo-se assim uma nova barra, o que na época terá justificado a construção do edifício do Salva-Vidas. Devido às fortes tempestades sentidas, entre Fevereiro e Março de 2010, o mar galgou o cordão dunar da ilha, dividindo-a em duas, e a nova barra funcionou na enchente e durante a primeira hora da vazante, considerando-se fundamental uma posterior aferição do seu correcto funcionamento. Este fenómeno natural é considerado raro, visto só ocorrer de 50 em 50 anos.

No final de Fevereiro, em declarações efectuadas à comunicação social, foi anunciado pela Secretária de Estado que “para garantir condições de navegabilidade aos pescadores e garantir as actividades económicas de viveiros e etc. na própria Ria, tem de haver a necessidade de abrir, reforçar ou estabilizar a barra que venha a ser aberta pelo mar”. Já em Março, um dos responsáveis da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Algarve), Sebastião Teixeira, afirmou que a nova barra “está oficialmente criada”, acrescentando que “se a ideia era abrir uma barra e se ela abriu naturalmente, não faz sentido estar a abrir outra, porque para abrir outra tinha que se fechar esta e fechar uma barra é muito difícil”.

Contudo, após análise técnica por parte do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), da ARH e da Sociedade Polis Litoral da Ria Formosa, chegou-se à conclusão que a barra aberta naturalmente devido à ocorrência de temporais teria de ser encerrada, por motivos de segurança e de compatibilização com a actividade balnear. As medidas posteriormente tomadas consistem num reforço do cordão dunar e na construção de uma nova barra (Figura 40), na zona da Toca do Coelho, considerado tecnicamente o sítio mais adequado, pela sua proximidade ao porto da Fuzeta, por garantir condições de segurança aos utilizadores, tanto ao nível da utilização balnear como da navegabilidade e por se compatibilizar com a existência de viveiros na zona, o que está a gerar, pela contingência associada à dinâmica do sistema, bastante polémica e opiniões divergentes.



Figura 40 – Fotografia aérea da Ilha da Fuzeta – Esquema de localização da barra aberta naturalmente e do local de abertura da nova barra
(Adaptação de imagem com base em: Google Earth).

O reforço do cordão dunar é fundamental para minimizar o risco de galgamentos do mar para a ria. A abertura da nova barra é assim preponderante para esse reforço do cordão dunar, uma vez que esta medida é efectuada através da remoção de areia de vários pontos, sendo um desses pontos a nova barra. Estas empreitadas de extracção de areia para reforço dunar da restante ilha decorreram de forma compatível com a abertura da praia para utilização balnear, tendo o objectivo de abrir a nova barra e consumir o perfil definitivo delineado para a Ilha da Fuzeta.



Figura 41 – Ancoradouro existente na Ilha da Fuzeta, destruído pelos fortes temporais

Além da abertura da barra, os fortes temporais sentidos na Ilha da Fuzeta foram responsáveis pela destruição natural de 50 das 77 casas clandestinas de férias e fins-de-semana implantadas nas dunas (Figura 42), antecipando assim o processo de renaturalização da Ilha. Além das 50 casas destruídas pela ocorrência de fenómenos naturais, foram posteriormente demolidas as restantes 27 casas por acção antrópica, no âmbito do Programa Polis da Ria Formosa. Após concluída a primeira fase relativa às obras de demolição das construções e recolha/limpeza dos respectivos detritos espalhados ao longo do areal, bem como a uma intervenção de emergência para consolidação do cordão dunar, com o encerramento da barra aberta em Março e a abertura de uma nova (Figura 43–1), a ilha da Fuzeta enquadra-se agora numa paisagem “naturalizada” marcada pela ausência de casas e de elementos visuais degradantes, evidenciando e potenciando desta forma o sistema de vistas abrangentes sobre a riqueza da paisagem envolvente, tendo de um lado a Ria Formosa e de outro o Oceano Atlântico.



Figura 42 – Ilha da Fuzeta durante e após os temporais de 2010 (imagens retiradas de: <http://www.observatoriodoalgarve.com>; <http://adefesadefaro.blogspot.com>).

Foi necessária a criação de um perfil provisório (Figura 43–2), para que a Ilha da Fuzeta pudesse voltar a ser utilizada por turistas e visitantes para prática balnear, com as condições de segurança necessárias. Para tal foram construídos dois apoios de praia, com acessos em passadiço, associados a todos os serviços que o apoio balnear dispõe, como nadador salvador, casas de banho e segurança de banhistas e ainda um ancoradouro, com a colaboração do IPTM (Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos). Prevê-se que o perfil “definitivo” da praia esteja concluído após a época balnear, altura em que a Sociedade Polis Litoral da Ria Formosa retomará os trabalhos de requalificação, passando à execução do respectivo plano de praia, que será posteriormente descrito.

É ainda de referir que o primeiro levantamento topográfico foi realizado antes de acontecerem os temporais na Ilha da Fuzeta, tendo sido novamente efectuado entre a ocorrência dos mesmos, numa altura em que já se previa alguma estabilidade (Anexo 25). Contudo, os temporais voltaram a ocorrer, alterando novamente o perfil da ilha e consequentemente o próprio levantamento topográfico, que ficará apenas para consulta e registo da evolução do perfil da Ilha ao longo dos anos. É imprescindível que o levantamento topográfico seja efectuado novamente, antes da elaboração da fase de Projecto de Execução, quando o cordão dunar já estiver estabilizado e a barra aberta em local definitivo.



Figura 43 – Ilha da Fuzeta durante a época balnear – 1:Abertura da nova Barra; 2:Perfil provisório da Ilha após demolições das casas.

7.3.4– Os vários intervenientes no processo

O processo relativo à fase de Anteprojecto do Projecto de Intervenção e Requalificação do núcleo da Fuzeta foi marcado por diversas reuniões e acompanhamento do projecto por comissões específicas, que posteriormente se enunciam, cuja composição traduz a natureza dos respectivos interesses a salvaguardar.

- Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A., que preside;
- Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
- Administração da Região Hidrográfica do Algarve;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
- Câmara Municipal de Olhão;
- Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos;
- Capitania do Porto de Olhão;
- Associação de moradores do núcleo da Ilha da Fuzeta.

A compatibilização de interesses entre as diversas entidades nem sempre foi fácil, sendo nesta fase de Anteprojecto que foram tomadas algumas decisões pela equipa, em constante tentativa de conformidade com as diversas entidades envolvidas.

As indefinições que marcaram todo o processo até à entrega da Fase de Anteprojecto referem-se essencialmente à localização de usos e funções no espaço, à abrangência física do Projecto/Obra, às Entidades/Programas que poderão enquadrar a sua execução e à decisão relativa às opções e metodologias tomadas pela equipa (unidades de execução, localizações de equipamentos, formas de orçamentação, etc), que se irão reflectir no desenvolvimento da fase seguinte de Projecto de Execução. Além de todas estas entidades é ainda importante referir a constante compatibilização com o projecto original da frente ribeirinha do núcleo da Fuzeta e com a opinião do seu autor, o Arq. Paisagista José Brito, que acompanhou informalmente todo o processo projectual.

A proposta de medidas que visem uma melhoria da funcionalidade e vivência do espaço como um todo foi sempre discutida com o Arq. Paisagista José Brito, o que nem sempre foi consensual, originando diversas discussões no decorrer do processo, que contribuíram bastante para o seu correcto desenvolvimento. É evidente no desenho de projecto que a proposta de Arquitectura Paisagista se desenvolveu tendo como principal estratégia o respeito e valorização do meio e dos valores em presença, nas vertentes biofísicas, paisagística e culturais, integrando as pré-existências que decorreram da execução do projecto elaborado em 1995 pelo Arq. Paisagista José Brito.

“...o Arquitecto Paisagista não «arranja» as formas por outros concebidas (...) O Arquitecto Paisagista concebe a forma do espaço, cuja composição está sujeita a princípios e a uma filosofia próprias (...) Ao Arquitecto Paisagista cabe portanto, desde o início do projecto (ou do plano), integrar todos os factores intervenientes, com o objectivo de dar forma ao espaço, através dos materiais de que dispõe.”²¹

7.3.5 – Fase de Anteprojecto

A fase de Anteprojecto, que posteriormente se descreve e justifica, assume-se como fundamental na tomada de decisões importantes para o desenvolvimento do projecto, relativas a algumas indefinições, acima referidas, que foram surgindo com o decorrer e com o natural amadurecer do processo, e na consequente alteração ao desenho inicial previsto para o Plano de Praia.

A concepção e todas as opções de projecto tomadas foram discutidas e extremamente amadurecidas entre os Arquitectos Paisagistas da equipa, até à data prevista para a entrega do processo.

Apesar do acompanhamento de todo o processo pela estagiária, tanto ao nível da Fuzeta Ria como da Fuzeta Mar, desde a concepção, produção de peças desenhadas e escritas e todos os trabalhos que antecedem a entrega, foi ao nível da Fuzeta Ria que o desenvolvimento de trabalho foi mais significativo. Destaca-se o Plano Geral da Fuzeta Ria e respectiva legenda, onde houve uma contribuição significativa ao nível da concepção, sempre em diálogo constante com a Arq. Paisagista coordenadora, bem como a realização da planta de faseamento, que posteriormente se irá enunciar. A planta de construções/demolições foi também preponderante na percepção das alterações efectuadas, tendo

²¹ Manuela Raposo MAGALHÃES; *A Arquitectura Paisagista - Morfologia e Complexidade*; Editorial Estampa; 2001; pág.37.

A entrega final desta fase culminou com uma reunião onde o projecto elaborado foi apresentado pela equipa e as opções tomadas justificadas a todas as entidades envolvidas, acima enunciadas, de forma a serem discutidas e esclarecidas todas as opiniões e dúvidas, que se consideram fundamentais para o desenvolvimento da próxima fase. Neste momento (Outubro de 2010) aguarda-se a emissão dos pareceres das referidas entidades, para se poder proceder ao desenvolvimento da próxima fase, relativa ao Projecto de Execução.

Tal como acima já se referiu, a ilha da Fuzeta foi este ano alvo de uma alteração bastante significativa ao nível da sua ocupação, passando de um local ocupado por diversas construções clandestinas, com uma imagem bastante degradada, a uma ilha “deserta”, onde prevalece o meio natural e se potenciam as vistas abrangentes sobre a paisagem envolvente, marcada pela proximidade da vila, o que leva a uma abordagem ao projecto onde se enfatiza a simplicidade das formas e das funções.



largura), onde o galgamento aconteceu. Os acessos transversais, por sua vez, desenvolvem-se a partir dos apoios de praia, permitindo uma ligação directa à praia.

Com base na interpretação do POOC, na análise da evolução da linha de costa e do sistema de transporte dos utentes para a praia, efectuaram-se algumas alterações ao desenho inicial previsto para o Plano de Praia. Desta forma, a organização do espaço é dada a partir de uma nova localização do cais de acesso, mais para Poente e para a área mais larga da ilha, e dos apoios de praia, mais para o interior da Ilha, no sentido da Ria. A deslocação mais para Poente do ancoradouro, redirecciona o percurso pedonal principal, de forma a evitar o ponto mais estreito da ilha (com menos de 25 metros de

negativas que lhe estão associadas, de forma a preservar e manter estas áreas de tão grande valor ecológico.

Ainda ao nível do sistema dunar é fundamental a adopção de medidas de regeneração dunar, através da proposta de paliçadas e plantações de pioneiras, que contribuam para a recuperação da duna primária, em evidente regressão, bem como a remoção da vegetação infestante, designadamente, chorão e acácias.



Figura 45 – Vista panorâmica sobre a Ilha da Fuzeta – vegetação dunar existente.

Relativamente ao ancoradouro é importante referir que a sua nova localização “*não necessita de dragagens de fundos, excepto para implantação da estrutura de acostagem proposta. Considera-se a solução existente, de cais flutuante, a mais correcta e segura, tendo em conta a acessibilidade à ilha de pessoas com mobilidade reduzida e aos barcos que fazem a carreira entre a vila e a ilha.*”²²

O tipo de estrutura proposto deverá ser semelhante a outros cais de acostagem existentes na ria, conforme desenho apresentado (Figura 46).

De modo a não colidir com o normal funcionamento dos barcos de passageiros que fazem a ligação com a Fuzeta, sugere-se o prolongamento do cais e a criação de áreas separadas de acostagem para embarcações de recreio e de serviços (táxis, lixo, abastecimento e emergência). Este prolongamento poderá ter um carácter amovível, justificando-se durante os períodos de verão e podendo ser recolhido no fim da época balnear. Considera-se ainda essencial, para garantir a segurança da navegabilidade e a valorização da qualidade cénica da ria, disciplinar os pontos de amarração das embarcações de recreio (através de fundeadouros com “poitas”, correntes e bóias).

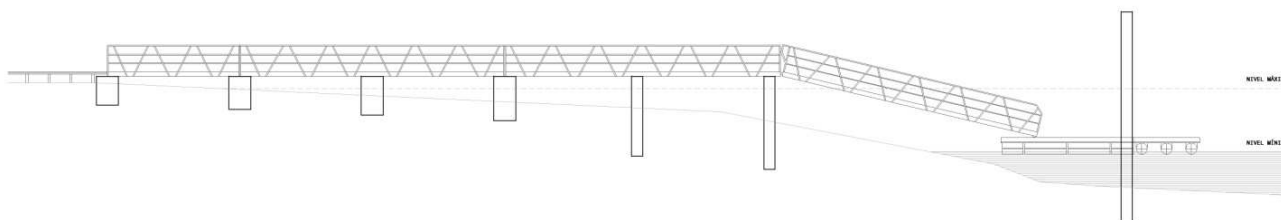
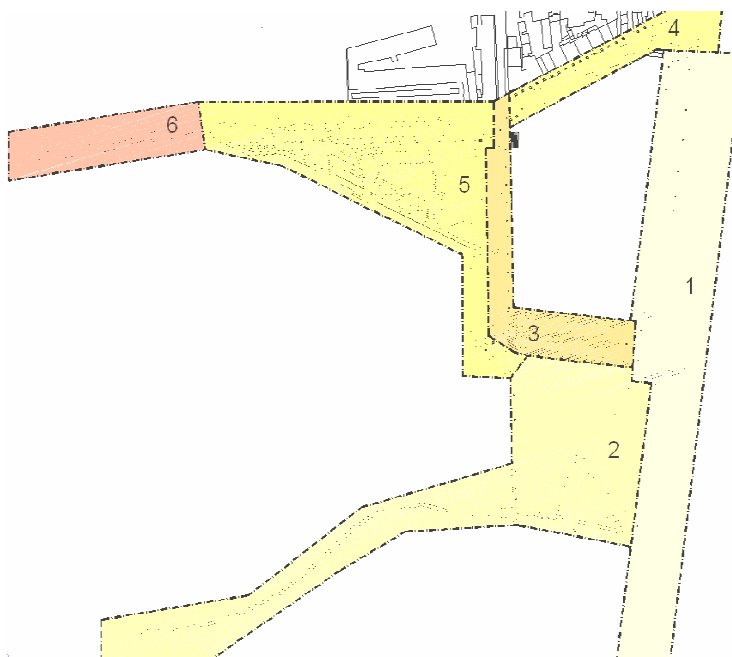


Figura 46 – Corte Esquemático - Tipo de estrutura proposta para o cais de acostagem.

²² AMÉLIA SANTOS UNIP. - *Memória Descritiva e Justificativa - Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso.*

Fuzeta Ria

Pretendeu-se com a proposta de Arquitectura Paisagista reforçar o carácter estratégico e estruturante do programa Polis, tendo como principal estratégia o respeito e valorização do meio e dos valores em presença, nas vertentes biofísicas, paisagística e culturais. A integração das pré-existências (Anexo 29) que decorreram da execução do Projecto elaborado pelo Arquitecto Paisagista José Brito associa-se à proposta de algumas medidas correctivas, de forma a contribuir para a melhoria funcional e vivencial do todo que é o espaço de intervenção.



1/Praia e Acesso ao Salva-Vidas;
Arruamento norte;
e Lazer; 6. Extremo Poente.

A área de intervenção é bastante complexa, identificando-se a presença de várias unidades, que constituem o projecto da Fuzeta Ria. Descrevem-se, seguidamente, as várias unidades reconhecidas, bem como os trabalhos a desenvolver e as intervenções mais significativas a efectuar.

Por uma questão de coerência funcional a área de intervenção foi ampliada relativamente ao previsto no Programa de Concurso. A verba “elegível” para a empreitada diz unicamente respeito às intervenções previstas no âmbito desse Programa. Considerou-se desta forma fundamental,

distinguir os trabalhos e áreas a intervencionar, que se encontram devidamente discriminadas através da definição de “Unidades de Execução” (Figura 47), permitindo desta forma manter a coerência da proposta, recorrendo, se necessário, à definição de faseamentos.

Frente ribeirinha Nascente

A frente ribeirinha Nascente desenvolve-se ao longo do canal/ria, numa faixa de quase 50m de largura, estando associada a usos e vivências que se diferenciam entre si ao longo desta extensa área. A proposta consiste assim numa série de intervenções específicas, consoante o local a intervencionar e a sua utilização.

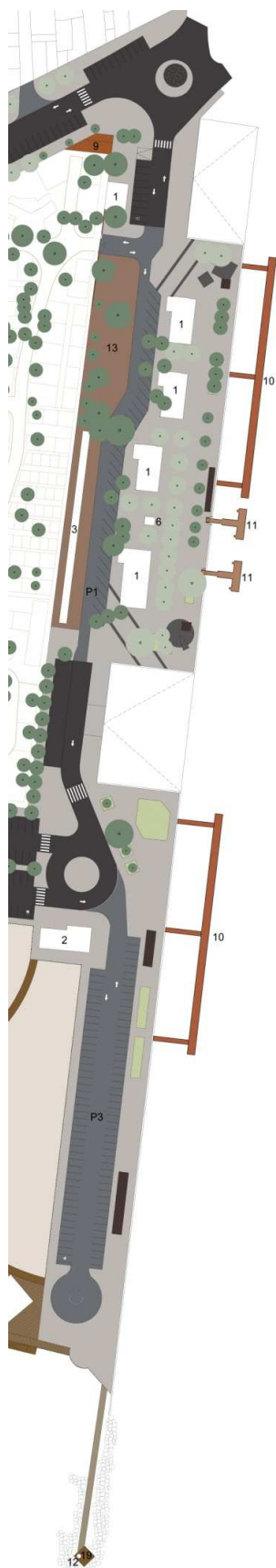


Figura 48 – Plano geral - Frente Ribeirinha Nascente (Anexo 32).

O carácter piscatório é ainda muito marcante nesta zona da Fuzeta, sendo esta frente ribeirinha o local de trabalho para muitos pescadores da pesca artesanal. A conservação deste carácter é fundamental para a identidade desta zona, sendo desta forma um dos objectivos da proposta, manter os apoios de pesca existentes, estando prevista a sua substituição quando tal se justifique.

Considera-se também fundamental manter e melhorar o terreiro de jogos tradicionais, considerado o principal ponto de encontro da zona ribeirinha da Fuzeta durante todo o ano, através da substituição do mobiliário urbano existente, que reflecte alguma degradação.

Na zona dos bares e área do cais de acesso à ilha existem actualmente diversos conflitos, que resultam da proximidade entre os cafés, que à noite se transformam em bares, e o Parque de Campismo.

“Este tipo de bares apesar de estarem construídos de acordo com o modelo-tipo do Parque Nacional da Ria Formosa, já não obedecem à actual legislação e apresentam alguma degradação, estando condicionados pela inexistência de uma área de estadia coberta, que lhes permita manterem-se abertos ao longo de todo o ano.”²³

Além do estado de degradação que está associado a estes bares, contribuindo de forma negativa para a imagem desta zona, é ainda de referir a expansão aleatória e casuística das áreas afectas às esplanadas, não havendo qualquer tipo de controlo sobre a sua distribuição, o que resulta numa interferência com a vivência dos espaços contíguos, nomeadamente com o espaço de circulação e estacionamento.

De forma a solucionar todos os conflitos sentidos entre o automóvel e o peão, bem como a afastar os diversos cafés do limite do Parque de Campismo, propõe-se uma reorganização do acesso rodoviário e respectivo estacionamento, através da desactivação do troço do arruamento que actualmente passa entre os cafés e o cais (Anexo 31), passando o trânsito a localizar-se apenas no arruamento alternativo existente em cubos de calcário, de acesso limitado aos veículos dos pescadores, assim como a realocação do estacionamento proposto. Desta forma liberta-se um amplo espaço para a nova implantação dos bares/concessões, áreas de lazer e esplanadas contíguas, não perturbando a normal vivência dos espaços, nomeadamente, da zona do terreiro e dos apoios de pesca.

²³ AMÉLIA SANTOS UNIP. - *Memória Descritiva e Justificativa - Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso.*

Apesar desta ser uma alteração bastante significativa ao nível da organização do espaço, esta solução alternativa caracteriza-se pelo seu baixo custo, visto não ser necessário intervir nas infra-estruturas existentes. A pavimentação a propor será constituída por calçada miúda que estabelece continuidade com a existente, assente sobre a camada de betuminoso existente que lhe servirá de base. A bolsa de estacionamento proposta surge em continuidade com o pavimento do arruamento em calçada.

Relativamente à zona do canal detectam-se algumas dificuldades no que respeita ao acesso às cerca de 100 embarcações de pesca e recreio fundeadas ao longo do cais. É conhecida a futura construção do Porto de Abrigo da Fuzeta, que irá retirar muitas embarcações de pesca deste local, reduzindo a pressão sobre ele estabelecida. Contudo, as embarcações de recreio continuarão fundeadas ao longo deste cais. Actualmente existem dois ancoradouros, sendo um deles de carácter privado, de acostagem dos barcos que fazem o transporte de passageiros para a ilha. O local actual de acostagem tem demonstrado eficácia no que respeita às manobras de acostagem e às acessibilidades do lado terrestre, estando associado à existência de uma estrutura de ensombramento, a recuperar e melhorar, de modo a garantir o conforto de quem espera pelo barco, o que, em média, não excede mais de 10 minutos.

Sugere-se assim, de forma a disciplinar o estacionamento e acostagem, melhorar a segurança e dignificar os espaços urbanos/lagunares onde esta zona se insere, um melhoramento do cais de embarque, bem como a implantação de dois flutuadores de acostagem de embarcações de recreio, através da colocação de passadiços flutuantes paralelos ao cais, ligados por pontes de acesso.

Os trabalhos previstos para a zona dos bares com áreas equipadas, o local onde se apanha o barco para a ilha, as rampas dos barcos, o percurso pedonal ao longo do cais e o acesso à praia de ria, envolvem ainda a substituição dos guarda-corpos e vedações, substituição de mobiliário urbano e iluminação e a criação de um alçado, de forma a dissimular a imagem de traseiras verificada na confrontação com a entrada de serviço do parque de campismo.

É de referir, ainda, que será assegurada uma faixa livre para acesso rodoviário em caso de emergência, entre o cais e a linha de implantação dos bares.

Para onde estava previsto a localização de um Apoio de Praia, propõe-se a localização do Clube Naval, sendo assim favorecido pela proximidade da rampa de acesso ao canal e da localização de um flutuador, ao qual poderá ser afecta uma área para utilização exclusiva deste Clube. Após reunião com as respectivas entidades competentes chegou-se à conclusão da necessidade de apresentar, junto ao canal a Poente, uma alternativa viável à anteriormente descrita para a localização do Clube Naval.

Relativamente ao arruamento de dois sentidos e estacionamento perpendicular à via, que se desenvolve ao longo do cais de apoio à praia de ria, constata-se por vezes o seu estado bastante congestionado, o que se deve ao estacionamento indevido de um dos lados, reduzindo, significativamente, a largura da faixa de rodagem e dificultando o acesso à praia, em situação de emergência. Com o intuito de resolver os problemas viários associados a este troço, mantendo as duas faixas de circulação libertas, propõe-se a implementação de um estacionamento automóvel perpendicular, contíguo à zona do “campo dunar”.

Como remate final desta faixa Nascente, considera-se necessário acautelar o acesso ao farolim localizado no extremo Sul. Preconiza-se assim a construção de um percurso pedonal até ao farolim de entrada do canal, bem como a criação de uma pequena plataforma em “deck” e um banco na base do farolim, possibilitando desta forma a fruição das vistas e, simultaneamente, o acesso a viaturas de emergência num eventual acidente marítimo.

Para finalizar, considera-se imprescindível a realização de obras de consolidação dos muros do cais, que manifestam deslizamentos preocupantes e, em certos casos, riscos de colapso eminente.

“Campo dunar”/Praia e Acesso ao Salva-Vidas

A área do “Campo dunar”, contígua à praia, caracteriza-se ao nível do seu revestimento por areias de granulometria maior do que aquela que compõe os sistemas dunares, cujo transporte é feito sobretudo pela acção do vento, o que condicionou e inviabilizou muitas das plantações realizadas em 1997. Ocorreu desde essa altura, uma regeneração biológica, que apesar de lenta, é bastante interessante de acompanhar, tendo em conta a presença de um elenco florístico bastante diversificado, onde se destacam espécies como: *Medicago littoralis*, *Linaria lamarckii*, *Silene niceensis*, *Reichardia gaditana*, *Polycarpon tetraphyllum*, *Plantago coronus*, *Matricaria maritima*, *Pancatrium maritimum*, *Euphorbia paralis*, *Crucinela maritima*, *Aetheoriza bulbosa*, *Helycrisum italium*, *Anagallis arvensis*, *Rumex bucephalophorus*, *Eryngium maritimum*, *Anagallis monnelli*, *Ammophila arenaria*, entre outras.

Devido ao pisoteio intenso que se tem feito sentir, bem como à recente substituição da passadeira de madeira de acesso à praia, é determinante efectuar um reforço ao nível da vegetação contígua à praia, à base de estorno.

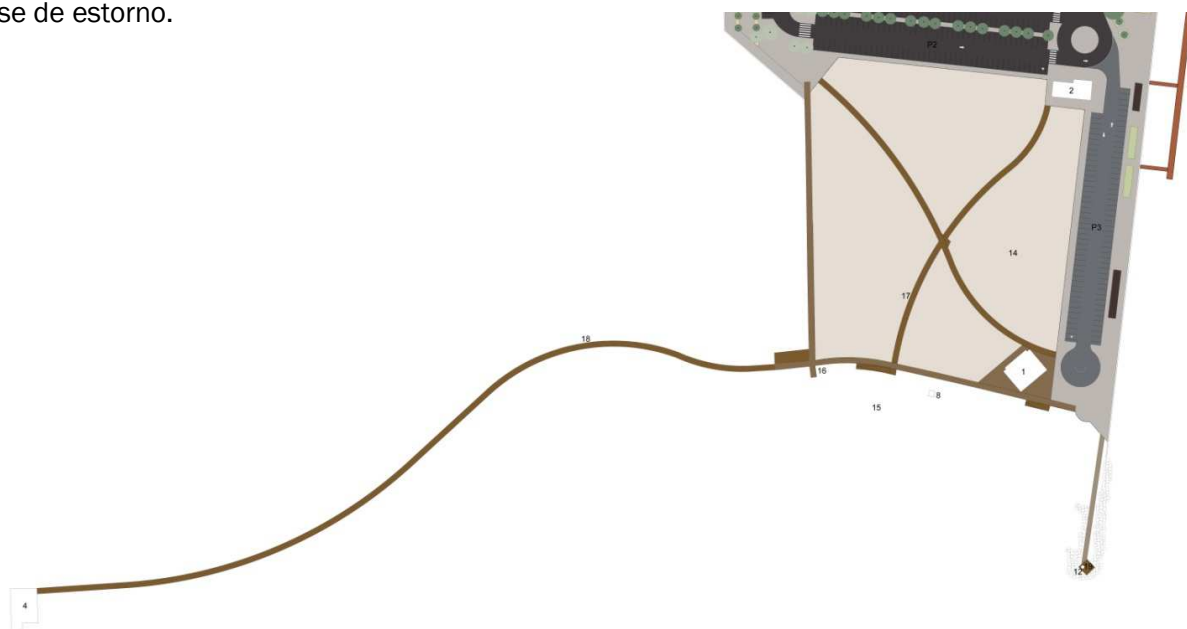


Figura 49 – Plano Geral - “Campo dunar”/Praia e Acesso ao Salva-Vidas.

O “Campo Dunar” é actualmente atravessado por dois percursos pedonais em solipas, com sinais evidentes de envelhecimento, propondo-se por esse motivo a sua substituição por estruturas de madeira sobrelevadas cerca de 0.40m.

Ao nível da iluminação proposta para este espaço a estratégia consiste em garantir segurança e conforto para quem deambula à noite neste espaço, sem, contudo, perturbar ou artificializar o ambiente nocturno. Propõe-se desta forma iluminação rasante (constituída por projectores de baixo custo energético com lâmpadas de 20w, protegidos por uma estrutura anti-vândalo em aço inox), de modo a explorar as suaves modelações e identificar os percursos, explorando a ausência de iluminação artificial e potenciando, por outro lado, a luz da noite, o que se pode tornar bastante agradável e que nos dias de hoje é uma experiência pouco acessível às pessoas que vivem nos grandes centros urbanos.

A Sul do “Campo Dunar” encontra-se a “Praia dos tesos”, a principal praia “urbana” da Ria Formosa, sendo bastante utilizada desde os primeiros dias da Primavera até chegar o Inverno.

Actualmente esta praia possui dois apoios de praia, estando, no entanto, definido no POOC para esta zona balnear, a localização de um apoio de praia simples em substituição dos dois actualmente existentes. Contudo, a tomada desta opção nunca foi consensual, entre a equipa, as diversas entidades envolvidas e os concessionários. Nesta proposta considerou-se que poderia ser viável manter as duas concessões no mesmo apoio de praia, sendo que, após entrega da fase de Anteprojecto e até à presente data, depois de várias reuniões e apresentação do projecto aos concessionários, a decisão foi no sentido contrário, de localizar nesta zona apenas um apoio de praia (a concurso entre os dois concessionários), tal como previamente definido no POOC.

Uma vez que esta praia já possui as infra-estruturas básicas (acessos e estacionamento, esgotos, água, luz e telecomunicações), tendo sido recentemente intervencionada pela autarquia ao construir uma nova passadeira sobrelevada, as intervenções são apenas de carácter pontual e correctivo, sobretudo ao nível da definição das áreas de esplanada e ligações entre pavimentos.



Figura 50 – “Praia dos Tesos” – Vista sobre o edifício do Salva-Vidas.

Em resposta ao solicitado e em continuidade com a passadeira da praia propõe-se um atravessamento pedonal sobrelevado de acesso ao edifício do Salva-Vidas (Figura 51), construído, na sua totalidade, em madeira convenientemente tratada, tendo em conta o meio agressivo onde está inserida. *“O traçado do atravessamento foi desenhado de forma a que a sua presença se torne o mais discreta possível sem interferências com área de influência da praia, nem com ângulos e perspectivas que diminuam o valor patrimonial e ambiental. A solução encontrada esconde-se nos volumes de areia que formam pequenas ilhas a partir da meia maré.”*²⁴

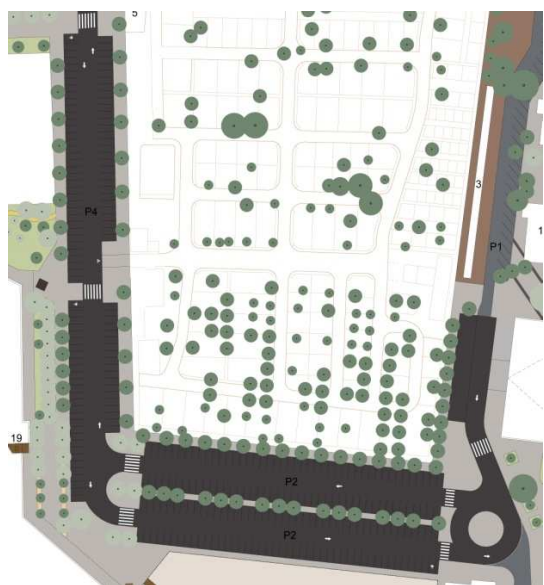
²⁴ AMÉLIA SANTOS UNIP. - *Memória Descritiva e Justificativa - Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso*



Figura 51 – Corte esquemático – Percurso de acesso ao edifício do Salva-Vidas.

Arruamento Poente e Estacionamento Sul

Actualmente, a organização funcional e da estrutura de mobilidade e acessibilidade desta zona da Fuzeta permite detectar alguns problemas. A finalidade do desenho de projecto consiste assim numa melhoria da organização viária e funcional, através do redimensionamento dos arruamentos existentes, bem como da criação de mais áreas de estacionamento organizadas. O estacionamento, particularmente na altura do Verão, torna-se um grande problema, visto haver carros estacionados por



Poente e

todo o lado, de forma completamente aleatória e desordenada, interferindo de forma negativa na vivência dos espaços de circulação e estadia contíguos.

No sentido de tornar perceptível uma hierarquia viária na frente ribeirinha da Fuzeta, a principal alteração ao nível do redimensionamento dos arruamentos existentes efectuou-se no arruamento a Poente do Parque de Campismo. Presentemente este arruamento apresenta uma escala que não se considera apropriada tendo em conta o seu tipo de utilização, pelo que é proposta uma alteração do perfil transversal deste arruamento, reduzindo a sua dimensão, retirando-lhe o separador central, que lhe confere um carácter de avenida, e atribuindo-lhe a escala que lhe é devida, de rua de acesso

a um estacionamento em meio “natural”. O estacionamento, que actualmente se realiza de forma aleatória e desordenada, organiza-se agora de forma perpendicular a cada um dos lados desta via de dois sentidos, conseguindo desta forma manter todos os lugares existentes (contabilizando para tal, além dos lugares marcados, aqueles que não estão marcados, localizados ao longo da via e do separador central de forma caótica) mas de forma organizada, sem interferir com a utilização dos restantes espaços envolventes. Como resultado desta redefinição os passeios assumem dimensões mais apropriadas, permitindo a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, o que hoje não se verifica.

No arruamento a Norte do Parque de Campismo, o traçado da via e o estacionamento não foram alterados devido às diversas pré existências identificadas, como o “Campo Dunar” e os pinheiros. A intervenção consistiu apenas em melhorar a circulação viária, criando para tal uma rotunda, que resolve os problemas viários sentidos no cruzamento existente.

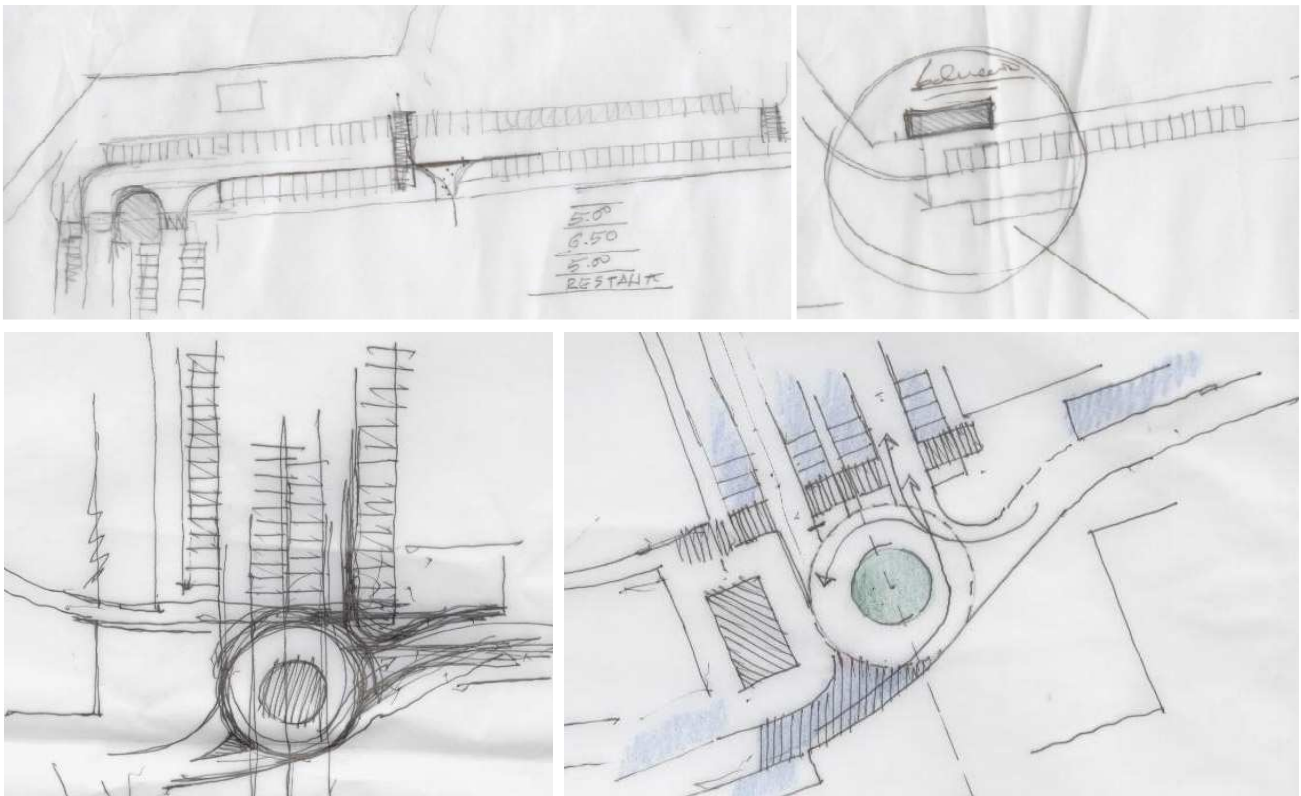


Figura 53 – Vários esboços elaborados pelo Arq. Paisagista José Brito -Organização viária e funcional do arruamento Poente e estacionamento Sul.

Arruamento Norte

O arruamento localizado a Norte do Parque de Campismo não se encontra previsto no âmbito do “Plano de Praia”. Contudo, a inclusão desta área ao nível de projecto, considerou-se fundamental, não só pelos erros que evidencia ao nível viário, de circulação e mobilidade pedonal (existência de passeios bastante estreitos, a que se



Figura 54 – Plano Geral – Arruamento Norte.

associam diversos obstáculos, não permitindo a deslocação de pessoas com mobilidade condicionada), como também para estabelecer uma continuidade com os restantes espaços adjacentes. Este espaço funciona como o remate Norte das diversas áreas a intervencionar, estabelecendo relações directas com as mesmas, pelo que a sua transformação é fundamental na articulação e coesão da malha urbana de que faz parte. É assim proposta uma redefinição do perfil transversal deste arruamento, reduzindo-o para dimensões mais adequadas e possibilitando o alargamento dos passeios, o que contribui para uma melhoria significativa da circulação pedonal, resolvendo os conflitos detectados ao nível da mobilidade e a conformidade com os novos traçados previstos para a área de projecto.

Frente Ribeirinha Poente. Espaço de recreio e Lazer

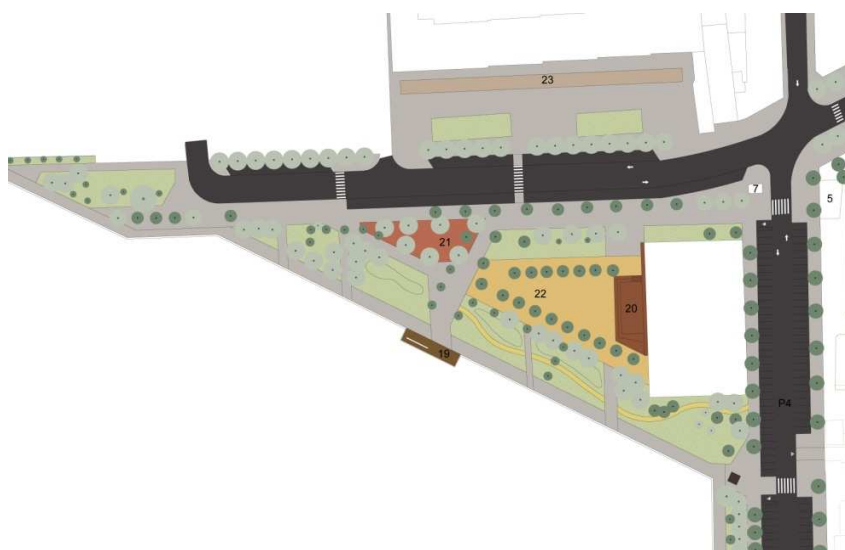


Figura 55 – Plano Geral - Frente Ribeirinha Poente. Espaço de recreio e Lazer.

A frente ribeirinha Poente é um espaço bastante diversificado, marcado por características predominantemente urbanas, destacando-se a presença do polidesportivo, do parque infantil e de um pequeno espaço polivalente a que se associa um palco /anfiteatro. Evidencia-se ainda neste espaço a relação privilegiada com o sapal e a amplitude do sistema de vistas, que se pretende potenciar através da eliminação de

estruturas e elementos construído da frente ribeirinha, de forma a realçar a leitura de transição entre o espaço natural, onde prevalece a horizontalidade e a meandrização, para o artificialismo das áreas urbanas construídas. A Norte deste espaço existe actualmente uma área de cafés, restaurantes e uma ampla área de esplanadas, considerando-se desta forma desnecessário saturar este espaço da construção de mais estabelecimentos deste género. A opção prevista no POOC para esta área, relativa à localização de 3 Apoios Simples Equipados, que no projecto inicial da zona ribeirinha da Fuzeta eram descritos como pequenas cafetarias e locais de vigilância dos espaços envolventes, foi por esse motivo excluída nesta fase.

O redesenho desta área consiste numa simplificação de formas e funções, tendo sempre como preocupação o carácter de fruição e lazer que lhe está intimamente associado, evidenciado pelo tipo de vegetação utilizada. Desta forma, a intervenção neste espaço baseia-se num aumento das áreas permeáveis, na realocação e melhoramento do espaço de recreio infantil, na redefinição do actual palco (que não oferece as condições necessárias para a realização de espectáculos) e na demolição da área de desporto radical/ anfiteatro, que se impõe demasiado ao espaço, funcionando como obstáculo à leitura da horizontalidade que o caracteriza.

De forma a unificar toda esta frente ribeirinha e a estabelecer uma ligação formal com o extremo Poente é ainda proposta a substituição da faixa de calçada existente, contígua ao talude suave que confina com a ria, bem como das guardas com correntes, por um pavimento contínuo e permeável (Figura 56) que valorize e simplifique a leitura das vistas que se usufruem sobre a ria, transformando-se num verdadeiro percurso de fruição ribeirinha.



Figura 56 – Percurso ribeirinho existente e proposto, com e sem guardas, respectivamente.

Relativamente ao talude que confina com a ria, revestido a pedra, é de referir a sua interrupção pela presença de um anfiteatro em betão, que não apresenta qualquer utilização. Propõe-se, sobre ele, uma plataforma balançada, servindo como remate ao eixo principal do “jardim” e permitindo simultaneamente uma maior diversidade de sensações (permanência sobre o plano de água e miradouro).

Faixa Extremo Poente

Tal como o arruamento Norte, esta faixa também não integra a área de intervenção. Considerou-se, no entanto, determinante ao nível do projecto o estabelecimento de um remate a Poente da frente ribeirinha, conferindo-lhe por um lado continuidade, e resolvendo, por outro lado, os problemas urbanos associados a este espaço, assumido como “traseiras de edificações recentes”.

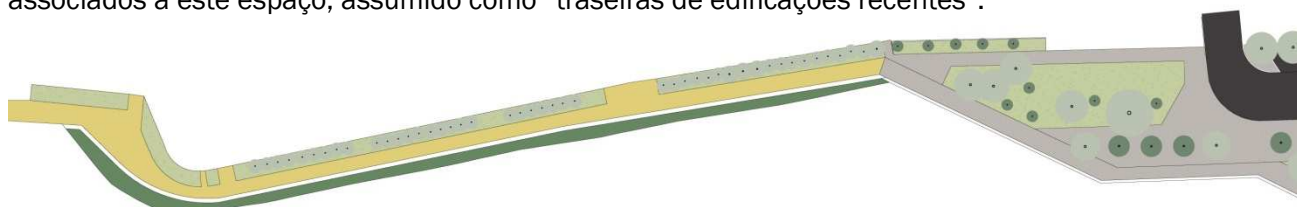


Figura 57 – Plano Geral - Faixa Extremo Poente.

“É uma área aterrada onde se localiza um caminho com taludes algo instáveis e que actualmente é utilizado como via de acesso rodoviário para os estaleiros das obras que aí decorrem. Devido a esse facto, considerou-se interessante que este local fosse alvo de intervenção ao nível de pavimentações e protecção de taludes, que pudesse dar continuidade, numa outra fase, a um percurso em estrutura de madeira que estabelecesse ligação com a antiga estação de tratamento e ao início da ecovia.”²⁵

Iluminação e mobiliário Urbano

A maioria do mobiliário urbano existente na área de intervenção apresenta-se muito degradado, devido ao seu mau estado de conservação. É assim proposta uma substituição, de forma a criar uma leitura uniforme ao longo de todo o espaço, ao nível da iluminação, bancos, papeleiras e dissuasores.

Prevê-se ainda a localização de sinalética de referência nos locais apropriados.

²⁵ AMÉLIA SANTOS UNIP. - *Memória Descritiva e Justificativa - Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso.*

8 – Desenvolvimento de competências pessoais

A possibilidade de realizar um estágio no âmbito de projectos de Arquitectura Paisagista, colaborando com Arquitectos Paisagistas com vasta experiência em projectos de espaço público, que acompanharam e orientaram todo o estágio, traduziu-se numa enorme evolução da estagiária, tanto em termos profissionais, como pessoais. Desta forma, as competências apreendidas foram muitas e resultaram do interesse, iniciativa e empenho da estagiária (fundamentais, por exemplo, para a possibilidade de realizar a concepção dos pátios da Escola Secundária de Loulé e o projecto dos arruamentos da Fuzeta Ria, resultado de uma série de tentativas efectuadas, no sentido de compreender qual a mais viável), aliados à oportunidade única de participar em projectos de escalas distintas, nas suas diversas fases, e à possibilidade de colaboração com uma equipa interdisciplinar, o que foi fundamental na transmissão e consequente interiorização de conhecimentos.

A participação nos três projectos desenvolvidos foi efectiva e bastante directa, sendo por isso sinónimo de grande responsabilidade. Houve a possibilidade de participar em todas as etapas dos projectos anteriormente descritos, desde as idas ao local, concepção e discussão de ideias, realização de peças desenhadas, reuniões e abertura do acto público (no caso concreto do Plano de Pormenor), resultando num envolvimento muito grande nos trabalhos desenvolvidos, que foi muito gratificante e enriquecedor e contribuiu significativamente para toda a aprendizagem que decorreu da realização deste estágio.

Foram naturalmente sentidas algumas dificuldades, que sucedem deste ter sido efectivamente o primeiro contacto com a profissão, que rapidamente foram ultrapassadas, com o apoio permanente dos restantes Arquitectos Paisagistas da equipa.

A versatilidade e disponibilidade para trabalhar a qualquer hora, bem como o facto de estar sempre presente e dentro dos assuntos, contribuiu para poder dar opiniões e colaborar no desenvolvimento dos diversos projectos desenvolvidos, mesmo que isso implicasse pesquisa pessoal fora do local de trabalho. Destaca-se ainda, o desenvolvimento das seguintes competências:

- Maturação dos conhecimentos adquiridos;
- Aquisição de hábitos e rotinas de trabalho;
- Dinâmica ao nível de trabalho colectivo;
- Reconhecimento da complexidade do trabalho interdisciplinar;
- Aumento do nível de exigência, ao nível da apresentação dos trabalhos;
- Constatação da complexidade do acto de execução do Projecto;

- Utilização e aprofundamento de diferentes ferramentas de trabalho. Destacam-se a utilização de todos os programas de modelação 2D e 3D já utilizados pela estagiária, bem como o aprofundamento de vários comandos de Autocad fundamentais.

Uma vez que este foi o primeiro contacto prático com a profissão, pode-se efectuar um balanço não só a nível pessoal e profissional, como também ao nível de um possível contributo para a melhoria da formação académica. A formação adquirida pelos alunos da Universidade de Évora é extremamente completa, o que se pôde constatar no decorrer do estágio, pelos diversos contributos dados pela estagiária, não só relativamente a conhecimentos teóricos, como também à sua aplicação prática. Contudo, considera-se fundamental referir alguns aspectos, que poderão contribuir para o aperfeiçoamento do ensino de Arquitectura Paisagista na Universidade de Évora, destacando-se:

- A realização de peças técnicas relativas à fase de Projecto de Execução. Só na disciplina de Materiais e Técnicas de Construção com Inertes esta temática foi abordada no decorrer da licenciatura. A planta de construções/demolições nunca tinha sido efectuada e a planta altimétrica com pontos cotados, sem curvas de nível, também não. Foram sentidas dificuldades a este nível. Considera-se que a fase de Projecto de Execução poderia ser abordada mais aprofundadamente para consolidar conhecimentos, podendo estar associada à disciplina de Projectos de Arquitectura Paisagista. As visitas de estudo a obras são também fundamentais para aprofundar esses mesmos conhecimentos, uma vez que a prática em obra é fundamental ao nível da realização de projectos;

- A elaboração de um projecto fora de Évora, de forma a abordar situações de projecto diferenciadas e realidades distintas, uma vez que foi sentida uma dificuldade inicial ao nível do Projecto da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso, pela complexidade do espaço em que este se insere e pelos conceitos distintos que lhe estão associados e dos quais havia ainda um conhecimento muito ténue;

- A importância do trabalho interdisciplinar. Seria relevante a possibilidade de realizar trabalhos em equipa, não só entre estudantes de Arquitectura Paisagista (o que já é frequente na maioria das disciplinas leccionadas no curso, e que se considera fundamental), como também entre estudantes de Arq. Paisagista e estudantes de outras formações leccionadas na Universidade;

- A importância da modelação 3D e domínio de sistemas informáticos, visto nos dias de hoje ser fundamental esta valência, principalmente no início da prática profissional. Os conhecimentos ao nível de fotomontagens e modelação 3D foram bastante importantes para o contributo dado no decorrer do estágio. Estes conhecimentos resultaram de formações efectuadas pela estagiária, pelo que se considera que poderiam ser introduzidas disciplinas, de forma independente ou associadas à disciplina de Projectos de Arquitectura Paisagista, que abordassem esta temática.

9 – Conclusão

Após os oito meses relativos ao período de estágio e consequente amadurecimento dos conhecimentos apreendidos através da realização deste trabalho escrito, o balanço é extremamente positivo, tanto a nível pessoal, como a nível profissional, considerando-se alcançados todos os objectivos previamente definidos, com uma ressalva ao acompanhamento de obra. O trabalho diário com uma equipa interdisciplinar, constituída por pessoas diferentes e com amplitudes de conhecimento distintas, permitiu alcançar alguns desses objectivos, alargando conhecimentos e ao mesmo tempo a forma holística de ver a Arquitectura Paisagista.

De forma complementar ao conhecimento *a priori* apreendido durante os cinco anos de formação académica, a obtenção de experiência ao nível da prática da Arquitectura Paisagista é fundamental, constituindo um ponto fulcral para a formação pessoal e profissional, e representando o maior benefício associado à realização deste estágio. Com a prática vão-se naturalmente adquirindo rotinas e por consequência experiência, conduzindo a uma consecução dos resultados pretendidos, de forma cada vez mais rápida e produtiva.

A participação nos três projectos desenvolvidos foi determinante para todo o conhecimento e experiência obtida, não só pela diversidade extremamente enriquecedora, associada aos diversos espaços alvo de intervenção, como também pela consequente diversidade ao nível da abordagem de actuação. A experiência tida ao longo da licenciatura, aliada às diversas formações efectuadas, particularmente ao nível da modelação 3D, mostrou ser preponderante para o contributo dado no desenvolvimento de todos estes projectos. Num mercado cada vez mais competitivo, a dificuldade de poder mostrar e desenvolver algo novo, que possa de alguma forma contribuir para a melhoria da qualidade dos trabalhos, torna-se um elemento basilar para o sucesso da contribuição dada. A valência e flexibilidade relativa aos programas informáticos foi sem dúvida uma mais valia para o resultado da prestação deste estágio, bem como para futuras colaborações profissionais. Contudo, a produção de fotomontagens e a realização e preparação de peças desenhadas, não teria tido a importância que teve, se não estivesse associada à possibilidade de participar em todas as restantes fases que decorrem da realização de um projecto de Arquitectura Paisagista, desde as idas ao local, fases de concepção, Anteprojecto e Projecto de Execução e todas as reuniões necessárias para o correcto desenvolvimento do processo. Destaca-se para o crescimento a nível profissional, a possibilidade de acompanhar um projecto desde o início da sua abordagem, passando pela dificuldade associada à fase de desenho e concepção e culminando na realização do Projecto de Execução. O caso concreto do Projecto de Execução da Escola Secundária de Loulé, por ter sido o primeiro e o único Projecto de Execução efectuado, foi extremamente enriquecedor, emergindo a possibilidade de trabalhar temáticas de projecto de forma mais profunda e rigorosa. Os projectos realizados na Universidade estão invariavelmente destinados a não sair do papel, considerando-se por isso imprescindível a obtenção de experiência ao nível do Projecto de Execução, que efectivamente antecede a fase de construção. A

realização do Projecto de Execução, relativo aos Espaços Exteriores da Escola Secundária de Loulé poderá ser ainda mais enriquecedora, se associada à possibilidade de acompanhar a respectiva obra, que irá começar no início de 2011. O Projecto é um meio para atingir um fim e nunca está terminado. Na fase de obra continua-se a projectar e a efectuar ajustamentos, sendo fundamental um acompanhamento de obra de grande proximidade, para que a execução do projecto, tal como ele é formulado, seja um sucesso. Só em obra se pode constatar a eficiência das soluções previamente preconizadas. O facto de trabalhar com profissionais com grande experiência em obra foi fundamental para acautelar alguns erros, que muitas vezes até parecem insignificantes e que no papel até parecem resultar, mas que em obra, por experiência, já se sabe que efectivamente não são viáveis.

A integração na estrutura de trabalho da empresa, adquirindo a sua rotina de trabalho (devido à necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos, os horários nem sempre foram estáveis, sendo bastante alargados principalmente no tempo que precede as respectivas entregas), foi marcada por um trabalho e dedicação muito intenso, sempre com grandes níveis de exigência, o que se considera extremamente positivo para a evolução a nível pessoal e profissional. O trabalho em sector privado e compreensão do seu funcionamento, associado à possibilidade de participar em projectos de espaço público, descritos e justificados no decorrer do trabalho, além do contributo dado para o enriquecimento pessoal e profissional, foram também preponderantes para a constatação da importância da Arquitectura Paisagista na “*concepção de uma obra no espaço e no tempo*”²⁶.

Nos três projectos desenvolvidos, a importância da nossa profissão enquanto coordenadora, com a capacidade de compreender que todo o sistema tem uma identidade e uma natureza diferentes de cada uma das partes que o compõem, e que o todo é mais do que a soma das suas partes, foi efectivamente constatada, principalmente no projecto relativo aos Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso, em que a dinâmica do sistema conduziu a uma determinada abordagem de actuação. Esta abordagem só foi possível e compreendida porque este projecto foi coordenado por um Arquitecto Paisagista, que tem a capacidade de associar as interacções existentes à sua função criadora, que intui uma forma, transformando a paisagem existente em que intervém.

É assim bastante notória a diferença entre projectos coordenados por Arquitectos Paisagistas, com uma visão holística do sistema em que intervém, aproveitando todas as suas potencialidades, e aqueles em que a Arquitectura Paisagista é apenas mais uma especialidade, marcados pela tentativa de articulação e complementaridade entre as diversas partes, que deve ser feita desde o início do processo, de forma a que todo o projecto e sua respectiva execução sejam um sucesso.

²⁶ Francisco CALDEIRA CABRAL; *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*; Instituto da Conservação da Natureza; 1993; pág.26.

“(...) a Architectura Paisagista trabalha com materiais vivos, numa paisagem viva, sempre em mutação, na concepção da qual há que aceitar e integrar o dinamismo do seu equilíbrio, sabendo a priori que essa paisagem tem uma capacidade limitada de se recompor perante o tal desejo de o Homem dominar a Natureza.”²⁷

²⁷ Manuela Raposo MAGALHÃES; *A Architectura Paisagista - Morfologia e Complexidade*; Editorial Estampa; 2001; pág.45.

10 – Referências Bibliográficas

BARRETO, A. Viana; VALLE, Margarida; BARRETO, Francisco Salvação; *Manual de Projecto: Arquitectura Paisagista*; Parque Escolar, 2009

CABRAL, Francisco Caldeira; *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*; Instituto da Conservação da Natureza; Lisboa, 1993

GOMES, Carlos Pinto; FERREIRA, Rodrigo Paiva; *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio*; Comissão de Coordenação da Região do Algarve; 2005

MAGALHÃES, Manuela Raposo; *A arquitectura paisagista – morfologia e complexidade*; Editorial estampa; Lisboa, 2001

OLIVEIRA, Ataíde; *Monografia do concelho de Olhão*; Algarve em Foco Editora – 3ª Edição; Faro, Novembro de 1999

PESSOA, Fernando Santos; *Algarve, Paisagens e Espaços Naturais*; Comissão de Coordenação da Região do Algarve; Faro, 1999

SARAIVA, António Manuel; *Plantas do Algarve*; João Azevedo Editor; Mirandela, 2008

TÁVORA, Fernando; *Da organização do espaço*; FAUP Publicações; Porto, 2006

FONTES:

CENÁRIOS URBANOS LDA. - *Memória Descritiva e Justificativa - Escola Secundária de Loulé*

AMÉLIA SANTOS UNIP. - *Memória Descritiva e Justificativa - Plano de Pormenor UOP8 – Parque Urbano da Cidade de Olhão*

AMÉLIA SANTOS UNIP. - *Memória Descritiva e Justificativa - Planos de Praia da Fuzeta Ria, Fuzeta Mar e Cais de Acesso*

Plano Estratégico - Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa

Plano Director Municipal de Olhão

Plano Director Municipal de Loulé

Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

<http://www.ccdr-alg.pt>

<http://www.cm-loule.pt>

<http://www.cm-olhão.pt>

<http://www.parque-escolar.pt>

<http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/09/18100/0661706670.PDF>

<http://www.polis.maotdr.gov.pt>

<http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=104283>

http://www.observatoriodoalgarve.com/cna/noticias_ver.asp?noticia=35024

<http://aeiou.expresso.pt/os-ultimos-dias-na-fuzeta=f574773>

<http://aeiou.expresso.pt/temos-de-repor-as-situacoes-naturais-e-criar-barreiras-ao-avanco-do-mar=f574877>

http://jn.sapo.pt/Dossies/dossie.aspx?content_id=1650132&dossier=Radiografia%2520da%2520costa%2520portuguesa

http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/Interior.aspx?content_id=1518630&seccao=Sul

http://www.olhao.web.pt/visitar_fuzeta.htm

<https://www.es-loule.edu.pt/portal>

http://www.observatoriodoalgarve.com/cna/noticias_ver.asp?noticia=34962

<http://adefesadefaro.blogspot.com/2010/01/destruicao-e-prejuizo-na-ilha-da-fuzeta.html>